

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**THAIS ANGELA STELLA**

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: O DISCURSO DA DEMOCRATIZAÇÃO  
DO ENSINO EM DIFERENTES ARENAS DE DISPUTA**

**CHAPECÓ**

**2021**



**THAIS ANGELA STELLA**

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: O DISCURSO DA DEMOCRATIZAÇÃO  
DO ENSINO EM DIFERENTES ARENAS DE DISPUTA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Camila Caracelli Scherma.

CHAPECÓ  
2021



## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

### Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Stella, Thais Angela  
Políticas de Educação a Distância: o discurso da  
democratização do ensino em diferentes arenas de disputa  
/ Thais Angela Stella. -- 2021.  
154 f.  
Orientadora: Doutora Camila Caracelli Scherma Dissertação  
(Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Chapecó, SC, 2021.  
  
1. Políticas Educacionais. 2. Educação a Distância.  
3. Discurso de Democratização. 4. Círculo Bakhtiniano.  
I. Scherma, Camila Caracelli, orient. II. Universidade Federal  
da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



**THAIS ANGELA STELLA**

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: O DISCURSO DA DEMOCRATIZAÇÃO  
DO ENSINO EM DIFERENTES ARENAS DE DISPUTA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – para obtenção do título de Mestre em  
Educação, defendido em banca examinadora em 05/08/2021.

Aprovado em: 05/ 08/ 2021.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dra. Camila Caracelli Scherma - UFFS  
Presidente da banca/orientador



---

Prof. Dr. Carlos Alberto Turati – UEMS  
Membro titular externo



---

Prof. Dr. Oto João Petry – UFFS  
Membro titular interno

---

Prof. Dra. Patrícia Graff – UFFS  
Membro suplente

Chapecó/SC, Agosto de 2021.



*Dedico esta pesquisa a todas as vozes que contribuíram para os resultados aqui alcançados. A escuta dessas vozes me fez compreender ainda mais o valor do outro para o eu na constituição dos sentidos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Silvana, por todo apoio e carinho durante todos esses anos de estudos até chegar ao Mestrado e, assim, concluí-lo. Agradeço, igualmente, ao meu pai, Valmor, e à minha irmã, Tânia – serei eternamente grata a vocês por tudo. Ter uma família para contar nos momentos difíceis, assim como para comemorar os momentos de alegria é gratificante. O conceito de família é tão amplo que compreende muito além de laços sanguíneos e até mesmo espécie, por isso incluo meus animais de estimação, que, sim, fazem parte da família. Lisa, Scott e Tim-Tim (miminho para os íntimos). Eles me proporcionaram momentos incríveis de descontração e alegria, amenizando os dias mais difíceis.

De todas as coisas boas que tenho na vida, não poderia deixar de falar de você, meu melhor amigo, meu eterno namorado e agora meu esposo, Jhonathan. Nossa história vai além de um casamento, estamos caminhando juntos há muitos anos e assim pretendo continuar ao seu lado sempre. Construímos uma vida juntos e assim quero mantê-la, pois você me faz muito feliz e não tenho receio dos desafios que enfrentamos e enfrentaremos, pois somos protetores um do outro e te quero muito bem. Obrigada por tudo!

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE - UFFS), especialmente à minha orientadora e também minha amiga, a Professora Dra. Camila Caracelli Scherma. Construímos juntas este trabalho e a troca de conhecimento foi extremamente importante para minha formação profissional e, acima de tudo, humana. Também agradeço com muito carinho ao Caetano, pois uma criança é sempre motivo de alegria e motivação, com as crianças aprendemos muito. Caetano me fez sentir confiante e com muita energia, sinto que ele me passou muitas vibrações boas e positivas, desejo tudo de melhor para ele. Falando em professores, agradeço também meu eterno orientador, de estudos e de vida, e também meu amigo, professor Everton Martins, pois, foi graças ao seu incentivo que cheguei até esta etapa de minha formação.

Agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente neste processo, em especial duas importantes amigas, Leticia e Saionara. Infelizmente, por conta da pandemia, não conseguimos nos encontrar muito no último ano, mas, mesmo de forma virtual, sempre se fizeram presentes e me auxiliaram quando era preciso.

Para encerrar, agradeço às meninas do Grupo de Estudos Bakhtinianas, as quais me incentivaram e contribuíram com seus conhecimentos e suas experiências durante nossos

encontros. Ressalto que este grupo foi fundamental para meu ingresso e conclusão do Mestrado, pois foi através dele que conheci o trabalho de Mikhail Bakhtin e me joguei literalmente na pesquisa. Deixei para falar de vocês no final, mas vocês foram o começo de tudo em minha jornada como pesquisadora. Obrigada!

*“Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (...) Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (...) Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo”.*

*Mikhail Bakhtin.*

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta como problema o seguinte questionamento: como ocorre a disputa pelo signo ideológico EAD nos discursos de democratização do ensino em diferentes esferas da atividade humana? O objetivo geral deste trabalho é compreender o discurso da democratização do Ensino Superior via EAD como arena de disputas em diferentes esferas da atividade humana. Para alcançar esse objetivo geral, foram construídos três objetivos específicos: a) compreender, por meio de um levantamento bibliográfico e da análise da legislação, qual o foco político e ideológico na história da educação a distância formal e não formal no Brasil; b) compreender o aspecto social da linguagem em propagandas de cursos a distância; c) auscultar como o discurso de democratização do ensino superior presente na legislação e nas propagandas reflete e refrata nos sujeitos que vivenciam a EAD na prática. A coleta de dados se deu por meio de questionário online e descritivo. Os dados são compreendidos por meio dos estudos discursivos baseados em Mikhail Bakhtin e no pensamento do chamado Círculo Bakhtiniano. Realizo, nesta pesquisa, o processo de relacionar, comparar e confrontar os discursos materializados em documentos oficiais, textos publicitários e enunciados de sujeitos que vivenciaram a EAD em sua singularidade. Como resultados desta pesquisa, obtive a compreensão de que o discurso de democratização do ensino se dirige, em geral, à classe trabalhadora, por meio de documentos oficiais e propagandas com sentidos que refletem e refratam perspectivas de melhores empregos e salários. Sua materialidade permite auscultar ideologias que vão se constituindo como hegemônicas por meio da repetição de padrões enunciativos. Contudo, os sujeitos, em sua singularidade, apontam contrapalavras em relação ao discurso dominante, mostrando um jogo de forças, tendo em vista, por exemplo, que os motivos que os levaram a um curso a distância são, basicamente, os mesmos que os levaram à desistência: flexibilidade de horários para os estudos e mensalidades com valores acessíveis. Sendo assim, é possível afirmar que ocorre uma disputa pelo signo ideológico EAD nas arenas, respectivamente jurídica e publicitária, as quais incorporam o discurso de democratização do ensino, que se reflete e refrata de modo singular na realidade dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Educação a Distância. Discurso de Democratização. Círculo Bakhtiniano.

## RESUMEN

Esta investigación establece como problema la siguiente pregunta: ¿Cómo se produce la disputa por el signo ideológico EAD en los discursos de democratización de la educación en diferentes esferas de la actividad humana? El objetivo general de esta investigación es entender el discurso de la democratización de la Educación Superior a través de la EAD como una arena de disputas en diferentes esferas de la actividad humana. Para alcanzar este objetivo general, han sido construidos tres objetivos específicos, a saber: a) comprender, por medio de un estudio bibliográfico y del análisis de la legislación, cuál es el enfoque político e ideológico en la historia de la educación a distancia formal y no formal en Brasil; b) comprender el aspecto social del lenguaje en las publicidades de los cursos a distancia; c) auscultar cómo el discurso de la democratización de la educación superior presente en la legislación y en las propagandas refleja y se refracta en los sujetos que viven la educación a distancia en la práctica. Los datos se recogieron mediante un cuestionario online y descriptivo. Los datos son comprendidos mediante estudios del discurso basados en Mijaíl Bajtín y el pensamiento del llamado Círculo Bajtiniano. En esta investigación, realicé un proceso de relación, comparación y confrontación de discursos materializados en documentos oficiales, textos publicitarios y declaraciones de individuos que han experimentado la educación a distancia en su singularidad. Como resultado de esta investigación, comprendí que el discurso de la democratización de la educación se dirige, en general, a la clase trabajadora por medio de documentos oficiales y anuncios con significados que reflejan y refractan perspectivas de mejores empleos y salarios. Su materialidad nos permite auscultar las ideologías que se van constituyendo como hegemónicas por medio de la repetición de patrones enunciativos. Sin embargo, los sujetos, en su singularidad, señalan contra palabras en relación con el discurso dominante, mostrándonos un juego de fuerzas, considerando, por ejemplo, que las razones que les llevaron a un curso a distancia son básicamente las mismas que les llevaron a abandonar: flexibilidad de horarios para los estudios y tasas de matrícula asequibles. Así, es posible afirmar que existe una disputa por el signo ideológico EAD entre las arenas, respectivamente jurídica y publicitaria, que incorporan el discurso de la democratización de la educación, que se refleja y refracta de manera singular en la realidad de los sujetos.

**Palabras clave:** Políticas educativas. Educación a distancia. Discurso de democratización.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Anúncio para estudar em casa.....	71
Figura 2: Anúncio para estudar rádio.....	73
Figura 3: Propaganda de Universidade a distância.....	80
Figura 4: Propaganda durante a pandemia da COVID-19.....	85
Figura 5: Propaganda durante a pandemia da COVID-19.....	86
Figura 6: Propaganda para Educação a Distância .....	88
Figura 7: Academia Tech.....	91
Figura 8: Propaganda com termos camuflados.....	92
Figura 9: Propaganda com novos termos.....	93

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios para credenciamento de Polos.....	65
Quadro 2 - Síntese com os objetivos das legislações.....	66
Quadro 3 - Depoimentos sobre o Telecurso 2000 concedidos para propaganda....	78
Quadro 4 - Nomenclaturas que constituem a propaganda .....	95
Quadro 5 - Enunciados parte I .....	109
Quadro 6 - Enunciados parte II .....	111
Quadro 7 - Enunciados parte III.....	115

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade de conclusão do Ensino Médio.....	106
Gráfico 2: Relação de sujeitos com filhos.....	107

## **LISTA DE SIGLAS**

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

CNE - Conselho Nacional de Educação

EAD - Educação a Distância

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

MEB - Movimento de Educação de Base

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PROUNI - Programa Universidade para Todos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1      TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL E SEUS DISCURSOS.....</b>	<b>26</b>
1.1    CORRESPONDÊNCIA: UM DIÁLOGO ENTRE CARTAS.....	28
1.2    RÁDIO: O DISCURSO DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	34
1.3    TELEVISÃO: FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA.....	40
1.4    INTERNET: TENSÃO ENTRE CONSERVAR E INOVAR.....	46
1.5    INTERESSES MATERIALIZADOS NO DISCURSO .....	51
<b>2      A PALAVRA ENTRELAÇADA A FIOS IDEOLÓGICOS.....</b>	<b>59</b>
2.1    LEGISLAÇÃO: UMA ABSTRAÇÃO NADA ACIDENTAL.....	59
2.2    JORNAIS: SUBALTERNIZAÇÃO PREEXISTENTE .....	68
2.3    AUDIOVISUAIS: ULTRAPASSANDO PARTICULARIDADES .....	76
<b>3      A VIVÊNCIA DO OUTRO: UM ENCONTRO DE VOZES.....</b>	<b>99</b>
3.1    ENUNCIADOS E SINGULARIDADES: O SUJEITO VIVO E ENCARNADO .....	100
3.2    VOZES SOCIAIS: UM ENCONTRO DE PALAVRAS .....	109
3.3    O DISCURSO DO SUJEITO: A REFRAÇÃO DOS SENTIDOS.....	119
<b>4      CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem como temática a Educação a Distância (EAD), trazendo como objeto central o discurso da democratização do ensino superior no Brasil via EAD. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGE-UFFS) junto à linha de pesquisa de Políticas Educacionais e realizada com o apoio do Programa do Estado de Santa Catarina UNIEDU/Pós-Graduação, com recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES.

A partir de uma experiência como estudante de um curso de especialização a distância e como funcionária de uma instituição que ofertava cursos nessa modalidade, percebi um alto número de desistências de alunos dos cursos de graduação EAD. Neste contexto, me questionei sobre os motivos destes alunos procurarem a EAD e também quais os motivos para as desistências. Com isso, iniciei minha busca por materiais bibliográficos que me trouxessem respostas. Nesse caminho, passei a me questionar ainda mais sobre o discurso que envolve a EAD; de onde vem; para quem se dirige; quais as intenções; entre outras dúvidas que surgiam no decorrer das leituras, sendo a principal delas compreender quais as arenas de disputa envolvidas no discurso da democratização do ensino superior. Este questionamento tornou-se a problemática desta pesquisa, que explicarei no decorrer desta introdução.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender o discurso da democratização do Ensino Superior via EAD como arena de disputas em diferentes esferas de atividade humana. A pesquisa se inicia com a leitura de documentos que regulamentam esta modalidade de ensino e, em seguida, realizo o processo de auscultar<sup>1</sup> algumas propagandas dos cursos a distância na mídia e cotejá-las com o discurso dos sujeitos que vivenciaram a experiência de participar de um curso a distância.

Para discutir sobre o discurso da democratização do ensino superior via EAD, elaborei o problema de pesquisa, que consiste em compreender como ocorre a disputa pelo signo ideológico

---

<sup>1</sup>Auscultar é um conceito Bakhtiniano, que se aproxima do ato de escutar. Contudo, não é apenas escutar. É preciso estar preparado para escutar, se colocando em uma posição de resposta à compreensão em relação à outra pessoa. Neste caso, quem se coloca em ausculta compreende que a palavra está sempre em movimento em busca de outras palavras, podendo ocorrer confrontos com o outro por meio das relações dialógicas, tornando necessária uma resposta. Auscultar nos permite identificar e compreender as interações dialógicas entre as vozes que compõem o enunciado (BAKHTIN, 2008).

EAD nos discursos de democratização do ensino em diferentes arenas de poder, tendo em vista que a própria EAD é uma arena de disputas antecipadas da elaboração de suas políticas de regulamentação até o momento em que se legitima no contexto da prática, quando as palavras que compõem os documentos oficiais são ressignificadas.

A EAD é resultado de uma política ampla, a qual representa um processo de luta por interesses políticos, econômicos e sociais, ou seja, é um jogo de forças, materializado no discurso, que é uma arena na qual ocorrem essas lutas simbólicas, as quais os sujeitos assumem para si e as defendem com base em suas concepções de mundo e sua orientação social (BAKHTIN, 2010a). É possível dizer que há um jogo de forças sociais em que cada sujeito, instituição, ou agente local, nacional ou global busca defender sua visão de mundo e sua tomada de posição de acordo com determinados interesses em diferentes domínios sociais. Os sujeitos do discurso não são capazes de controlar os sentidos que se espalham através do seu material verbal, pois, do outro lado do discurso, existe um interlocutor, e este é capaz de multiplicar e ressignificar os enunciados postos em um dado texto (BAKHTIN, 2011). Assim, é possível pensar em como os sujeitos incorporam o discurso dos enunciados do aparato publicitário de educação de ensino superior no Brasil na medida em que contradizem o discurso oficial, ocasionando o jogo de forças.

Uma das justificativas para esta pesquisa é o aumento no número de estudantes em cursos de ensino superior a distância, que, em 2012, ultrapassou um milhão (SANTOS et al. 2013). Mais recentemente, em 2018, houve 1.500.000 novos alunos que se matricularam em cursos a distância (ABED, 2018). Estes dados destacam um número significativo de matrículas na EAD após sua regulamentação em 1996 até os dias atuais. Além da LDBEN de 1996, outras formas de estabelecer normas, critérios e até mesmo autorização para instituições presenciais ofertarem EAD foram sendo regulamentados através de Portarias, Decretos e Resoluções, como por exemplo, a Portaria 1.134 de outubro de 2016, que autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos, em que as instituições presenciais podem ofertar até 20% das disciplinas na modalidade a distância.

Entretanto, este processo tem enfrentado desafios para sua efetivação, em especial quando se refere ao Ensino Superior. É possível identificar isso ao analisar os Censos Escolares Brasileiros da EAD (2017) e (2018), que foram realizados pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). Esses Censos apresentaram resultados que se contrapõem ao discurso de democratização

do ensino, como por exemplo, a taxa de evasão em cursos de Ensino Superior via EAD no ano de 2018, a qual chegou a até 50% em algumas instituições.

(...) a maior porcentagem de instituições (22,2%) encontra-se nas taxas de evasão entre 26% e 50%. Em 2017, esse número era de 6%. Possíveis explicações para esse aumento significativo são o excesso de oferta de cursos e o crescimento vertiginoso no número de matrículas – que, conseqüentemente, elevam a probabilidade de evasão –, bem como o acompanhamento mais próximo dessas taxas pelas instituições. (ABED, 2018. p. 64).

O aumento na oferta de cursos EAD corrobora, desta forma, a desistência do curso. Além disso, a maioria das instituições EAD regulamentadas no Brasil estão na categoria de Instituição educacional privada com fins lucrativos (ABED, 2018). Esta informação nos permite questionar sobre a educação superior ter se tornado um produto à venda, sendo mais vantajosa a estas instituições a matrícula dos alunos do que sua permanência na instituição.

No decorrer da pesquisa, abordo os dados que foram apresentados por estes documentos para discutir acerca do discurso da democratização do ensino superior via EAD e os desafios para sua efetivação. A implementação e aceitação da EAD passa por muitas dificuldades, entre elas, o sentimento de isolamento dos alunos por não possuírem contato com colegas presencialmente e a falta de qualificação dos professores para aulas on-line, pois, os professores possuem muitas vezes formação para aulas presenciais e mantém isso como base para preparar aulas a distância, contudo, são realidades diferentes. Situações como esta dificultam a relação entre professores e alunos e entre as principais conseqüências está o alto nível de desistências. (SANTOS et al. 2013)<sup>2</sup>

Com as respostas dos sujeitos, identifiquei que estes aspectos também estavam presentes em suas respectivas realidades. Quando solicitei sujeitos para comentar sobre o curso a distância do qual haviam desistido e o motivo de suas desistências, obtive respostas singulares, porém, semelhantes. Entre os motivos estavam: “Falta de tempo para estudar sozinho; motivação para estudar sozinho - Lírio” / “Não foi uma experiência muito boa, me sentia muito sozinha - Jasmim” E quando perguntei sobre a formação dos professores, obtive em uma das respostas o seguinte retorno: “A tutora nos dá aula uma vez por semana, ela tem graduação em estética e especialização em terapias complementares. Mas ela não consegue atender todas as matérias, por não ser da área

---

<sup>2</sup> Esta informação foi retirada do texto de Santos (et al. 2013) a partir dos estudos realizados pelos professores Aretio (1994) e Mungania (2003). No decorrer do trabalho foram realizadas análises a partir destes trabalhos e suas conclusões.

dela. Sinto falta disso, por exemplo, agora estou tendo estética facial e ela não entende disso então acaba não auxiliando – Acácia”.

A partir disso, é possível refletir acerca dos desafios enfrentados para a efetivação da EAD. Contudo, ressalto que os motivos das desistências não fazem parte do objeto central deste estudo, mas sim entram como um objeto acessório, ou seja, de complementação para discutirmos sobre o objeto central, que é o discurso da democratização do ensino superior via EAD. É possível destacar que muitos estudantes construíram uma imagem negativa desta modalidade de ensino, isso ocorre por questionarem a efetividade da EAD em termos de aprendizado. Além disso, a pouca experiência com tecnologias da informação é um fator relevante para os desdobramentos dos cursos a distância, tendo em vista que ao mesmo tempo em que ocorrem desistências após a matrícula, ocorrem também casos de sujeitos que se recusam a matricular-se em cursos EAD por conta da imagem negativa que se propagou desta modalidade de ensino. Outra questão é a ausência do contato físico com o professor e com os colegas, sendo este um dos principais desafios para quem adere a EAD, a individualidade. (SANTOS et al. 2013).

Além da LDBEN de 1996 e da Portaria 1.134 /2016, o Decreto 50.370, de 21 de março de 1961 e a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, trazem em seu texto, por exemplo, a proposta de levar educação aos estudantes do campo, fornecer educação aos funcionários das indústrias, alfabetizar para progredir com o trabalho. O discurso comunica a necessidade de atender a população, ou seja, democratizar o acesso aos estudos para aqueles que ainda não tiveram condições/oportunidades. Além disso, com a LDBEN de 1996 e a Portaria 1.134/2016 regulamentou-se o uso de tecnologias para facilitar o acesso e, ainda, ocorreu a regulamentação para que instituições presenciais oferecessem disciplinas na modalidade EAD, conforme mencionado anteriormente. No entanto, o que chega aos estudantes e futuros estudantes da EAD, na maioria das vezes, não é a própria legislação, mas sim o discurso da esfera jornalística e publicitária, algo comum para o contexto social.

Neste sentido, as questões de pesquisa são: a) que vozes constituem os discursos de democratização do Ensino Superior via EAD no Brasil?; b) como a democratização do Ensino Superior, via EAD, é propagada na esfera jornalística e publicitária?; c) o que a palavra dos estudantes que desistiram de cursos EAD nos permitem compreender sobre a relação dos discursos de democratização e as vivências singulares desses sujeitos?

Realizei o contato apenas com os sujeitos que desistiram de cursos de graduação a distância porque, conforme mencionado no início desta introdução, o que me instigou a propor esta pesquisa foram os casos de alunos desistentes de instituições de ensino superior. Além disso, os dados apresentados pelos Censos da ABED de 2017 e 2018, os quais apontam um alto índice de desistência, mostraram que este aspecto não era algo isolado em minha realidade enquanto sujeito, mas sim, comprovou que esta é uma realidade do contexto social da EAD. Entendo que é necessário dialogar com estes sujeitos para compreender por meio dos discursos quais disputas estão envolvidas no campo da EAD, tendo em vista que a democratização não se efetivou para este grupo.

O objetivo deste contato foi auscultar a palavra de quem vivenciou na prática a modalidade de ensino a distância. Inicialmente, foi realizado o recrutamento via rede social através de uma publicação (um post no *Facebook*), convidando os sujeitos a participarem de forma espontânea. Os requisitos para participar eram: ser maior de 18 anos, ser aluno evadido de um curso de graduação a distância no Brasil. Não poderiam participar desta pesquisa menores de 18 anos e funcionários de instituição de ensino superior privada EAD ou presencial. No caso dos menores de 18 anos, considerei o artigo 3º e artigo 4º do Código Civil, em que os jovens menores de idade possuem incapacidade em exercer pessoalmente seus atos, dependendo de autorizações para a participação em entrevistas, por exemplo, o que acarretaria um processo burocrático mais longo. Com relação aos trabalhadores do ensino privado, foi vedada sua participação em razão de que suas respostas poderiam refletir em interesses comerciais destas instituições.

A história de vida dos participantes auxilia na compreensão da experiência que estes alunos tiveram com a EAD, pois, de acordo com Cunha (2012), a busca pela palavra do outro pode auxiliar na compreensão de sua experiência de vida, sendo que durante a troca de palavras ocorre uma relação dialógica, o que possibilita uma aproximação maior com o sujeito. Assim, a pesquisa não fica restrita apenas à análise de documentos, mas contará com os enunciados dos sujeitos que vivenciaram experiências com o ensino a distância, o que nos aproxima da singularidade dos sujeitos que vivenciam em suas existências as políticas educacionais em prática em seu cotidiano.

Seguindo na perspectiva Bakhtiniana, compreendo que a filosofia da linguagem engloba a investigação de determinados enunciados, bem como seu contexto, ou seja, a relação destes com a vida e as forças que o envolvem. Quando falo da vida e das forças que envolvem o contexto, estou me referindo aos sujeitos, às classes e às ideologias que formam esse contexto no qual o discurso foi/é proferido.

As falas dos sujeitos dialogam com falas que ocorreram antes destas e com aquelas que surgirão depois, fazendo com que haja uma ligação na comunicação verbal entre passado, presente e futuro. Por este motivo, os enunciados são considerados aqui o ponto chave para entender como o discurso da democratização no ensino é percebido na realidade dos sujeitos.

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. (BAKHTIN, 2010b, p. 88).

A voz não é apenas uma enunciação verbal, mas também um meio de expressar opiniões, visões e ideologias. Ela expressa, portanto, as tomadas de posição de cada sujeito. Por isso, utilizo a expressão *vozes sociais*. Essas se constituem pela interação verbal dos sujeitos históricos e aqueles socialmente organizados (BAKHTIN, 2010b). Outro ponto a ser destacado da teoria Bakhtiniana é o que o autor denomina como forças centrípetas (centralização das vozes) e forças centrífugas (descentralização das vozes) para compreender o discurso a partir de sua orientação dialógica. É possível identificar as vozes sociais como forma de expressar as forças de pluralidade e descentralização, tornando-se contrárias às forças centralizadoras. Com isso, entendo que as vozes sociais estão submetidas a um determinado poder, não existindo neutralidade. Com essa compreensão, resalto a importância dos enunciados nesta pesquisa, pois é através deles que chegamos a conclusões mais diversas acerca do discurso da democratização do ensino via EAD e as arenas de disputa envolvidos nas diferentes esferas da atividade humana.

A metodologia de desenvolvimento deste estudo é a *compreensão ativo responsiva*, a qual inclui o pesquisador como sujeito participativo da discussão, sendo um método de procedimento não subjetivo. A compreensão ativo responsiva de um enunciado concreto funciona como uma orientação discursiva, é quando o locutor toma direcionamento considerando o posicionamento discursivo do seu interlocutor do discurso (BAKHTIN, 2010a).

Para compreender o enunciado, é necessário considerar a natureza social dos fatos linguísticos, ou seja, as condições de comunicação, as quais sempre possuem ligação com as estruturas sociais, sendo fundamental considerar os sujeitos em seu contexto histórico e social (BAKHTIN, 2010a). Os enunciados estão compostos por diferentes signos e entendendo que o signo linguístico é um signo sócio-ideológico, de natureza dialógica, destaco a importância de interpretação, pois toda palavra carrega um conteúdo e esse conteúdo sempre terá um sentido, seja

ele ideológico ou experimental. Ressalto que a palavra dos sujeitos se torna enunciado a partir do momento em que apresentam seus posicionamentos sociais e ideológicos. A palavra é apenas palavra quando não possui entonação, porém, se possuir entonação, ela deixa de ser uma simples palavra, tornando-se, então, um enunciado (BAKHTIN, 2011).

A palavra é entendida aqui como mediadora, pois com ela os sujeitos apresentam seus interesses, suas concepções, bem como sua apreciação valorativa para sua realidade social. As interações sociais são formadas por ideologias e mediadas simbolicamente (BAKHTIN 2010a). Neste sentido, trabalho com análise enunciativa, uma observação direta extensiva por meio do diálogo mediado, o que corresponde aos questionários elaborados e desenvolvidos com os sujeitos participantes.

A pesquisa é de natureza qualitativa e explicativa com revisão bibliográfica e com interlocução de depoimentos. O procedimento metodológico ocorreu por meio do questionário online e descritivo, sendo que os dados são compreendidos por meio dos estudos discursivos baseados em Mikhail Bakhtin, e no pensamento do chamado Círculo Bakhtiniano<sup>3</sup>. Realizo, nesta pesquisa, um cotejamento entre documentos, textos publicitários e enunciados.

O movimento de cotejar consiste em comparar e confrontar textos. O texto pode ser tanto escrito quanto falado, é o objeto de todas as ciências humanas. Todo e qualquer enunciado é um texto, e este possui relações dialógicas com outros textos. O enunciado é singular e historicamente único, mas é composto por elementos linguísticos. É nesta perspectiva que se trabalha com o texto, compreendendo o significado das palavras, ou seja, as relações entre os signos e os seus referentes. É por meio do cotejamento entre os textos que se torna possível a constituição dos sentidos (BAKHTIN, 2011). Veja o exemplo abaixo.

Encontramos o autor (percebemos, compreendemos, sentimos, temos a sensação dele) em qualquer obra de arte. Por exemplo, em uma obra de pintura sempre sentimos o seu autor (o pintor), contudo nunca o vemos da maneira como vemos as imagens por ele representadas (BAKHTIN, 2011 p. 314).

Pretendo alcançar um diálogo constitutivo da linguagem e dos sentidos, entre sujeitos, ideologias e classes (BAKHTIN, 2010a) com base nas reflexões sobre a epistemologia das ciências humanas (BAKHTIN, 2011), contextualizando esta pesquisa com o cotejamento de textos. Para

---

<sup>3</sup> Refere-se ao conjunto da obra do Círculo de Bakhtin e sua concepção de linguagem: a interação verbal, o enunciado concreto, o signo ideológico e o dialogismo. Além do pensador Mikhail Bakhtin, as formulações e as obras do círculo correspondem à reflexão de um grupo com a participação de diversos outros intelectuais.

tanto, faço um exercício de compreender a linguagem na forma de interação entre os sujeitos históricos (realidade percebida) e aqueles socialmente organizados (com o discurso da democratização).

Com isso, é possível identificar a existência de uma disputa pela legitimidade do discurso de democratizar o ensino através da EAD. Essa disputa está presente para além das dimensões verbais e visuais, pois está também naquilo que não foi dito explicitamente e que, mesmo assim, constitui o discurso.

Por meio destes embates, os valores constitutivos das esferas da atividade humana influenciam na refração desse discurso na realidade (BAKHTIN, 2011). A realidade a que se refere aqui é a realidade do sujeito que vivenciou a EAD na prática. Cotejando os textos será possível compreender quais ideias estão contidas no discurso de democratização do ensino superior, refletindo sobre o que foi dito e o que não foi dito. O cotejo de um texto com os outros textos possibilita a compreensão para além dos limites do próprio texto, tem como base a dialogicidade. (BAKHTIN, 2011).

A legislação e as propagandas contribuem para refletir acerca do contexto histórico em que a EAD foi inserida como possibilidade de democratizar o ensino superior. Para isso, realizo a análise das legislações que regulamentaram a EAD em diferentes períodos da História, desde 1939 até 2020, sendo que esta modalidade de ensino se tornou mais frequente após 1996, com sua regulamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). O último Censo Escolar Brasileiro do Ensino a Distância publicado antes do início desta pesquisa, pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), se refere ao ano de 2018. Desta forma, a pesquisa corresponderia ao período de 1996 até 2018. Contudo, durante seu desenvolvimento, nos deparamos com a pandemia da Covid 19 logo no início de 2020. Diante disso, a decisão de estender o período para análise das propagandas audiovisuais também mais recentes foi tomada, com o objetivo de incorporar a esta pesquisa materiais produzidos em 2019, 2020 e 2021. De acordo com a própria ABED<sup>4</sup>, a procura por cursos de graduação a distância cresceu 30% durante a pandemia.

O referencial teórico abordará principalmente os autores Mikhail Bakhtin (2010a) e o chamado Círculo Bakhtiniano, Dermeval Saviani (2015), Catapan (2010) e respectivamente as suas visões de diálogo, democracia e políticas públicas e EAD. No que se refere ao ensino na modalidade EAD, de acordo com Catapan (2010), a didática é constituída pelos mesmos elementos

---

<sup>4</sup> Disponível em <[http://abed.org.br/arquivos/Procura\\_por\\_EAD\\_cresce\\_durante\\_pandemia.pdf](http://abed.org.br/arquivos/Procura_por_EAD_cresce_durante_pandemia.pdf)> Acesso em 30. marc. 2021.

fundamentais da modalidade presencial: concepção pedagógica, conteúdo específico, metodologia e avaliação, sendo divergente no modo como se estabelece a mediação pedagógica.

A linguagem digital implica em todas as formas de comunicação relacionadas à oralidade, à escrita, à imagem, ao som, ao colorido, às ações, aos sentimentos e aos valores que são enviados (transmitidos) de um mesmo espaço para outro, em qualquer tempo. O professor planeja sua aula de acordo com o que ele gostaria de dizer ou trabalhar em uma sala de aula presencial para, assim, contemplar essas ideias no espaço digital, utilizando as diferentes formas de comunicação (CATAPAN, 2010).

A linguagem faz parte de um diálogo universal e inacabado, composto por trocas verbais. Desta forma, a dialogicidade é formada por signos marcados pelos valores (morais, éticos, espirituais, entre outros) dos sujeitos, que sempre respondem a outros signos, ou seja, são produzidos e reproduzidos na espera de uma resposta. O enunciado faz parte de um processo coletivo, não há individualidade tendo em vista que sempre há reconstituições de palavras já ditas (BAKHTIN, 2010a).

A relação com o outro é fundamental e é através dessa relação que ocorrem elaborações conceituais compostas por meio de um caráter coletivo e não individual. Compreendendo a realidade de vida desses alunos será possível identificar o cenário social, o qual é parte constitutiva da linguagem. Este cenário nos permite elaborar questionamentos acerca das concepções estruturalistas que compõem a palavra em um modo abstrato impossibilitando a intervenção do sujeito. Estudando o contexto/cenário social é possível interpretar e compreender a palavra em fios dialógicos vivos, sendo que estes refletem e refratam a realidade em que foram construídos. O sujeito se constitui discursivamente, pois apreende vozes do meio social em que está inserido e relaciona com sua singularidade. Portanto, os dizeres desses sujeitos são construídos a partir da relação social com o singular de cada um (BAKHTIN, 2010a).

Toda palavra é composta por dois lados/faces. “Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN, 2010a, p. 115). A palavra é uma forma de expressão em relação ao outro e funciona como uma ligação entre mim e os outros. Ao mesmo tempo que tem sobre mim um apoio, ela também se apoia sobre o meu interlocutor. Ela é, desse modo, um território comum do locutor e do interlocutor.

Qualquer forma de expressão possui sua consciência, no entanto, toda tomada de consciência implica um discurso interior, ou seja, algo que já foi dito/ouvido/percebido. O contexto social orienta quais serão os ouvintes, se será algum amigo, um inimigo ou algum grupo específico, fazendo com que o sujeito reflita sobre quais palavras utilizar em seu texto, sendo isso uma orientação social. Não há atividade mental sem uma orientação social, toda fala, palavra ou texto sempre será direcionado a algo ou alguém (BAKHTIN, 2010a).

A crítica dos textos surge com o nascimento da desconfiança/dúvidas e, a partir disso, surgem os questionamentos sobre as especificidades do pensamento, do sentido e do significado dos outros, independente do objetivo da pesquisa um texto sempre será um ponto de partida. O texto é determinado por dois elementos: a intenção e a realização dessa intenção. A inter-relação e a luta entre esses elementos é o que vai apontar seu sentido, podendo haver divergências entre eles. Ainda, durante o processo de sua realização, mudanças na sua intenção inicial podem ser efetivadas. (BAKHTIN, 2011).

Cada texto é individual e singular e isso reflete no seu sentido, mostrando a intenção pelo qual foi criado, “(...) por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema corresponde no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser dado fora de tal texto (dado).” (BAKHTIN, 2011, p. 309- 310). Sendo assim, tudo o que for reproduzido passa a ser material e meio, mas ainda não é considerado um texto único e singular, visto que para se tornar um texto, nesta perspectiva, é necessário que possua interação entre duas consciências. A partir de sua reprodução, passa a ter relação com os recursos, sistemas e signos da língua, bem como com outros textos e relações dialógicas. Assim, o que constitui o texto não é o que foi dado em sua reprodução, mas sim o que foi criado a partir dela, pois todo texto é novo. Neste ponto, é possível refletir sobre como o discurso da esfera jurídica, jornalística e publicitária refletiu/refratou no discurso do sujeito que desistiu do curso a distância, tendo em vista que ocorre a repetição de alguns enunciados, criando novos textos.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo conta com uma reflexão acerca do histórico da Educação a Distância no Brasil. Busco compreender, por meio de um levantamento bibliográfico e da análise da legislação, qual o foco político e ideológico na história da educação a distância formal e não formal no Brasil, com apoio teórico e metodológico de Antônio Gramsci e Mikhail Bakhtin. Com isso, proponho uma reflexão sobre o poder político hegemônico e suas relações com a legislação que regulamentou/regulamenta a educação a distância

no Brasil em diferentes períodos a partir do conceito de hegemonia apresentado por Gramsci. Igualmente, busco auscultar quais ideologias se fazem presentes no discurso de democratização do ensino na história da educação a distância, com base na Filosofia da Linguagem na perspectiva Bakhtiniana. Além dos autores principais, conto com apoio teórico de pesquisas já realizadas acerca dessa temática.

No segundo capítulo, busco compreender o aspecto social da linguagem em propagandas de cursos à distância, como a interação verbal, a relação entre a língua, os sujeitos e o meio social e identificar mudanças nas formas de interagir socialmente, as quais estão vinculadas a diferentes esferas sociais. Isso será realizado por meio da análise da legislação que regulamenta o ensino a distância. Em seguida, apresento uma reflexão acerca de algumas propagandas de jornal e TV oferecendo o ensino a distância, sendo que as propagandas de jornais se referem a diferentes períodos na história (entre 1914 e 1940), antes do uso da internet como ferramenta de ensino. Enquanto isso, a TV refere-se a propagandas para aulas através de telecursos, ou seja, aulas assistidas em casa na própria televisão, como é o caso do telecurso 2000, por exemplo. Nesse espaço, inclui também as propagandas de TV mais recentes da EAD via internet.

Diferentemente da publicidade que foca especificamente na venda e no lucro de um determinado produto, a propaganda propaga ideias e inúmeras consequências. Torna-se ainda mais variável o efeito de uma propaganda quando esta é expressada no discurso de um locutor carregado por uma determinada ideologia. (JANJÁCOMO 2017). Entendo que esta é uma forma, portanto, de propagar ideias, interesses, ideologias etc. Por este motivo, a análise das propagandas dos cursos EAD torna-se uma etapa fundamental nesta pesquisa, por ser um caminho para compreender como o discurso presente na legislação é refletido na propaganda, identificando para quem se faz a propaganda e qual o interesse.

No terceiro capítulo, busco auscultar como o discurso de democratização do ensino superior presente na legislação e nas propagandas reflete e refrata nos sujeitos que vivenciam a EAD na prática. A proposta é entender por meio de declarações coletadas em formas de depoimentos/enunciados como é a realidade percebida do estudante EAD. Nesta etapa é possível proporcionar uma reflexão acerca da realidade desses estudantes e, assim, entender o contexto em que se inserem estes sujeitos no ensino a distância, promovendo o encontro de palavras destes com o discurso oficial de que a EAD é uma forma de democratização do ensino superior. Portanto, este será o momento de compreender os enunciados.

Para desenvolver estes capítulos, considero a necessidade de se construir uma reflexão crítica sobre os processos de legitimação do discurso da democratização do ensino superior via EAD, compreendendo de onde ele vem e para quem vai, ou seja, quem fala e para quem fala. Além disso, é essencial a identificação dos contextos que envolvem tal discurso, haja vista que há um campo de disputa por interesses específicos. Precisamos agora entender quais são esses interesses e de onde eles vêm. Para isso, abordo como os termos são caracterizados e qual o sentido de “Democratizar”.

Questiono-me sobre os motivos que levam os sujeitos a se interessarem pelo ensino superior, se seria pelo conhecimento, para a construção de saberes ou por questões profissionais. “Disseminou-se a ideia de que para ‘sobreviver’ à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007). Contudo, o discurso da democratização do ensino superior via EAD encontra desafios para que, na prática, ele seja efetivado. É neste contexto que os questionamentos acerca das arenas de disputas envolvidas no discurso surgem. Esses se apresentam aqui como uma hipótese: servir o sistema capitalista. Visa-se permitir o acesso ao ensino superior através da EAD para que estes sujeitos ali formados façam parte do sistema produtivo, ou seja, para que sejam capazes de reproduzir a lógica do capital, ao mesmo tempo que elevam o número da população com ensino superior no país.

## 1. TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL E SEUS DISCURSOS

Este capítulo busca compreender, por meio da análise da legislação das políticas públicas para Educação à Distância (EAD), qual o foco político e ideológico em diferentes períodos da história em que se permitiu a educação a distância por correspondência, rádio, televisão e internet, dado que estes discursos fizeram da esfera jurídica uma arena de disputa ideológica. Para isso, busco auscultar a relação do discurso de democratização do ensino superior com os enunciados constitutivos dessa legislação.

A democratização do ensino aparece em sua materialidade discursiva em diferentes períodos da História nestes documentos, sendo desde 1939 até 2020, ou seja, oitenta e um anos. Contudo, estes documentos não estavam sempre relacionados ao ensino superior, mas sim a diferentes níveis da educação. Além de documentos legislativos, conto com apoio de alguns referenciais teóricos sobre o assunto e pesquisas que já foram realizadas na área

Considerando que a metodologia desta pesquisa está pautada na Filosofia da Linguagem de Mikhail Bakhtin, compreendo que estaríamos equivocados em defender um único sentido para um mesmo enunciado, o qual pode produzir diversos sentidos e ser ressignificado em múltiplas leituras até ser interpretado e compreendido a partir do discurso daquele que o analisa (BAKHTIN, 2010a).

O ser ideológico está ligado a um significado e isso remete ao ser externo, ou seja, aquilo que se encontra fora de si mesmo. Desse modo, aquilo que é ideológico é entendido como um signo, não existindo signos sem ideologia (BAKHTIN, 2010a).

No que se refere ao conceito de ideologia visto pelo viés marxista, ocorre como um processo que proporciona a sensação de pertencimento a um sistema excludente, o capitalismo. Entendo que ocorre um processo de hegemonia, ou seja, trata-se de uma dominação exercida sobre as classes subalternas através de ideias, concepções e valores que provocam a prevalência de uma classe sobre outra (GRAMSCI, 1978).

Existe uma ideologia dominante que tenta transmitir uma visão positiva das relações sociais, no entanto, a vivência social das classes subordinadas contradiz essa visão. Quanto à hegemonia, ela pode ser desempenhada de duas formas. A primeira é pela coerção do Estado e a segunda é pela imposição das classes dominantes, sendo que ambas podem ocorrer em conjunto (GRAMSCI, 1978).

A ideologia é também o ocultamento da realidade social pelas forças dominantes, legitimando seu poder político e mantendo a hegemonia sobre as relações sociais. Sendo, neste caso, uma ideologia oficial que se constitui a partir da ideologia do cotidiano (BAKHTIN, 2010a). A ideologia hegemônica é, portanto, uma ideologia oficial, que tem como objetivo ocultar suas contradições.

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente (BAKHTIN, 2010a, p. 38).

No cotidiano da vida social, esta contradição nos mostra que o signo ideológico é reacionário e tenta “valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia” (BAKHTIN, 2010a, p. 38). A ideologia do cotidiano, mesmo sendo contraditória à ideologia oficial e possuindo aspectos revolucionários, é influenciada pelos sistemas ideológicos já estabelecidos, incorporando seus aspectos em suas práticas.

Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. É claro, no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados (BAKHTIN, 2010a, p. 115).

Conforme os conceitos de hegemonia e ideologia na perspectiva Gramsciana e Bakhtiniana, compreendo que a ideologia oficial/hegemônica é dominante e busca impor uma ideia/proposta única de modelo de sociedade. As experiências na educação a distância, no âmbito público ou privado, envolveram políticas de caráter emergencial. Conforme os Decretos 61.312 de 8/9/67 e 61.314 de 8/9/67, os primeiros a regularizarem formalmente o ensino a distância mesmo antes de ser caracterizado como EAD. O intuito era alfabetizar a população para que esta atendesse aos interesses do governo, ou seja, (...) “a ideia era formar ‘capital humano’ que atendesse a mão de obra necessária, assim como foi destacado por Saviani (2015) como ‘concepção produtivista de educação’ (STELLA, 2018, p. 15).

Neste sentido, começo a associar o poder político hegemônico e suas relações com a legislação que regulamentou/regulamenta a educação a distância no Brasil em diferentes períodos, a

partir do conceito de hegemonia aqui apresentado. Todavia, devo ressaltar que esta investigação pretende contribuir com o debate acerca das políticas de implementação da educação a distância no Brasil, por meio de uma perspectiva histórica para além de análises mecânicas da legislação que norteou/norteia o ensino a distância no Brasil.

O capítulo está estruturado com as seguintes seções: a) Correspondência: um diálogo entre cartas; b) Rádio: o discurso da educação popular; c) Televisão: formação profissional da indústria; d) Internet: tensão entre conservar e inovar; e, por fim, o momento de análise e compreensão dos resultados obtidos com esta primeira etapa da pesquisa. O primeiro conteúdo a ser tratado refere-se à educação por meio de cartas. No tópico a seguir será apresentado de que forma as correspondências estavam presentes na realidade da população do campo por meio da educação não formal. Ademais, busco compreender qual era a finalidade de ensinar por correspondência e de quem foi essa iniciativa.

### 1.1 CORRESPONDÊNCIA: UM DIÁLOGO ENTRE CARTAS

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados (principalmente França, Alemanha, Estados Unidos e Suécia) tinham como objetivo ampliar o projeto educativo e, pensando nisso, passaram a investir no ensino a distância. Durante o século XX, o foco era diminuir custos e aumentar a eficiência do ensino por meio das tecnologias que estavam surgindo. No entanto, antes mesmo dessa iniciativa pensada nas novas tecnologias, o ensino a distância já estava presente em vários países, como na Inglaterra por exemplo. Em 1840, Isaac Pitman, um educador e inventor inglês, criou a estenografia, também conhecida como taquigrafia, uma técnica de escrever fazendo uso de sinais e abreviaturas. Essa técnica foi utilizada para um curso por correspondência pelos correios. Não apenas na Inglaterra, mas também na Alemanha em 1856, o uso de correspondências para ensinar línguas estrangeiras estava sendo utilizado pelo Instituto Toussaint e Langense Herdt. Nos Estados Unidos, em 1873, é fundada, por Anna Ticknor, a Sociedade de Apoio ao Ensino em Casa, também por correspondência (VIGNERON, 2005).

Com o advento da Revolução Industrial no século XIX, a educação por correspondência ganha força através dos correios e das ferrovias, com a distribuição de material impresso e entregue em diversas regiões do país. Esta forma de ensinar acabou não promovendo uma interação direta com o estudante, no entanto, foi decisiva para o desenvolvimento do ensino a distância no país após

a chegada das novas tecnologias. Entendo a educação por correspondência como a primeira experiência da EAD. Dessa maneira, ela nunca deixou de existir, apenas foi se adequando aos novos métodos de ensino (GONÇALVES, 2015).

O ensino por meio de correspondência não foi regulamentado por uma legislação vigente específica no século XVIII e XIX, pois foi um meio não formal de educação. Apesar de ter surgido no Brasil em 1904, é a partir dos anos 1930 que ganha mais visibilidade com enfoque no ensino profissionalizante, o qual funcionava como alternativa para população de áreas isoladas e que não possuíam condições de acesso ao ensino regular. O processo de industrialização exigiu políticas educacionais voltadas para a formação do trabalhador industrial (HERMIDA e BONFIM, 2006).

A primeira regulamentação para a educação a distância, ainda que não entendida pela sigla EAD, foi com o surgimento de programas educativos radiofônicos, assunto que será tratado no próximo tópico. Entretanto, as correspondências ainda eram utilizadas em alguns cursos e passaram a ser trocadas como forma de diálogo entre professor e aluno.

O artigo 7º do Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939, estabelecia como deveriam ser os programas de rádio, baseado na aprovação do regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). Neste contexto, o Instituto Monitor<sup>5</sup> passa a ofertar novos cursos como contabilidade, corte e costura, química industrial, entre outros voltados para área profissional.

Em 1956, são estabelecidas na legislação do Estado de São Paulo (Lei nº 344) as regulamentações para o ensino profissional por correspondência. Neste período, Jânio Quadros era o governador do estado de São Paulo e passava a contar com o Plano de Metas estabelecido pelo governo de Juscelino Kubitschek sob o lema "Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo". No Plano de Metas, a Educação não foi esmiuçada, pouco se mencionou sobre ela. Apenas na meta 30 havia uma prescrição para uma educação voltada ao desenvolvimento, com objetivo de formação de pessoal técnico. Vale ressaltar que nenhuma meta desse plano tratou especificamente do ensino básico. Todavia, o estado de São Paulo se beneficiou com o crescimento industrial e a concessão de crédito, o foco político era alavancar o crescimento econômico com o desenvolvimento das indústrias, produção de alumínio, aço, entre outros metais (FAUSTO, 1995).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, seguindo as propostas de industrialização, a educação primária deveria contribuir para a produtividade, permitindo que a população participasse de modo mais ativo na vida econômica e social do país. No entanto, compreendia-se que os

---

<sup>5</sup> O instituto foi fundado em outubro de 1939, pelo imigrante húngaro Nicolás Goldberger, em São Paulo, sendo considerado a escola pioneira na implantação da educação a distância no Brasil.

investimentos para a educação superior e especializada em cursos não produtivos para o sistema poderia gerar um problema mais complexo, retardando o desenvolvimento econômico. Não haveria espaço no mercado de trabalho se a população conquistasse o ensino superior em áreas que não fossem de atuação produtivista. Os investimentos no ensino superior seriam destinados para os cursos voltados à área industrial, contribuindo com o desenvolvimento do país proposto por Juscelino Kubitschek (BARBOSA 2018).

Neste mesmo período, o Instituto Monitor apresentou um texto em um evento da UNESCO, reafirmando a educação por correspondência como um modelo de ensino capaz de suprir demandas educacionais. Posteriormente, outros documentos foram elaborados nesta perspectiva, legitimando o ensino por correspondência. Em 1983, o curso por correspondência recebe uma atenção ainda maior por parte do MEC, quando é lançado o documento “Diretrizes e Bases para o Estabelecimento da Política de Informática no Setor de Educação, Cultura e Desporto”. Neste momento, Roberto Palhares, um economista e empresário, passa a representar a International Correspondence School (ICS) no Brasil, conhecida como Escolas Internacionais, com sede em Osasco, no estado de São Paulo<sup>6</sup>.

A EAD surge, então, com o ensino por correspondência em um modelo de educação não formal, ainda não regulamentado pela legislação brasileira. Compreendo que há semelhança entre o objetivo do ensino por correspondência com a política vigente naquele período. O processo de urbanização e o conseqüente aumento de trabalhadores da indústria vai ao encontro do processo de industrialização e da necessidade de mão de obra técnica, fazendo com que o ensino por correspondência buscasse atender a esta demanda.

Houve, portanto, dois momentos na história do Brasil em que este modelo de ensino foi abordado com mais frequência, sendo na década de 30 e nos anos finais da década de 50 com os governos respectivamente sob comando de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Ambos os governos não se preocuparam com os investimentos na educação básica, e sim com os cursos técnicos, com intuito de profissionalizar o brasileiro para atender a demanda das indústrias.

Sendo assim, os cursos por correspondência tinham como objetivo garantir essa formação, atendendo a população afastada dos centros urbanos. Era possível garantir a profissionalização a essas pessoas ao mesmo tempo que as inseriram no mercado de trabalho. No entanto, o ensino primário ficou restrito às elites, as quais tinham acesso ao ensino superior mais tarde. Aos jovens

---

<sup>6</sup> Informação disponível em: <<https://www.institutomonitor.com.br/quemsomos>> Acesso em: 12 nov 2020.

que eram alfabetizados, o ensino por correspondência passou a ser o mais acessível, garantindo o ensino de técnicas para atuar na indústria, mas jamais comandar uma, conforme o próprio ministro da educação durante o governo JK afirmou:

Tínhamos um pensamento muito elitista, no sentido de que não nos preocupamos naquele momento com distribuição de riqueza. Não tivemos sensibilidade para os problemas da pobreza absoluta, dos erros que estavam sendo cometidos com o excesso de urbanização. Sempre imaginamos que o Brasil precisava sair da estagnação em que vivia, que era preciso sair em busca de riqueza pelo loteamento das marginais, pelos investimentos imobiliários. Imaginamos que era preciso fazer indústrias, criar atividades. Todo o nosso pecado foi sempre procurar atrair recursos para investimentos em siderurgia, construção naval, indústria automobilística. Esta foi a tônica mais ou menos deformada que tivemos. Não pensamos socialmente bem (LOPES, 1991, apud BARBOSA, 2018, 47-48)

Compreendo que é necessário enfrentar situações como esta apresentada pelo ministro da educação, as quais são inevitáveis no decorrer dos processos de desenvolvimento. Evitar tratar de assuntos como este não significa apenas adiá-los, mas deixá-los para um futuro em que eles se tornarão perigosos, e até mesmo catastróficos por não terem sido discutidos e resolvidos no tempo certo. Além disso, é possível identificar o apoio do governo aos grandes empresários, pois se pensava apenas no desenvolvimento de indústria e por trás disso a sociedade foi induzida a compreender tal situação. Destaco que existe uma hegemonia cultural, a qual nos mostra como a burguesia de um país consegue ter seus interesses identificados como se fossem os interesses de toda sociedade. A elite composta por grandes empresários é capaz de organizar a sociedade como desejar, de acordo com sua ideologia, isso ocorre até mesmo no organismo estatal, criando condições favoráveis para a expansão da própria classe (GRAMSCI, 1978).

À vista disso, todo o discurso concreto vai encontrar o objeto para o qual está voltado sempre, o qual poderá estar contestado ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele (BAKHTIN, 2010a). Sendo assim, é possível afirmar que tanto o governo de Getúlio Vargas quanto o de Juscelino Kubitschek foram marcados pelo desenvolvimentismo na década de 50 e também pelas transformações que o processo de industrialização e modernização causaram na sociedade brasileira. Por fim, a educação não foi a propulsora do desenvolvimento nacional, mas foi utilizada como ferramenta para o crescimento econômico do país.

É possível compreender como o discurso em esferas políticas sobre a Educação a Distância, mesmo antes de ser denominada como EAD, construiu, por meio de sua materialidade, a imagem de que esta modalidade de ensino é uma forma de oportunizar o sujeito a estudar e garantir um

emprego formal. É possível identificar isso já com os primeiros documentos aqui analisados, que se referem ao período de governo de Getúlio Vargas e posteriormente Juscelino Kubitschek. Os dois governos, respectivamente na década de 30 e anos finais da década de 50, focaram em cursos técnicos e profissionalizantes com o discurso de dar acesso aos estudos para os brasileiros e ao mesmo tempo atender a demanda das indústrias. Quando o discurso aponta a proposta de acesso aos estudos, ele carrega em sua materialidade a democratização

O sentido de dar acesso a uma formação profissionalizante foi se constituindo discursivamente, na medida em que o ensino por correspondência atendeu um determinado grupo, de modo que “(...) o sistema de correios possibilitou a distribuição de material impresso para grandes distâncias, facilitando a realização de cursos por grande número de pessoas de regiões mais isoladas” (GONÇALVES, 2015, p. 35864).

É possível identificar nessa afirmação de que os correios facilitaram a distribuição das correspondências para atender regiões mais isoladas, ou seja, dar acesso a estes grupos afastados dos centros urbanos. Outra afirmação da mesma autora, aponta que a Educação a Distância como sendo a mais democrática entre as modalidades, vejamos:

(...) a Educação a Distância pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois, utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação, transpõe obstáculos de tempo e de espaço, tornando o conhecimento acessível, disponível, alcançável em qualquer hora, em qualquer lugar (FAVA, 2014, p. 202 *apud* GONÇALVES, 2015, p. 35860 ).

Entretanto, a afirmação pode ser questionada, visto que o acesso à educação também é uma forma de democratizar. Contudo, democratizar o quê e para quem? Neste contexto, entendo que o termo democratizar estava restrito ao acesso à educação para a população menos privilegiada economicamente, para que estas conseguissem um trabalho, e não necessariamente ao seu desenvolvimento para formação humana.

Se pensarmos nas reformas que ocorrem na Educação, muitas vezes elas representam estratégias e interesses do sistema capitalista, o qual busca promover a manutenção de um status conservador. Assim, a Educação quando é pensada na totalidade da sociedade que é controlada pelo capital, não se torna a solução para todos os problemas existentes (MÉSZÁROS, 2008). A educação deve ser uma forma de comunicação entre sujeitos com graus diferentes de desenvolvimento humano, deve estar ligada à promoção destes sujeitos, o que envolve tanto o educador quanto o educando. Para tornar possível a formação humana, é necessário compreender o processo de

formação da própria existência humana no tempo, fazendo com que a filosofia e a história da educação constituam o núcleo da formação do educador (SAVIANI, 2010). O modelo de educação que considere a formação humana deve ser um:

(...) contínuo movimento de apropriação das objetivações humanas produzidas ao longo da história. Eis como a filosofia estará concorrendo, na educação, para, a partir das relações alienadas, abolir os entraves que a forma social capitalista vem impondo ao desenvolvimento plenamente livre e universal do ser humano e de sua formação (SAVIANI, 2010, p. 432.)

No que se refere ao contexto dos sujeitos da EAD, a falta de conhecimento prévio em relação à tecnologia, assim como aqueles que tiveram uma educação básica precária e que não possuem a capacidade de organização individual com sua rotina de estudos, tendem a ter mais dificuldades para a EAD. Essas dificuldades também ocorrem na modalidade presencial, porém, na EAD, o distanciamento com os professores reflete diretamente nesta situação, agravando ainda mais, fazendo emergir a contradição do discurso de democratização do ensino superior a distância.

No que se refere à “democratização”, apreendo que essa é uma palavra ressignificada, pois os termos são caracterizados pela sua generalidade e funcionam como apoio para uma palavra, sendo, então, caracterizado como fulcro. (PONZIO, 2010). A “Democratização” torna-se, portanto, uma palavra, pois foi ressignificada ao longo da história e tem como base o termo “Democratizar”. No entanto, dar acesso não é garantia de igualdade, visto que garantir que uma necessidade seja atendida não garante que todas as outras sejam atendidas também.

Quando pensamos na proposta de democratizar o ensino, um dos sentidos possíveis é a proposta de tornar a escola acessível, garantir a igualdade do direito à educação, entre outros pontos relacionados ao termo democratizar. Contudo, a EAD apesar de ter como objetivo a oferta de cursos a fim de proporcionar os estudos as camadas sociais marginalizadas, tinha também como foco, a educação especificamente para o trabalho.

(...) a forma inicial de oferta dos cursos a distância era a correspondência e tinha como finalidade ampliar a oferta de oportunidades educacionais, permitindo que as camadas sociais menos privilegiadas economicamente pudessem participar do sistema formal de ensino, sobretudo da educação básica, uma vez que as preocupações iniciais da EAD estavam focadas neste nível de ensino e em cursos preparatórios para o trabalho (MUGNOL, 2009, p. 337 apud GONÇALVES, 2015, p. 35864).

Tivemos também, como antecedente, a Revolução Industrial no século XIX, que possibilitou o fortalecimento da educação por correspondência via correios e ferrovias em diversas regiões do país. A correspondência utilizada como meio para dar acesso aos estudos para os brasileiros, focou principalmente em cursos de alfabetização para que ao mesmo tempo que fosse elevado o número da população alfabetizada, preenchesse também as lacunas no mercado de trabalho, que neste período já necessitava de profissionais alfabetizados. Foi, portanto, uma política de caráter emergencial que uniu duas necessidades das quais o Estado estava interessado.

Compreendo, então, que tanto os cursos técnicos e profissionalizantes, assim como o processo de alfabetização por correspondências trazem em sua materialidade discursiva a defesa do desenvolvimento econômico do país propagado por meio da ideia de democratização do ensino para os trabalhadores. Portanto, neste período, o foco esteve muito mais em democratizar para o trabalho do que para a oportunidade de estudos.

Na próxima seção, discutirei sobre o discurso da educação popular, momento em que se ofertaram cursos de alfabetização a distância através do rádio, outro momento na história da educação a ser compreendido para além de análises mecânicas, as quais carregam consigo na maioria das vezes a ideia de democratização do ensino.

## 1.2 RÁDIO: O DISCURSO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Durante a década de 1950, a maior parte da população brasileira era rural e enfrentava vários problemas, dentre eles a desnutrição, o analfabetismo e o alto índice de mortalidade infantil. Isso mostrava a necessidade de um trabalho educativo amplo e eficiente o mais breve possível. Neste sentido, passam a ser propostos alguns programas para atender a população rural, entre eles o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (STELLA, 2018).

No que se refere ao MEB, seus primeiros passos foram em 1958, com a cartilha lançada pelo professor João Ribas da Costa, chefe do Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA). Na cartilha, haviam algumas atividades de leitura e gramática com exercícios voltados ao conteúdo trabalhado e ilustrações, as quais retratavam a vida no campo. No entanto, apenas em 1961 o MEB foi oficialmente regulamentado através do Decreto nº 50.370, de 21 de Março de 1961, sendo um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), constituído como

sociedade civil e de direito privado, sem fins lucrativos, atualmente com sede no Distrito Federal (STELLA, 2018).

O MEB foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e apoiado pelo Governo Federal por meio de decreto presidencial. A Igreja Católica estava neste momento como aliada do Estado, constituindo uma aliança forte em um governo desenvolvimentista da década de 1950 e 1960. Vale ressaltar que a iniciativa do movimento surgiu por parte dos bispos progressistas do Nordeste brasileiro.

Além da preocupação com os problemas sociais, a Igreja percebeu o desenvolvimento de movimentos sociais vinculados à esquerda. Com isso, temeu por uma aproximação destes com a população rural, a qual estava em um contexto de isolamento das questões políticas do momento. O principal receio da Igreja era de que esses movimentos atingissem o meio rural e influenciasse essa população com ideais comunistas e esse pensamento era devido ao contexto recente da Guerra Fria (1947 - 1991) e as possíveis influências da Revolução Cubana (1959) (STELLA, 2018).

Pensando pela perspectiva Bakhtiniana de que tudo o que é ideológico possui um valor semiótico<sup>7</sup>, compreendo que como os movimentos de esquerda representavam uma luta própria, surge, então, um conflito de interesses mostrando uma relação de poder entre sujeitos. Com isso, o MEB pretendia que a alfabetização fosse realizada por meio de um programa intensivo de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sendo focado para área agrícola e promoção social. As escolas radiofônicas eram constituídas por um grupo da comunidade local com apoio de uma emissora, a qual era na maioria das vezes de propriedade da Igreja Católica. O MEB buscava concretizar a educação em ações diversas dentro da comunidade local, incluindo o saneamento básico, a vacinação, o registro civil, entre outras ações (FÁVERO, 2004).

A Igreja pretendia alfabetizar a população através do MEB com aulas radiofônicas, devido a distância das áreas rurais até os centros urbanos e assim, disseminar seus ideais cristãos anticomunistas.

(...) a Igreja Católica investe em uma instrução popular à distância em que era possível atingir grande parte da população rural por meio da tecnologia radiodifusora, vindo a ocorrer a primeira experiência com esse modelo de educação

---

<sup>7</sup> Para a semiótica todo conhecimento é produzido por meio de signos, ela estuda as formas de composição dos textos, sua situação de produção, e seus efeitos de sentido. É uma forma de compreender o processo de construção de conhecimento (BAKHTIN, 2010a).

no Rio Grande do Norte, com o Bispo D. Eugênio de Araújo Sales da Arquidiocese de Natal, como coordenador (STELLA, 2018, p. 66).

O MEB, assim como outros programas de educação para adultos, se desenvolveu com objetivo de atender regiões mais afastadas dos centros urbanos, sendo que estas regiões eram vistas como “atrasadas” por conta das dificuldades e necessidades enfrentadas com os serviços comunitários.

“Entendia que, nas regiões “atrasadas”, as dificuldades de organização da família e as deficiências dos serviços comunitários dificultavam ou mesmo impediam que as populações pobres adquirissem o mínimo de conhecimentos, hábitos e atitudes que lhes permitissem caminhar na direção de vida mais plena e feliz” (FÁVERO, 2004, p. 2).

No que se refere ao MEB especificamente, sua relação direta do Estado com a Igreja Católica tinha como intuito de preparar a população rural para atender as demandas do governo desenvolvimentista, ou seja, mão de obra para as indústrias, principalmente, e, além disso, proporcionar um ensino cristão vinculado aos costumes da Igreja Católica. Ademais, contei também com o Decreto 61.314 de 8 de setembro de 1967 que "prevê a educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo" (BRASIL, 1967). Esse decreto foi criado após 1964, ano que marca o início da Ditadura Civil Militar e aponta o interesse do Estado em manter as crianças focadas em costumes cívicos ligados à ideia de moral e ao bom costume disseminados na época.

Durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985), o Estado buscava atender aos interesses das classes mais altas que favoreciam o sistema. O processo de escolarização ocorreu na tentativa de desenvolver uma mão de obra qualificada para atender a demanda ocasionada pela industrialização que ocorria no país neste período. Enquanto as classes mais altas comandavam as indústrias, as classes mais baixas eram encaminhadas para o trabalho operário. Apesar de a Igreja se opor ao comunismo, o MEB enfrentou perseguições e o próprio sistema foi acusado de ser comunista (STELLA, 2018). No entanto, sobreviveu ao Golpe devido à proteção da Igreja, porém, adquiriu uma nova orientação teórico-metodológica e a partir de 1965 passou a integrar a ideologia oficial do Regime (PEREIRA, 2006 apud STELLA, 2018).

Quando um certo tipo de dominação ideológica de uma classe se sobressai a outra, atribui-se o conceito de Hegemonia Cultural (GRAMSCI, 1978). Foi o que ocorreu no caso da Igreja Católica, a qual foi protegida pelo Regime Militar e adequou seus programas e movimentos em detrimento da ideologia dos militares. A Igreja Católica neste período defendeu sua unidade

doutrinal envolvendo uma sociedade composta por fiéis cristãos. Seu objetivo era não diferenciar seus estratos intelectuais dos sujeitos simples, evitando a formação de duas religiões, sempre mantendo sua hegemonia, mesmo que esta fosse influenciada por classes com maior poder.

No que se refere ao outro movimento, o MOBRAL, foi Instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967 no governo do presidente Arthur da Costa e Silva. Inicialmente, funcionou como órgão de assistência financeira e técnica às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos. Mais tarde, com o Decreto nº 62.484 de 29 de março de 1968, aprovou-se o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização.

O período de 1969 a 1974 abrange o governo do Presidente Emílio Médici. Neste período, o foco da educação também era preparar mão de obra para atender ao desenvolvimento econômico e à competição internacional. Durante a Ditadura Civil Militar no Brasil em 1964, os militares defendiam uma reforma no sistema de educação. Esse fator foi determinante para efetivação da Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de Primeiro e Segundo grau, 5.692/71. Antes disso, no decorrer da década de 1950 o analfabetismo passou a ser visto como motivo do atraso de regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, a realidade de muitos brasileiros correspondia à exclusão de grande parte da população, a qual permaneceu fora do sistema escolar. Tal situação acabou atingindo a população diretamente, porque havia a dificuldade ao acesso à educação formal ao mesmo tempo em que era necessária uma qualificação para entrar no mercado de trabalho (STELLA, 2018).

Portanto, o MOBRAL e o MEB fizeram parte do discurso do Estado na política de educação de adultos. O sistema político vigente no país encontrou na educação um forte instrumento de difusão e manutenção do regime. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN, 2010a) que, neste caso, referia-se a uma classe interessada em manter o controle sobre as classes subalternas e que se escondia por trás de um discurso a favor da educação.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização, no entanto, destaca de forma mais clara a representação materializada das ideologias militares. A educação desempenhou seu papel enquanto um importante meio de legitimação política, no entanto, é necessário entender que foi através de uma silenciosa alienação das massas. O MEB apesar de ter iniciado como educação popular e baseado no método do educador Paulo Freire, também sofreu com as regras do período ditatorial e sobreviveu devido a submissão ao regime, atendendo aos interesses do Estado.

Este período foi marcado, portanto, pelo discurso da educação popular, a qual buscava atender os grupos sociais que estavam afastados dos centros urbanos. No entanto, o objetivo em educar estes grupos não era apenas em promover a educação, mas sim em afastá-los de movimentos dos quais a Igreja Católica não concordava, como foi o caso do MEB. Houve uma ligação entre o Estado e a Igreja Católica, pois enquanto o Estado regulamentava o processo de alfabetização destes sujeitos, a Igreja colaborava com as atividades práticas de ensino.

Novamente, a democratização do ensino está inserida na materialidade discursiva, vejamos isso em três documentos constituídos por discursos oficiais. O primeiro refere-se ao programa de educação de base das escolas radiofônicas, o MEB.

Art. 1º O Governo Federal prestigiará o Movimento de Educação de Base (MEB) através de Escolas Radiofônicas a ser empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País. (BRASIL, 1961).

O segundo refere-se ao processo de alfabetização de adultos e adolescentes:

Parágrafo único: Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após êsses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária. (LEI Nº 5.379, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967).

O terceiro refere-se ao MOBREAL, que em seu Art 1º decreta que o programa (...) terá por finalidade a execução do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos (...) (Decreto nº 62.484, de 29 de março de 1968). Com estes documentos, foi se propagando os sentidos de democratização que neste caso se resumem em alfabetizar adultos e adolescentes da área rural, para que estes não fiquem desassistidos pelo governo em comparação com a população urbana, que teoricamente estava sendo mais privilegiada. Entendo que o interesse em alfabetizar a população do campo estava ligado ao interesse do Estado em preparar os sujeitos para atender as expectativas de trabalho e, ao mesmo tempo, elevar o índice da população alfabetizada.

Tendo em vista que o MEB foi empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e os textos aqui discutidos, ressalto que o discurso é exposto de modo que o Estado e a Igreja Católica sejam vistos em sua pretensão de alfabetizar a população do campo, para que estes não

fossem desfavorecidos em detrimento da população urbana; logo, pretendia-se dar acesso à educação para todos.

Contudo, na mesma materialidade discursiva, podem ser notados alguns interesses desenvolvimentistas também, especialmente no que diz respeito à formação de mão de obra para o trabalho. O discurso nos permite compreender estas afirmações com base em seu contexto (onde foi dito, quando foi dito, para quem foi dito). Abaixo, serão retomados os objetivos do MEB com as aulas radiofônicas, vejamos:

[...] tinha como objetivo a formação integral do homem, para sua promoção, entendendo como educação um processo global não se limitando apenas à instrução, mas formando “na ação, ajudando o homem a promover-se.” (MEB, 1979, p.4). Juntamente com outros movimentos sociais do cenário brasileiro no final da década de 1950 e começo dos anos de 1960 estava associado não apenas à educação, mas também a cultura popular, pois se aliou a outros movimentos sociais e culturais. (FARIAS, 2013, p.2).

Apreendo, então, que o MEB tinha como objetivo a educação popular, pois buscava atender uma população marginalizada considerando sua cultura e envolvendo movimentos sociais daquele período (década de 50). Desta forma, aliou-se a outros grupos a fim de promover esta educação, mesmo que para isso precisasse atender aos interesses do governo, formando para a mão de obra. Além do MEB, outros movimentos se destacaram na década de 60 com o discurso da educação popular.

[...] MCP - Movimento de Cultura Popular (Recife/PE), Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (Natal/RN), CPC – Centro Popular de Cultura, criado pela UNE – União Nacional dos Estudantes, CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba, e Sistema Paulo Freire, cujas primeiras experiências de alfabetização e conscientização de adultos foram realizadas no MCP e sistematizadas no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife; viabilizaram a experiência de Angicos, que projetou Paulo Freire em plano nacional, para a realização do PNA – Programa Nacional de Alfabetização, objetivando alfabetizar cinco milhões de pessoas. (FÁVERO, 2004, p. 6).

Desta forma, o MEB, bem como outros movimentos, buscou por meio da educação popular garantir o acesso à educação a grupos sociais afastados dos grandes centros urbanos e em condição socioeconômica precária. Alguns movimentos possuíam relação com a Igreja Católica e o MEB é o principal exemplo disso. Contudo, as ações desenvolvidas por estes movimentos e também pela

Igreja foram apropriadas pelo governo como forma de manter estes trabalhadores como operários de uma elite já estabelecida. Um exemplo disso foi a aliança entre o Estado e a Igreja Católica.

[...] marcados pela ideologia do desenvolvimentismo e vendo na educação uma das formas de resolver os problemas do subdesenvolvimento -, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o governo estabeleceu uma aliança com a Igreja Católica, com vistas a acelerar a industrialização do país e o desenvolvimento cultural e científico do povo, especialmente nas regiões subdesenvolvidas. Inicialmente a cooperação existente entre a Igreja e o Governo, buscava soluções para o desenvolvimento do Nordeste, atendendo especialmente ao homem do campo para prepará-lo para assumir seu papel no processo de desenvolvimento do país, apontando para uma atuação que favorecia o controle e a manipulação das massas com vistas a manutenção do sistema social e político vigente (RODRIGUES, 2008, p. 67).

Com base nisso, é possível afirmar que os movimentos passaram a ser controlados pelo Estado, o qual visava a manutenção dos grupos sociais já estabelecidos, uma determinada classe subordinada a outra. O discurso da educação popular foi utilizado, portanto, para manter uma aproximação com os trabalhadores e prepará-los para ações em prol do desenvolvimento econômico no país, principalmente no setor industrial.

Na seção a seguir, discuto sobre o discurso de formar os profissionais para atuação na indústria, momento em que se utilizou a televisão como ferramenta para ofertar cursos técnicos. No entanto, é possível verificar com as seções anteriores que o governo possui algum interesse específico não destacado em seu discurso favorável à educação e é neste ponto que serão feitas relações entre discurso, ideologia e hegemonia de poder na educação brasileira.

### 1.3 TELEVISÃO: FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA

O surgimento da televisão no Brasil foi em 1950, com a TV Tupi. O nascimento desta emissora ocorreu sem uma legislação específica, pois ainda não havia necessidade para tal regulamentação com base na Ciência do Direito. Os primeiros programas de televisão sofreram forte influência do rádio e foram as primeiras experiências com imagens. Os investimentos iniciais para a implementação dos programas eram advindos do setor privado e seu desenvolvimento possuía forte ligação com as políticas do regime militar a partir da década de 60. Antes mesmo da Ditadura Civil Militar já havia interesses militares pela telecomunicação. A mais famosa, a TV Globo, foi criada em 1965 pelo Roberto Marinho, sendo a mais beneficiada pelos investimentos oficiais no setor de telecomunicações, sendo que o regime militar contribuiu para a estrutura da

Globo e com o crescimento do país, o que ocasionou a ampliação do mercado publicitário na emissora, produzindo a imagem de um país em ordem e progresso (OLIVEIRA, 2011).

Neste período, o Brasil era capaz de promover uma grande ação de teleducação, com uma televisão de alta qualidade técnica para atender uma sociedade com baixos índices de escolarização. A TV Cultura apresentou o curso Madureza Ginásial com objetivo de contribuir para que a Educação fosse propulsora da integração social nacional (OLIVEIRA, 2011). O objetivo era a promoção humana unindo os brasileiros em prol do desenvolvimento nacional, econômico e cultural. Surgiram críticas ao modelo e insegurança por parte dos interessados em manter a teleducação, as quais recaíram sobre o Estado. Entendia-se então que o Estado deveria se responsabilizar como agente impulsionador das ações de teleducação. No entanto, o Estado agiu de modo parcial executando algumas ações (OLIVEIRA, 2011).

O uso da televisão como ferramenta de ensino foi regulamentado pelo Decreto 61.312 de 8/9/67 que "prevê a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização". O próprio MOBRAL discutido anteriormente foi apresentado como programa de televisão, além claro, do rádio, o principal difusor de informações na década de 60. O projeto tinha como principal característica manter a relação das políticas educacionais com a teleducação, ou seja, o governo pretendia atender aos objetivos educacionais integrando os marginalizados do sistema escolar. Concomitantemente, difundia seus interesses de bases sociais de legitimidade do regime entre as camadas populares. Neste momento, as bases sociais estavam entrelaçadas com as classes médias em face do AI-5. O MOBRAL foi um movimento imposto, pois não contou com a participação dos educadores e de boa parte da sociedade (OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, compreendo que a sociedade estava de acordo com tais movimentos e isso ocorre porque há uma determinada ideologia difundida, neste caso, a ideia de alfabetização funcional e a educação continuada para adolescentes e adultos, a qual foi um meio para inserir os jovens no trabalho e não um modelo de formação humana.

O Ministério da Educação e Cultura ficou responsável pela distribuição das aulas e pela instalação dos núcleos de recepção, vejamos:

Art. 4º. O Ministério da Educação e Cultura cuidará, através do Departamento Nacional de Educação e da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, da distribuição de aulas de alfabetização para serem transmitidas por todas as emissoras do País, bem como, por intermédio das Secretarias de Educação e Cultura, da instalação progressiva de núcleos de recepção organizada (BRASIL, 1967).

Assim sendo, os interesses de classes privilegiadas em ter mão de obra unida ao interesse do governo pelo desenvolvimento econômico tornam a hegemonia mais sólida e sem necessidade de utilizar a violência explícita. Portanto, a hegemonia exige o consentimento, fazendo com que as estruturas de poder e autoridade sejam aceitas com naturalidade e como legítimas sem nenhum questionamento (GRAMSCI, 1978). Neste contexto, é possível dialogar com a ideologia oficial e a com a ideologia do cotidiano, considerando que a ideologia oficial está estruturada e institucionalizada na sociedade por meio de grandes segmentos, os quais estão sistematizados como grandes visões de mundo. Essa ideologia é representada por diferentes esferas da atividade humana, como a religião, a escola, a política, o jornalismo, entre outros. Ela é uma ideologia dominante porque atua com as forças centrípetas para a construção e fortalecimento de uma única concepção sobre o mundo criando uma estabilidade sob o discurso, tornando-se também hegemônica. Enquanto isso, a ideologia do cotidiano tem origem nas relações comuns da vivência cotidiana do sujeito.

A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência (...) Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano (...) (BAKHTIN, 2010a, p.121).

A ideologia do cotidiano faz parte da vida dos sujeitos e é por meio dela que surge a ideologia oficial. Toda ideologia oficial já foi um dia ideologia do cotidiano, e essas ideologias sobrevivem por meio das interações sociais mediadas simbolicamente. (BAKHTIN, 2010a).

Todavia, por mais que uma ideologia esteja cristalizada socialmente, isso não significa que ela seja verdadeira para todos igualmente. A ideologia oficial/cristalizada é verdadeira para o grupo dominante, que possui poder e influência sobre a sociedade, essa é a base de sua coerência racional.

A coerência racional da ideologia vem exatamente pelo fato de ela não dizer tudo, porque não pode dizer tudo. Ao mesmo tempo em que ela afirma, ela nega. Esse é realmente o seu jogo. Seu domínio real consiste em esconder sua natureza, e, para tanto, ela tem que ocultar a dominação de uma classe sobre as outras, pois isso é que fundamenta a ideologia. (...) . Mesmo que isso seja uma visão invertida da realidade, tal verdade se cristaliza, e, no lugar da classe dominante que tem o poder

econômico e o poder político, surgem as idéias dominantes 'verdadeiras', que é a ideologia. (MIOTELLO, 2001, p. 61).

A ideologia, junto ao poder, é capaz de ocasionar a configuração de uma hegemonia política, uma vez que as estruturas de poder têm origem nas relações discursivas entre os sujeitos. Sempre que houver uma ideologia dominante, ela será aderida pelos demais como se os interesses entre os sujeitos fossem os mesmos e como se não houvesse divisão de classes.

Isso não significa que os dominados não tenham idéias, mas as suas idéias são reprodução das idéias dos que dominam, pois a ideologia é o que faz todos representarem sua prática social pelas idéias da classe dominante. Isso leva os dominados a considerarem válidas, verdadeiras e racionais apenas as idéias da classe dominante, e apagam a divisão da sociedade em classes, de modo que os interesses dos dominadores sejam considerados interesses comuns. (MIOTELLO, 2001, p. 62).

É neste contexto que ocorre um jogo de forças, pois, mesmo que haja a tentativa da homogeneização do discurso, sempre haverá uma relação dialógica por meio da contrapalavra. O sujeito encontra nas contradições das vozes sociais as estratégias para resistir e lutar contra a monologização. Neste caso, o caráter centralizador das ideologias verbais é denominado como forças centrípetas. A língua se estabelece em cada momento da vida do sujeito, se opondo ao discurso diversificado. As forças centrípetas são de centralização, mas por meio dos enunciados acabam se afastando das vozes dominantes, e isso gera um movimento de descentralização, que é denominado como forças centrífugas (BAKHTIN, 2010b).

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas, como das centrífugas. Os processos de centralização e descentralização de unificação e desunificação cruzam-se nesta enunciação, e ela basta não apenas à língua, como sua encarnação discursiva individualizada, mas também ao plurilinguismo, tornando-se seu participante ativo (BAKHTIN, 2010b, p. 82).

Nesta contradição, ocorre a dinâmica da estratificação e do plurilinguismo, na medida em que a língua se desenvolve “(...) ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológica e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação” (BAKHTIN, 2010b, p. 82).

Seguindo esta perspectiva, é possível relacionar estas forças com a dialética das ideologias que envolvem este período dos cursos ofertados por meio da TV que corresponde às décadas de 60 e 70. Existe uma tensão entre as forças que centralizam (centrípetas) e as que descentralizam

(centrífugas), pois, o Estado foi realizando algumas tarefas para regulamentar o uso da TV, permitindo que empresas privadas fossem as responsáveis pela educação naquele contexto. Neste caso existe o jogo de forças na medida em que o governo buscava difundir os interesses de um determinado grupo a fim de legitimar o Regime Militar. Contudo, entre as camadas populares havia uma realidade contraditória aos interesses do grupo dominante. As ações educacionais são direcionadas para os grupos marginalizados do sistema escolar. Este foi um meio para inserir os jovens ao trabalho e ao mesmo tempo legitimar o poder. Tudo isso só foi possível por meio das interações sociais, já que o grupo dominante precisou conhecer o grupo dominado para proferir seu discurso de modo a convencer os demais de que este era um caminho a favor de todos. Vejamos como os programas tele educativos seguiram esta perspectiva.

Sobre os cursos tele educativos é possível destacar o Telecurso 2º Grau, que após as reflexões acerca da influência do regime na teleducação e sua relação com a rede Globo, fica clara sua perspectiva, atender uma sociedade que necessitava ser alfabetizada para atender a mão de obra qualificada em prol de um desenvolvimento econômico do país. Os programas do Telecurso e também do MOBREAL eram apresentados em teleaulas dramatizadas com publicações didáticas, os alunos e os monitores eram protagonistas de uma série constituída por 60 teleaulas de vinte minutos cada uma. A educação ganha cada vez mais uma visão desenvolvimentista com a justificativa do crescimento econômico do país. Neste contexto, o setor educacional passa a sofrer intervenções por parte do Regime Militar com diversas reformas, entre elas, a Lei 5.692 de agosto de 1971, a qual reformulou as bases do ensino de 1º e 2º graus criando a modalidade de Ensino Supletivo e autorizando o uso do rádio e da televisão para o ensino (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com a Lei 5.692/71 o currículo ficou dividido em Comunicação e Expressão, referindo-se à Língua Portuguesa; Estudos Sociais, referindo-se a Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil; Ciências, referindo-se a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas. O ensino de Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, passou a ser obrigatório para os estabelecimentos oficiais e facultativo para os alunos.

Mais tarde, em 1995, ocorreu a reformulação do Telecurso 2º Grau, tornando-se então o Telecurso 2000, o qual passava a contar agora com o curso técnico de mecânica. A mudança mais significativa no projeto foi transformar o então ensino primário e ginásial em 1º Grau, bem como o ensino profissionalizante, que passou a ser obrigatório para todo 2º Grau.

É fato que, ao assumirem o poder, os militares foram responsáveis por várias ações no campo da teleducação em favor de seus objetivos, sempre com a justificativa de desenvolvimento econômico. Todavia, o uso da televisão necessitou de um controle, para isso surgiram leis para moderar emissoras e controlar anúncios privados. Roberto Marinho, por ser um dos mais influentes na área e tendo relação com o Regime Militar, criou uma condição quase monopolizadora da Rede Globo, construindo uma imagem de que a emissora era uma prestadora de serviço social e preocupava-se com a instrução pública da sociedade. Mesmo com o controle da ferramenta (televisão), a educação não deixou de ser um produto comercializado (OLIVEIRA, 2011).

A visão desenvolvimentista da educação ganhou cada vez mais espaço no cenário brasileiro, na medida em que a TV Globo, assim como a Igreja Católica por meio do MEB, no período da educação, por meio do rádio passou-se como prestadores um de serviço social, ou seja, como se estivessem realizando uma caridade aos grupos marginalizados, quando na verdade estavam utilizando a educação como ferramenta pelas instituições para uma ideologização. Foi uma ação que uniu interesses entre o Estado brasileiro, a Igreja Católica e neste último caso, a Rede Globo.

Este contexto possibilitou as relações entre o Estado e a sociedade civil. Separadamente do discurso de desenvolvimento do país estavam os grupos marginalizados, que necessitavam dos cursos de alfabetização para acompanhar o processo pelo qual passava o país naquele momento, pois, conforme mencionado anteriormente, estávamos no contexto de industrialização. Neste cenário havia o fluxo de recursos para as organizações particulares, as quais passariam a ofertar um projeto de educação como modelo de salvação para os desempregados.

Por outro lado, muitas dessas políticas subsidiárias serviram como instrumentos para fortalecer a relação entre o estado e as organizações privadas, gerando a sensação de justiça social. O Estado contribuiu para que a assistência social fosse vista como solidariedade/caridade, quando o seu papel deveria ser o de garantidora de direitos sociais e não uma entidade provedora de benevolência paliativa<sup>8</sup> (MESTRINER, 2001).

No decorrer deste processo, na medida em que o discurso de justiça social ganhou legitimidade, o discurso oficial foi se constituindo em resposta às ideologias do cotidiano, incorporando as vozes dos sujeitos e dos grupos a quem se destinavam os discursos oficiais para alcançar um grupo cada vez maior.

---

<sup>8</sup> Benevolência paliativa refere-se a situação em que se ameniza o problema, mas não o trata por completo. (MESTRINER, 2001).

Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. É claro, no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados (BAKHTIN, 2010a, p. 115).

Um grupo social dominante é capaz de unificar seu projeto de sociedade e de política por meio de forças não homogêneas, marcado pelas contradições que existem no interior da própria classe social. Muitas instituições funcionam como aparelhos hegemônicos e são estes que formam a sociedade civil. Isso inclui instituições de diversos segmentos, podendo ser escolas e universidades, assim como, igrejas e organizações privadas (GRAMSCI, 1978).

Portanto, no que se refere ao período dos tele cursos, criou-se uma ideia de democracia e de interatividade em uma situação construída pela mídia e pelos grupos dominantes. Pensando que a palavra penetra literalmente em todas relações entre indivíduos, ou seja, nas relações de base ideológica, relações de caráter político, entre outras. É possível entender como as palavras são enunciadas a partir de conceitos ideológicos e estão sempre intencionadas nas relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN, 2010a). Neste caso, as estruturas de poder, seja na Igreja ou na política, podem influir direta ou indiretamente sobre a opinião pública, interferindo no pensar e no fazer das classes sociais subalternas (GRAMSCI, 1978). Compreendo, então, que o discurso de alfabetizar e formar profissionais para a indústria foi difundido em prol do desenvolvimento do país entrelaçando a ideia de democratizar o ensino, tendo, para isso, o Regime Militar e a Rede Globo como ferramentas para este processo.

Na próxima seção, busco compreender o discurso da educação a distância via internet, que se apresenta como um modelo inovador e moderno, mas que não deixa de ser conservador. A materialidade discursiva mostra os sentidos e os interesses do Estado e dos conglomerados de educação privada em proporcionar o acesso à educação superior via EAD.

#### 1.4 INTERNET: TENSÃO ENTRE CONSERVAR E INOVAR

O ensino a distância através da internet pode ser o mais conhecido atualmente, mas ele ganhou proporção recentemente. As novas tecnologias surgiram e, a partir da década de 70, quando os programas educativos baseados em material impresso, áudio e vídeo tornam-se acessíveis por

meio de computadores. Além disso, a capacidade de armazenamento desta nova ferramenta influenciou neste processo de mudança.

A EAD via internet foi regulamentada mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996 e permanece até hoje como modalidade de ensino, se intensificou ainda mais com as últimas novidades tecnológicas, as quais possibilitam entre tantas atividades, a videoconferência em tempo real. O foco da EAD atual é o Ensino Superior, o qual pode ser 100% online e ainda é permitido por lei, – discutida mais adiante – cuja flexibilidade permite que até 40% da carga horária em cursos superiores presenciais também sejam ofertadas a distância.

Conforme mencionado, a EAD possui uma longa história, que vai desde a correspondência até a internet. Vale ressaltar, porém, que apenas em 1996 ele foi regulamentado como modalidade de ensino. A partir disso, surgiram outras novas regulamentações por meio de Decretos, Portarias e Resoluções acerca da EAD. As políticas educacionais, contando com apoio jurídico, passaram a estruturar uma oferta mais intensa para expansão da educação superior brasileira e também para formação de professores, Compreendo portanto, que o foco neste momento não é mais o de alfabetizar uma sociedade marginalizada, mas sim, de ofertar uma educação superior. Ou seja, o que antes era uma ferramenta de complementação por uma falha na educação, hoje tornou-se a própria modalidade de ensino.

A regulamentação da EAD está prevista no artigo 80 da LDB.

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos educacionais, desde que acompanhadas de programas específicos. Além disso, autoriza a concessão de canais comerciais (BRASIL, 1996, p. 29-30).

O artigo permite a aplicação da EAD em todos os níveis, bem como todas as modalidades de regulamentação própria das instituições, desde que o credenciamento seja feito pela União. Ou seja, é dever do Poder Público incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância. Também, trata da concessão dos canais com fins educativos, com reserva de tempo mínimo em canais de TV e rádio, assim como custos de transmissão reduzidos para estes fins.

A respeito do analfabetismo, é possível afirmar que as taxas diminuiram, porém, não foram erradicadas, conforme nos mostra um dossiê do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso –FHC (DURHAM, 1999). Houve um aumento no número de instituições de ensino públicas e redução nas privadas no que se refere ao ensino básico. Esses dados são positivos, pois mostram que houve uma preocupação por parte do governo FHC em qualificar professores e ampliar o acesso ao ensino básico gratuito.

No entanto, o mesmo não ocorreu com o ensino superior. Ao calcular a porcentagem de alunos matriculados no ensino superior, apenas 12% dos jovens entre 20 e 24 anos estavam cursando ensino superior naquele momento. A taxa é considerada baixa, visto que países de renda per capita menor que o Brasil atingiam até 39%, enquanto que países desenvolvidos como a França atingiam 50%. Vale mencionar que os Estados Unidos ultrapassam 80%. A situação era grave e necessitava de uma política para melhorar a situação brasileira (DURHAM, 1999).

Contudo, isso foi um reflexo do crescimento do país sem haver uma preocupação diretamente com a educação básica, em especial o ensino médio. Durante a década de 80, houve uma estagnação na educação, haja vista que as taxas de conclusão do ensino fundamental eram baixas, refletindo nas matrículas do ensino médio. Neste contexto, o ensino superior ficou restrito a uma elite ao mesmo tempo em que sobravam vagas, uma vez que haviam mais vagas no ensino superior do que alunos egressos do ensino médio, e isso ocorreu tanto no setor público quanto no setor privado. A reforma educacional ocorrida durante o governo FHC, com a criação da LDBEN, pretendia modificar este cenário. Esse foi um momento positivo para educação básica ao mesmo tempo em que o Estado deixou de ser o único responsável pela universalização do ensino, a LDBEN desobriga o Estado, permitindo que estados e municípios também sejam responsáveis (DURHAM, 1999).

A partir disso, surge uma pressão maior sobre as vagas no ensino superior, pois o 2º grau estava sendo ampliado na medida em que o 1º grau estava sendo concluído. Isso mostra o quanto o ensino superior depende das condições da educação básica. Desse modo, o ensino superior inicia

seu processo de expansão, o setor privado entra a todo vigor. A situação complica quando o setor público enfrenta uma crise de financiamento, o qual atingiu tanto o setor estadual quanto federal (DURHAM, 1999).

Neste contexto, a expansão acelerada passou a ser vista como uma política de melhoria do acesso ao ensino superior e como consequência, as faculdades seguiram representando a maioria das instituições de ensino superior (IES) no Brasil, sendo que cerca de 92% delas faziam parte da rede privada (DURHAM, 1999). A EAD seguiu o mesmo caminho, visto que no ano de 2000 haviam 10 cursos de graduação a distância, em 2003 passou para 52, atingindo cerca de 50 mil alunos (ALONSO et al. 2010). Esses números só aumentaram: no ano de 2018, havia em torno de 700 cursos de graduação a distância, entre licenciatura, bacharelado e tecnólogos (ABED, 2018).

Retomando agora aos anos noventa, quando a EAD começou a se propagar durante o governo FHC, há uma influência das políticas desse governo, pois houve aumento no desemprego, em consequência do desmonte do parque industrial e produtivo nacional. Ademais, a desnacionalização da economia acompanhada do abandono da produção agrícola e o incentivo para instalação de empresas multinacionais em território nacional deixa clara a perspectiva de um governo liberal (HERMIDA e BONFIM, 2006).

Apesar de ter sido um governo que demonstrou preocupação com a educação brasileira, é notável a concepção neoliberal das reformas, a LDBEN por exemplo, apresentou a desobrigação do Estado com a universalização da educação. Além disso, o discurso de igualdade de oportunidades presente no discurso acompanhado da defesa pela erradicação da pobreza por meio da educação deixou claro que a necessidade da educação era atender a mão de obra, ou seja, educar para o trabalho, assim como nos períodos anteriores da história da educação brasileira. A EAD surge como uma alternativa barata e, assim, acessível às classes mais baixas, mostrando um interesse do Estado em seu discurso de democratizar o ensino superior, dado que a intenção se volta muito mais em formar mão de obra barata para grandes empresas e indústrias ao mesmo tempo que se eleva o número de pessoas com ensino superior no país.

Todavia, além da EAD já ser regulamentada por lei, no ano de 2016, durante o governo Temer, mediante a Portaria 1.134 de 10 de outubro, se regulamentou ainda que as instituições com cursos de graduação credenciados pelo MEC pudessem ofertar 20% das disciplinas a distância. A EAD passa então a fazer parte até mesmo das instituições presenciais, um avanço rápido, se a portaria de número 1428 de dezembro de 2018 for considerada ainda sob governo Temer, a qual

passou a permitir 40% das disciplinas de cursos presenciais em EAD. De acordo com a Portaria, segue-se a mesma regra em relação aos cursos da área da saúde e de engenharia, estes não podem ser ofertados em EAD. Ocorre então, uma importância diferenciada a certas áreas do conhecimento, enquanto na saúde não é permitido, é válido formar professores a distância. Vale aqui uma breve crítica à desvalorização da docência no Brasil, apesar de não ser esse o objetivo central do artigo.

Sendo assim, é possível compreender que a tecnologia é capaz de oferecer diversas oportunidades, contudo, ela pode também servir de modo quase que exclusivo aos interesses defendidos por determinado regime político ou econômico. A internet tem avançado rapidamente e a EAD tem se tornado a opção mais viável para quem possui baixa renda, uma vez que a maioria dos alunos da EAD possui mais de 26 anos e não estuda há algum tempo e o interesse pelo ensino superior EAD surge relacionado à ideia de um trabalho melhor.

Os alunos que mais frequentemente optam por cursos totalmente a distância estão nas faixas entre 26 e 30 anos (39,3%) e 31 e 40 anos (37%), que, juntas, compõem 76,3% do alunado dessa modalidade. Os dados apresentados não surpreendem, visto que, em geral, esse público já está inserido no mercado de trabalho e tem compromissos relativos à subsistência de sua família; a escolha por essa modalidade, portanto, provavelmente ocorre em virtude da flexibilidade de horário e de acesso possibilitada pela EAD. (ABED, 2018, p. 52).

Existe, portanto, uma hegemonia de poder que também pode ser entendida como o produto que domina uma classe sobre outra. Isto é, a classe dominada compreende que os valores e símbolos da classe dominante devem ser adotados para si, mesmo que esses valores não façam parte de sua realidade (GRAMSCI, 1978). Neste caso, o sujeito procura pelo ensino superior para se igualar a uma elite que possui tal nível de escolaridade acompanhado de uma renda alta. Contudo, a perspectiva do sujeito da classe dominada acaba falhando, pois a elite não faz EAD e, de acordo com os discursos de diferentes períodos na história, o objetivo da EAD sempre foi formar mão de obra barata para grandes empresários, asseverando os papéis da classe dominada e da classe dominante.

Na mesma materialidade em que se auscultam sentidos de facilitar o acesso, é possível auscultar também, interesses de mercado vinculados à educação como produto. Novamente, a educação é tratada como mercadoria e o setor privado alavanca sua propaganda de vender cada vez mais cursos, com o foco no ensino superior. Dessa maneira, o discurso de garantir o acesso ao ensino superior é produzido para uma parcela específica da população, que está em busca de emprego com melhores condições de renda.

A educação brasileira, embora tenha passado por reformas, nunca deixou de favorecer a classe dominante. No discurso a “educação é para todos”, mas, na prática, é para todos aqueles que detêm condições econômicas (HERMIDA E BONFIM, 2006, p. 179).

No discurso, pode-se assumir uma falsa ideia de neutralidade, porém, sempre haverá um posicionamento com base em discursos anteriores (BAKHTIN, 2010a). Entendo que o interesse do Estado possui relação direta com uma classe e uma ideologia dominante, fazendo com que a população que não faz parte deste grupo sintam-se atendida dentro de suas expectativas e mais próximas dele. O Estado condiciona seu discurso em favor da manutenção da elite, mantendo sua hegemonia e controlando as classes subordinadas.

### 1.5 INTERESSES MATERIALIZADOS NO DISCURSO

O propósito até o momento foi compreender o discurso político do Estado acerca da oferta da educação a distância em diferentes períodos da história para determinados grupos sociais. Conforme discutido anteriormente, o discurso presente na legislação que regulamentou/regulamenta a EAD, esteve até o momento intencionado a inserir classes subordinadas em trabalhos/empregos para atender aos interesses da elite, com foco no desenvolvimento econômico do país. Tendo em vista que a EAD passou a ser assim caracterizada recentemente após o avanço das tecnologias, entendo que houve um avanço nesta modalidade, a qual iniciou de modo não formal ainda na década de 50 e passou no final da década de 90 para uma modalidade de ensino formal e garantida por lei.

Em todos os períodos investigados, o discurso do Estado sempre foi o de democratizar o ensino buscando fazer relações com o desenvolvimento do país, o qual estaria ligado à melhoria de vida dos sujeitos com a propaganda de um emprego melhor. Vejamos abaixo alguns enunciados retirados dos documentos analisados, bem como os elementos discursivos que são utilizados para nos transmitir a ideia de democratização. O primeiro refere-se ao ensino por meio do rádio, em seguida por meio da TV e o terceiro por meio da internet.

1- Levar, através do Rádio, às aglomerações que se acham situadas em zonas afastadas dos centros irradiadores de cultura do país, elementos capazes de aumentar o contingente de conhecimentos práticos necessários a uma evolução social rápida (...) (BRASIL, 1939).

2- § 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos. (BRASIL, 1971).

3- § 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. (BRASIL, 1996).

Os três documentos mencionados nos trazem respectivamente em sua materialidade a intenção de levar a educação por meio do rádio para populações afastadas de “centro irradiadores de cultura”, ou seja, como visto anteriormente, o ensino radiofônico buscava atender populações da área rural, logo, entendo que o documento afirma que apenas os centros urbanos são capazes de promover a cultura, enquanto a área rural depende desses para se promover; a intenção de que o ensino deve alcançar o maior número de alunos possíveis; e a intenção de utilizar a EAD via internet para complementar a aprendizagem ou em casos emergenciais. A ideia de democratização está incorporada nestes enunciados na medida em que se propõe atender estas demandas sociais de levar a educação a determinado lugar, ou seja, em dar acesso àqueles que ainda não conquistaram esse direito.

Entretanto, o poder dominante reafirma seus valores com frequência com o intuito de manter sua hegemonia (GRAMSCI, 1978), porém, acaba aderindo a certos valores das classes subordinadas para conquistar seu consentimento. As aulas radiofônicas, por exemplo, conforme mencionado anteriormente, tinham como objetivo atender sujeitos para que estes fossem alfabetizados e conseguissem a partir disso uma vida e um emprego melhor, ou então, "uma vida plena e feliz" (FÁVERO, 2004, p. 2). Neste caso, era uma população afastada dos centros urbanos e que neste contexto, encontram dificuldades com suas condições de vida, almejando a saída do meio rural em busca de novas oportunidades. Com a educação a distância por meio da TV, o discurso contido no material analisado nos mostra a ideia em preparar profissionais para indústrias num contexto em que muitos sujeitos se encontravam em situação de baixa escolarização. Era necessário incentivar novos cursos para que estes sujeitos conseguissem acompanhar e contribuir com o processo de industrialização do país. Com a Internet como ferramenta para difusão da EAD, o discurso passa focar no Ensino Superior, pois agora os sujeitos já possuem o nível de escolarização básica em sua maioria, almejando cargos e salários mais altos em seus empregos.

O Estado manteve em seus discursos os interesses de uma classe dominante, a qual almejava mão de obra barata que, no entanto, incorporou os desejos das classes subordinadas em ter um emprego melhor com salário alto, criando a falsa ilusão de democracia. Além disso, a legislação

aqui analisada corresponde a períodos em que o Estado esteve sob comando de sujeitos com discursos em defesa de grandes empresários e indústrias, sempre apontando o crescimento econômico do país como justificativa. Esses enxergavam os demais sujeitos como agentes econômicos em prol do desenvolvimento, e não como sujeitos ativos para a cidadania e formação humana. Os anos em que esses discursos ficaram mais marcados foram durante os governos de Vargas e FHC.

Considerando que todo enunciado é uma resposta a um já-dito, não há um discurso totalmente novo, ele sempre estará respondendo a um discurso já produzido (BAKHTIN, 2010a). O sujeito permanece dentro de um discurso contínuo ao longo da história, sendo que ao fazer relações entre os períodos aqui analisados, por mais que as concepções de governo possam diferenciar uma das outras em certos momentos, os discursos sempre estiveram interligados.

A EAD foi e é uma modalidade de ensino defendida pelos governos aqui citados, tendo em vista a legislação que a regulamenta na medida em que surgem novos interesses políticos, sociais e econômicos. Os sujeitos que procuravam e aqueles que ainda buscam por essa modalidade não conseguem identificar que o interesse do Estado em lhes ofertar o ensino superior está relacionado com questões históricas na formação do país, principalmente após o período de industrialização. O sujeito comum não é capaz de identificar que existem segundas intenções por trás do discurso de democratizar o acesso à educação. O sujeito não acessa a realidade de forma direta, as relações são sempre mediadas pela linguagem. Isso significa que os discursos estão sempre relacionados a outros discursos, o que é denominado como dialogismo (BAKHTIN, 2010a).

Desse modo, o Estado traz em seu discurso o propósito da geração de trabalhadores disciplinados e capazes de serem controlados, ao mesmo tempo que incentiva a compra por cursos EAD, tornando esses trabalhadores consumidores endividados. Enquanto isso, esses trabalhadores acreditam estar fazendo parte de um processo de democratização do ensino, caindo na falácia da meritocracia, de ter um emprego com renda alta e boa qualidade de vida, assim como a elite dissemina sua propaganda. Contudo,

Se a universidade for um supermercado, então, nela entram os felizes consumidores, ignoram todo o trabalho contido numa aula, num seminário, numa dissertação, numa tese, num artigo, num livro. Recebem os conhecimentos como se estes nascessem dos toques mágicos de varinhas de condão (CHAUÍ, 2001, p.113 *apud* HERMIDA, 2006, p. 179).

Na medida em que a EAD se torna um produto com fácil acesso de compra, os sujeitos passam a aderir o tal produto na esperança de alcançar suas expectativas, porém, quando isso não ocorre, pode haver em contrapartida o endividamento desses sujeitos com as instituições de EAD, e aquilo que era para ser um investimento torna-se algo frustrante. A inadimplência, neste caso, encontra-se acima do percentual de sujeitos com dívidas em outros setores, vejamos:

(...) a inadimplência aumentou em todo o Brasil e também no Estado de São Paulo, registrando taxa de 9,3% para as mensalidades com atraso acima de 90 dias. O percentual do valor total de mensalidades sem receber a mais de 90 dias no ano passou de 8,9%, em 2017, para 9,3%, em 2018. A inadimplência do setor de educação superior privada permanece acima da inadimplência total das pessoas físicas (SEMESP, 2019).

A EAD não deixa de ser uma modalidade que proporciona o fácil acesso e expansão de vagas para o ensino superior, contudo, traz consigo a possibilidade de uma formação de ensino superior com baixo investimento, sendo incorporada pelo discurso da democratização do acesso, causando a sensação de que o aumento de vagas é garantia de uma educação superior eficaz (VIDAL, 2018, p. 5-6). Entretanto, esse discurso da democratização via EAD contribui para a manutenção de um grupo dominante e de um grupo subordinado na medida em que garante o acesso à educação, mas não garante permanência e qualidade.

É comum haver um determinado grupo social em situação de subordinação em relação a outro grupo, considerando que o grupo subordinado passa a adotar a concepção do mundo do grupo dominante, ainda que seja contraditório ao seu contexto histórico (GRAMSCI, 1978). A linguagem não é um fenômeno simplesmente social e histórico, mas também ideológico. Assim sendo, os elementos linguísticos sempre serão ressignificados de acordo com os contextos sociais e históricos em que são enunciados (BAKHTIN, 2010a).

Como não se criou no País a possibilidade de formação igual, o EaD aparece como alternativa para os milhares de jovens com menor poder aquisitivo, que encontram nessa modalidade de ensino a possibilidade de almejar uma carreira profissional (...) A educação deixa de ser um bem social; é lançada aos mercados nacional e internacional; vivenciamos o deslocamento da educação superior que passa a não atender ao coletivo social, mas à individualidade e ao mercado. Aqui se expressa a fragmentação da vida imposta pelo modelo capitalista de produção. (VIDAL, 2018, p.6)

Neste sentido, pensando no conceito de hegemonia que além de se referir à estrutura econômica e à organização política da sociedade diz respeito também às orientações ideológicas e

culturais, a partir disso é possível compreender em que situação se encontram os sujeitos. É através do discurso que essas contradições se revelam, fazendo com que o sujeito seja um produto da interação viva das forças sociais (BAKHTIN, 2010a).

O sujeito e a linguagem são dinâmicos e contraditórios, porém, nunca acabados e únicos. Existe, portanto, uma inquietação entre as forças envolvidas nas interações. Ao fazer relação com todo histórico da EAD aqui discutido, entendo que há uma força capaz de subordinar o sujeito a lutar pela manutenção da hegemonia, caracterizando uma Hegemonia Cultural (GRAMSCI, 1978), ou seja, existe uma hegemonia do poder, a qual possui uma determinada ideologia e faz com que as classes subordinadas entendam que essa ideologia a pertence, quando na verdade está longe de sua realidade. Todavia, existem forças capazes de resistir a essa subordinação, que buscam a afirmação da diversidade e valores, ocasionando uma batalha de posições ideológicas diferentes, no entanto, essas forças também lutam por uma conquista ou manutenção da hegemonia, o que torna a situação instável (BAKHTIN, 2010a).

Desta forma, toda hegemonia discursiva/ideológica se constitui pela repetição de padrões enunciativos, isso ocorre por meio das relações que se estabelecem entre os enunciados, os quais se integram no sistema ideológico, vejamos:

A instauração de hegemonias, de ideologias mais complexificadas e relativamente mais estabilizadas numa determinada época, se dá de forma a tentar neutralizar oposições, a ocultar as diferenças de valorações, diferenças essas que são, por essência, constitutivas da própria ideologia. O movimento de hegemonização discursiva é também um movimento de monologização dos signos, uma luta para consolidar um único sentido como o “verdadeiro”, para instaurar um único modo de ver e compreender o mundo e sua organização (SCHERMA, 2015. p. 17)

O ensino a distância faz parte de um conjunto de interesses econômicos, expandindo-se cada vez mais como um instrumento de dominação, servindo a um sistema capitalista hegemônico, o qual é composto por grandes empresários interessados em gerar lucros e manter-se na classe dominante. Sendo assim, compreendo que o ensino a distância é estruturado por ideais liberais, mas que ficam ocultos nos enunciados do Estado.

Apesar deste capítulo ter sido dividido em quatro momentos do ensino a distância, sendo correspondência, rádio, televisão e internet, não é possível considerar estes períodos como se fossem completamente diferentes e compartimentados na história da educação. Foram momentos interligados, não houve uma ruptura entre um período e outro, as correspondências continuam sendo utilizadas até hoje, mesmo que de modo reduzido, assim como o rádio e a TV sempre

estiveram ao lado um do outro; e a internet, a mais recente, ainda depende do rádio e da TV para sua divulgação. Portanto, mesmo que seja uma educação não formal, todas as ferramentas utilizadas no decorrer da história para a educação a distância ainda possuem alguma utilidade educativa.

Por fim, é possível identificar uma tendência de idealizar a EAD como algo positivo para alcançar toda população através da tecnologia educacional, no entanto, ainda serve aos interesses da classe dominante, do mesmo modo que a educação se desenvolveu no Brasil no decorrer de sua história. Até aqui, é possível compreender que a EAD possui uma bagagem de experiências, porém, todas relacionadas a políticas emergenciais para servir interesses de grupos dominantes, sustentando-se do discurso de igualdade no acesso à educação. Torna-se ainda mais preocupante analisar os dados de avanços dessa modalidade de ensino, acompanhados do aumento de instituições privadas ofertando cursos EAD. A educação está se tornando cada vez mais um produto comercializado e ofertado por vários “estabelecimentos” que se caracterizam como instituições de ensino. Para uma modalidade que iniciou com diálogos entre cartas e chegou ao ponto de ser regulamentada por lei, é válida a preocupação, pois é um avanço acelerado e que a própria tecnologia vista como “inovação” está ressignificando discursos conservadores e o sujeito não está conseguindo compreender a real situação, é um risco para a educação de qualidade, tendo em vista, que se mantém os interesses do Estado em preparar mão de obra para o mercado de trabalho.

Compreendo que o discurso de democratizar foi concretizado pensando que o objetivo de quem o proferiu (o Estado) era o acesso ao ensino, aumentando os níveis de escolaridade dos brasileiros e ao mesmo tempo contribuindo com o desenvolvimento econômico. Contudo, quando refletimos acerca do que significa democratizar, é muito mais complexo que simplesmente “dar acesso”.

Para que a democratização ocorra com êxito, é necessária a universalização do ensino, desde o processo de implantação até sua efetivação, garantindo a qualidade do ensino e da formação dos professores. Esse modelo de democratização deve ser um dos fundamentos das políticas públicas (AZANHA, 1995). No entanto, ao realizar uma abordagem histórica acerca da democratização, ela aparece muito mais como um evento político que a ressignifica a cada período de acordo com os interesses dominantes, fazendo do discurso uma arena de disputa.

A palavra é um signo ideológico na perspectiva Bakhtiniana, já que assume diferentes sentidos dependendo dos lugares de produção e das esferas em que são enunciadas. Então, toda reação, opinião ou decisão tomada pelo sujeito, sempre será a influência ou resposta de algum lugar

constituído socialmente e ideologicamente (BAKHTIN, 2010a). É neste sentido que a palavra democratização teve seus diferentes sentidos no decorrer deste processo histórico e ideológico em diferentes esferas.

Nas diferentes esferas da atividade humana existe um vínculo orgânico e dialético que só pode ser compreendido em seu conjunto de relações históricas e sociais. Desta forma, as esferas que constituem a realidade são indissociáveis (GRAMSCI, 1978). Seguindo nesta perspectiva, compreendo que não é possível analisar e compreender um único discurso sem considerar as esferas em que ele foi inserido, bem como os discursos que o antecederam.

O discurso é a arena de disputas, constituído por lutas simbólicas que os próprios sujeitos assumem e, a partir disso, refletem suas concepções de mundo com base em sua orientação social (BAKHTIN, 2010a). Contudo, os grupos dominantes também constituem a arena de disputa e neste contexto aqui trabalhado, fizeram uso do discurso de democratização do ensino como um instrumento para legitimar sua ideologia, que tinha como objetivo atender demandas de cunho político e interesses das organizações privadas. Com base nas discussões levantadas, ressalto que a democratização do ensino ultrapassa a ideia de dar acesso/garantir vagas em escolas/universidades. O processo de democratização se concretiza com a qualidade no ensino e com a formação dos professores por meio de políticas públicas, as quais precisam ser direcionadas para a formação humana destes grupos que foram marginalizados por todo esse período da história e não para uma formação para atender interesses de grupos dominantes.

A democratização da educação superior envolve tanto os professores quanto os alunos, algo que foi pouco mencionado nos documentos aqui analisados. Os alunos enquanto sujeitos falantes, devem fazer parte do processo de democratização, pois esse processo não se reduz a transmissão de conhecimentos, ele precisa ocorrer através do diálogo.

É preciso reconhecer que a EAD apresenta algumas possibilidades de inclusão educacional, mas faz-se necessário que o processo de credenciamento de instituições para implantação de projetos de EAD sejam rigorosamente avaliados. O elevado número de cursos de EAD, especialmente para cursos de graduação e pós-graduação lato-sensu, evidencia um aprofundamento, especialmente após a década de 1990, do processo de mercantilização da Educação Superior e o conseqüente afastamento do papel do Estado na implementação das políticas públicas que realmente venham a atender a demanda de democratização do conhecimento (HERMIDA E BONFIM, 2006, p. 180).

A EAD apresenta possibilidades de inclusão no sistema de ensino, contudo, apenas o acesso ao ensino com alto número de vagas e valores acessíveis no caso das instituições privadas não é suficiente. A Educação quando tratada como mercadoria acaba sendo financiada como um produto de consumo qualquer, quando deveria ser um direito garantido e assegurado pelo Estado. Quando as instituições privadas ganham espaço para promover a Educação, em especial a EAD, o Estado deixa de exercer seu papel enquanto garantidor de direitos e passa a impulsionar a educação como objeto do mercado de consumo.

Criam-se assim mercados consumidores, tanto de consumo dos produtos manufaturados por empresas inseridas na lógica financeirizada, quanto no consumo de produtos financeiros, colocando um maior número de famílias no processo de “financeirização do dia a dia”. Esse processo de incorporação ao mercado não teria como se materializar, especialmente nos países periféricos, sem um impulso do Estado ao disseminar novas e múltiplas variedades de crédito, alimentado por uma instrumentalização da política social (LAVINAS, 2017 apud ANDRADE, 2018, p. 40).

A EAD foi, assim, introduzida no processo de expansão do ensino superior após os anos em que foi utilizada como ferramenta de complementação para atender demandas sociais com interesses econômicos. O discurso de democratização do ensino via EAD foi incorporado e materializado nos documentos que regulamentam esta modalidade de ensino. É possível identificar como o avanço tecnológico ganhou força fazendo com que a EAD passasse a contemplar cursos de diferentes níveis de ensino, principalmente os da educação superior. Isso contribuiu para o investimento privado neste setor, aspecto esse que ampliou o número de vagas em cursos a distância. Entretanto, garantir o acesso não garante a permanência. O discurso de democratizar o ensino foi utilizado como justificativa para as regulamentações da modalidade EAD e esse discurso, todavia, oculta as forças sociais, fazendo com que a ideia de igualdade apareça entre os sujeitos, quando na realidade essas forças contradizem esse discurso. No próximo capítulo, é possível compreender como esse discurso se materializa por meio de enunciados que incorporam os interesses dos sujeitos, para isso, apresento as palavras que foram utilizadas nestes discursos para referir-se a EAD e discuto sobre como esse discurso chegou até determinado público.

## 2. A PALAVRA ENTRELAÇADA A FIOS IDEOLÓGICOS

(...) é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN, 2010, p. 40).

Neste espaço, abordo as diferentes palavras que foram utilizadas para referir-se à modalidade de ensino não presencial, tendo em vista que o termo “a distância” ou “EAD” passou a ser utilizado apenas depois da promulgação da Lei 9.394/96.

Este capítulo está dividido em três tópicos, o primeiro abordará como a legislação apresenta o ensino a distância em diferentes períodos por meio dos documentos legislativos, os quais incluem Decretos, Leis, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE). O segundo apresenta através de propagandas de jornais da década de 1920 e também, em propagandas de televisão a partir do ano 2000, o modo como o ensino a distância é retratado e divulgado no intuito de atingir o público alvo. Discuto aqui, também, quem era inicialmente o público alvo. Por fim, o terceiro tópico alcança o ensino a distância via internet, com a evolução da tecnologia e chegada dos termos “aula virtual” e “aula digital”. A proposta deste capítulo é compreender como a palavra é capaz de registrar as transformações na esfera social por meio do entendimento de que todo signo é ideológico e de que toda palavra constitui sentido.

### 2.1. LEGISLAÇÃO: UMA ABSTRAÇÃO NADA ACIDENTAL

O sistema educacional no Brasil é organizado com base nos princípios e direitos presentes na Constituição Federal, sendo regulamentado e estruturado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96. No entanto, somente a legislação como documento escrito não é suficiente para compreender sua ideologia e seus objetivos, é necessário atribuir um valor a ela, ou seja, entender o contexto em que foi elaborada e o caminho até sua regulamentação.

(...) se por herança de uma tradição ibérica se costuma creditar grandes expectativas com relação às leis, estas apresentam sempre um sentido prospectivo, de projeto que a sociedade deseja para si. Nem sempre, contudo, a legislação exerce esse mandato de apontar caminhos. Há circunstâncias em que pode servir também para regulamentar uma determinada política (VIEIRA; ALBUQUERQUE, 2002, p. 27).

Além disso, também necessita de um processo para sua implantação bem como, acompanhamento e avaliação. (VIEIRA E ALBUQUERQUE, 2002). Entendo que a legislação é um conjunto de leis que regulamentam conteúdos gerais ou específicos relacionados a determinados temas, como a Educação, por exemplo. No que se refere à legislação educacional, ela é compreendida em três esferas: a União, os Estados e os Municípios. Entretanto, o artigo 6º da Constituição Federal, ao tratar dos Direitos Sociais, compete à União sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

Em relação ao Ensino a Distância (EAD), a LDBEN de 1996 regulamenta, em seu artigo 80, que é dever do poder público incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de EAD em todos os níveis. Em adição, a LDBEN de 1996 estabelece órgãos normativos nos diferentes sistemas de ensino. Referente à União, conta-se com o Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual foi criado pela Lei Federal nº 9.151/1995, e está vinculado ao Ministério da Educação (MEC). O CNE trata-se de um colegiado responsável por atos normativos apresentados através de Resoluções e Pareceres, que obrigatoriamente dependem da aprovação ou reprovação do MEC.

Desta forma, será possível discutir a seguir como a legislação brasileira apresenta o Ensino a Distância em diferentes períodos da história, assim como refletir sobre alguns pareceres emitidos pelo CNE e disponibilizados pelo portal do MEC nos últimos anos.

Conforme mencionado anteriormente, a EAD tem suas origens ligadas ao ensino por correspondência e pelo rádio, muito antes do surgimento da internet. No entanto, iniciou como um meio de educação não formal, conforme visto no primeiro capítulo. A EAD passou a ser um meio formal de educação a partir das legislações que foram aos poucos inserindo-o como modalidade de ensino. A primeira legislação aqui analisada é o Decreto nº 50.370 de 21 de março de 1961, o qual apresenta um programa de educação de base, assim como as medidas de execução através de Escolas Radiofônicas, focando nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil torna-se responsável em manter o programa.

Em seu artigo 3º, há destaque para a verba do Governo Federal destinada ao MEB, em que o governo destinará quatrocentos e quatorze milhões e trezentos mil cruzeiros através do Banco do Brasil S.A., para uso do MEB “mediante cotas bimestrais fornecidas por antecipação”. Isso significa que esse valor total será destinado ao MEB em parcelas, sendo uma por bimestre.

Art. 3º Para ocorrer às despesas de 1961, o Governo Federal determinará aos órgãos que participam deste programa que destaquem de seus orçamentos verbas no montante de Cr\$ 414.300.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões e trezentos mil cruzeiros) que serão postos, no Banco do Brasil S.A., à disposição do MEB mediante cotas bimestrais fornecidas por antecipação (Decreto nº 50.370, de 21 de Março de 1961).

Houve, então, o investimento do Governo no ensino radiofônico e no próprio decreto é possível identificar os objetivos de tal ação, sendo o principal deles, conforme mencionado no próprio decreto, fornecer elementos gerais de educação para a população rural, ou seja, a ideia era levar a educação de base em regiões mais afastadas dos centros urbanos.

Neste mesmo ano, é promulgada a Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a qual fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Art. 2º considera a educação um direito de todos a ser ofertada em casa e na escola, delegando-se à família a responsabilidade de escolher o gênero de educação para seus filhos. Desta forma, assegura-se a educação mediante o poder público e também da iniciativa privada, podendo ambos ofertarem todos os graus de ensino. Além disso, estabelece-se que o Ministério da Educação e do Desporto ficará responsável em formular e avaliar as políticas nacionais de educação, garantindo o cumprimento da lei e a qualidade do ensino.

A Lei nº 4024/61 atribui ao Conselho Nacional de Educação, o qual é composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, o assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto. O Conselho é responsável por emitir pareceres relacionados à legislação educacional sobre diferentes níveis e modalidades de ensino. Destarte, é quem autoriza ou não o funcionamento das instituições isoladas de ensino superior públicas e privadas.

Ainda dentro desta Lei, as empresas industriais, comerciais e agrícolas que possuíssem mais de 100 funcionários eram obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses. Nos casos em que proprietários rurais não conseguiam manter as escolas primárias para as crianças residentes em suas terras, esses deveriam encaminhar as crianças para as escolas mais próximas, ou então, instalar escolas públicas em suas propriedades.

A Lei também destaca como seria o ensino médio e o ensino superior. Alguns dos pontos, os que se referem ao ensino médio, por exemplo, estavam divididos em dois ciclos, o ginásial e o colegial, além de abranger outros cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. No caso dos cursos técnicos, as opções eram para área industrial, agrícola e comercial. Quanto ao ensino superior, mesmo que em instituições federais, não era

gratuito. No entanto, seria ofertado gratuitamente quando o aluno comprovasse não possuir condições financeiras para custeá-lo.

No decorrer da leitura desta Lei, identifiquei que vários artigos foram revogados por leis promulgadas após 1965 (início da Ditadura Civil Militar no Brasil). A Lei 4.024/61 foi sancionada pelo presidente João Goulart (1961-1964), ou Jango como ficou conhecido. Vale lembrar que um dos principais pontos de seu governo era a Reforma Agrária. Pensando agora nos governos que o sucederam e revogaram a maioria dos artigos da Lei 4.024/61, grande parte corresponde a governos de militares como por exemplo Costa e Silva (Decreto 464/69) e Emílio Médici (Lei 5.692/71).

O próximo documento é referente ao Decreto nº 61.312, de 8 de setembro de 1967, o qual estabeleceu normas para a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização. O documento destaca que deve ser prestado por parte de todas as emissoras de televisão um esforço nacional em favor da alfabetização funcional e da educação continuada de adultos. Ademais, aponta que é necessário determinar um tempo para as programações educativas, atribuindo às emissoras a tarefa de cumprir o horário e a duração apropriada ao público, ambos determinados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL). Através do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 se estabelecia a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais pelas emissoras comerciais de rádio, com horário, duração e qualidade determinadas com, no máximo, cinco horas semanais de programação educativa que deveriam ser transmitidas em horários compreendidos entre as 7h e as 21h horas.

Ainda em 1967, mediante o Decreto nº 61.314, de 8 de setembro, ficava prevista a educação cívica nas instituições sindicais com objetivo de extinguir o analfabetismo. Neste Decreto, entendo que as instituições sindicais deveriam ser como escolas de educação moral e cívica, visto que os trabalhadores não poderiam ficar alheios aos esforços pela alfabetização nacional, tornando isso uma exigência cívica. Além das organizações sindicais se comprometerem com as atividades de educação moral e cívica, deveriam, também, intensificar a qualificação de mão-de-obra e educação sanitária. O artigo 2º deste decreto estabelecia que nas organizações em que houvessem adultos analfabetos deveriam ser instalados cursos de alfabetização funcional.

No que se refere aos cursos de alfabetização funcional, a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 estabelece que deveria ser ofertada a adultos e adolescentes, bem como a educação continuada. A Lei determina que as atividades cumpram com objetivo em dois períodos de 4 anos, onde o primeiro seria voltado aos adolescentes e adultos de até 30 anos e o segundo período para

analfabetos com mais de 30 anos. Depois de passados os dois períodos, a educação continuada atenderia a todos sem distinção por idade. O plano de alfabetização funcional e educação continuada estava sujeito a reformulações anuais, dependendo dos resultados obtidos. Este plano foi ofertado conforme a Lei, através dos serviços de rádio, televisão e cinema, formando um sistema geral integrado previsto no art. 3º desta Lei.

O Plano de Alfabetização Funcional e Continuada de Adolescentes e Adultos previsto na Lei nº 5.379/67 priorizava as faixas etárias que correspondem a idades de maior capacidade de contribuição ao desenvolvimento do país, ou seja, sujeitos aptos para o trabalho. O Plano destaca que a ação sistemática começaria pela faixa etária compreendida entre 10 e 30 anos em cada município (capital de Estado) e Distrito Federal, incluindo também municípios industriais e agrícolas.

Com o Decreto nº 62.484, de 29 de março de 1968, aprova-se o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com a finalidade de cumprir o Plano de Alfabetização Funcional e Continuada de Adolescentes e Adultos. O decreto autoriza quaisquer ajustes com entidades ou autoridades para consecução de seus fins. Destaca-se como opção, os serviços de rádio, televisão e cinema.

A Resolução n.º 8, de 10 de dezembro de 1971 define os objetivos para os níveis primeiro e segundo grau, fixando o núcleo comum para os currículos. Foi incluído de modo obrigatório as matérias de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. A aprendizagem deveria ocorrer mediante as experiências vividas pelo aluno de modo que ocorresse a sistematização de conhecimentos. Nesta Resolução, destaca-se a importância de conhecimentos sistemáticos para uma configuração da aprendizagem.

Anos mais tarde, fixam-se novas diretrizes para educação básica através da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou, LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta Lei, o Ensino a Distância aparece de modo explícito e, dos documentos analisados, este é o primeiro que utiliza o termo “a distância”, ainda sem a sua sigla EAD, como é conhecida hoje. Em seu Artigo 32, parágrafo 4º, ao tratar do ensino fundamental, destaca que este será presencial, e o ensino a distância deverá ser utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. Um exemplo atual, que se encaixa nesta Lei é o caso da Resolução CEE/SC nº 009, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais na rede de ensino do estado de Santa Catarina durante a pandemia da doença COVID-19.

Posteriormente, em seu Artigo 36 no parágrafo 11 evidencia-se que os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e até firmar convênios com instituições de Ensino a Distância para cumprimento de exigências curriculares do Ensino Médio. Nesta mesma lei, o Artigo 47 trata do ensino superior, em que aponta o ano letivo com no mínimo duzentos dias de trabalho efetivo, excluindo semanas de exames quando houver. No entanto, o parágrafo 3º nos diz que a frequência obrigatória de alunos e professores vale apenas para cursos presenciais, haja vista que os programas de educação a distância não possuem esta obrigatoriedade.

No que se refere à formação continuada e à capacitação dos profissionais do magistério, de acordo com o Artigo 62 no Parágrafo 2º, também poderão ser utilizados recursos e tecnologias de educação a distância. No Parágrafo 3º ressalta-se que a formação inicial de profissionais de magistério deve ocorrer preferencialmente através do ensino presencial, no qual o uso de recursos e tecnologias de educação a distância deve ser de modo subsidiário.

Em seu Artigo 80, a Lei estabelece ainda que o poder público incentivará o desenvolvimento, bem como a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. Dessa forma, as instituições devem estar oficialmente credenciadas pela União para oferta de Ensino a Distância. A União é quem regulamentará os requisitos para realização de exames e emissão de diplomas para os cursos a distância, assim como o controle, a avaliação e autorização para implementação de programas de Educação a Distância.

No que se refere aos custos com a Educação a Distância, a Lei assegura um tratamento diferenciado. Como é o caso dos custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de rádio e também outros meios de comunicação que possuam autorização, concessão ou permissão do poder público. Concede, também, a canais específicos com finalidades educativas

Em seu Artigo 82, Parágrafo 3º, são expostos os deveres do Distrito Federal, de cada Estado e Município, e, supletivamente, a própria União, sendo o de pro ofertar cursos presenciais ou a distância para jovens e adultos insuficientemente escolarizados, assim como programas de capacitação para todos os professores em exercício, podendo este ser ofertado também através da educação a distância.

Após a Lei 9.394/96 fixando as diretrizes para educação a nível nacional e reconhecendo a educação a distância de modo oficial, tornou-se comum o surgimento de novas Resoluções, Portarias e Decretos estabelecendo novas regras para a EAD. Uma delas foi a Portaria nº 1.134, de

10 de outubro de 2016, criada com objetivo de revogar outra que já havia sido publicada em 2004. Com esta Portaria, as instituições de ensino superior que possuísem pelo menos um curso de graduação reconhecido poderiam ofertar até 20% das disciplinas na modalidade a distância. No ano seguinte, a Portaria Normativa nº 11 de 20 de junho de 2017 estabelece as normas para o credenciamento das instituições de ensino superior a distância. Entre elas, destaco a organização do polo de EAD, o qual é considerado uma unidade acadêmica e operacional descentralizada com objetivo de atender de forma presencial com atividades e informações sobre os cursos superiores a distância que oferta. O polo deve obrigatoriamente ofertar:

I - salas de aula ou auditório; II - laboratório de informática; III - laboratórios específicos presenciais ou virtuais; IV - sala de tutoria; V - ambiente para apoio técnico-administrativo; VI - acervo físico ou digital de bibliografias básica e complementar; VII - recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação -TIC; e VIII - organização dos conteúdos digitais. (p. 10).

Apesar de determinar como deve ser a estrutura dos polos, a Portaria não especifica sobre quantidade de material no acervo bibliográfico ou sobre como devem ser exatamente os laboratórios, auditório, etc. Logo, entendo que um polo que contenha todos estes itens em funcionamento, independente de outros fatores, estará apto ao credenciamento. Estes itens são avaliados pelo MEC e com eles é formulado o Conceito Institucional (CI), no caso das instituições de EAD privadas. Este conceito é dividido em três notas, em que o mais baixo é nota 3, o intermediário nota 4 e o considerado mais eficiente recebe nota 5. Instituições que receberem nota inferior a 3, não poderão ser credenciadas e ficam proibidas de ofertar os cursos. De acordo com a Portaria, cada conceito permite um número máximo de polos que a instituição pode abrir por ano. O quadro a seguir foi retirado da própria Portaria.

Quadro 1: Critérios para credenciamento de Polos

Conceito Institucional	Quantitativo anual de polos
3	50
4	150
5	250

Fonte: Portaria Normativa nº 11 de 20 de junho de 2017

Neste caso, as instituições que possuem conceito 3 podem abrir até 50 polos, podendo ser em diferentes cidades, ou então, uma instituição que possui conceito 4 poderá abrir até 150 polos e quando se atinge o conceito máximo de nota 5, fica permitida a abertura de até 250 novos polos por

ano. Isso significa um aumento significativo de instituições de educação a distância privadas no Brasil a cada ano, tendo em vista o número crescente de instituições de EAD privadas no Brasil, além de considerar que nos últimos anos as matrículas em cursos de ensino superior presenciais caíram 0,4% enquanto cresceram 17,6% na educação a distância.<sup>9</sup>

Com relação às instituições públicas que fazem parte dos sistemas de ensino federal, estaduais e distrital, dependem de um prévio acordo com os respectivos órgãos mantenedores, com a garantia de sua sustentabilidade e continuidade da oferta. Neste caso, os quantitativos devem constar do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, não se aplicando as mesmas regras do parágrafo anterior em que se tratava das instituições privadas.

Portanto, a legislação que engloba a EAD é complexa e extensa, uma vez que apenas algumas foram analisadas nesta seção. Essas que foram aqui analisadas não tiveram seu texto por completo trabalhado, apenas os pontos mais relevantes para esta pesquisa. Como critério para este recorte, foquei nas legislações principais de cada década, tendo em vista que as demais eram na maioria das vezes complementares a essas. Para selecionar os trechos a serem trabalhados em cada documento, considerei os objetivos desta pesquisa, selecionando trechos que apontam a justificativa para tal regulamentação, expressando em seu texto o foco político e ideológico referente ao período em que foi publicado.

Abaixo, apresento um quadro com as legislações trabalhadas até o momento e como o ensino a distância é abordado no discurso escrito de cada uma delas, respectivamente. Ressalto que na maioria delas não se usa o termo “a distância”, pois esse foi implementado oficialmente apenas com a LDBEN de 1996. De modo geral, trata-se de como a educação em si é apresentada, de acordo com seus respectivos objetivos.

Quadro 2: Síntese com os objetivos das legislações

<b>DECRETO Nº 50.370, DE 21 DE MARÇO DE 1961</b>	fornecer; elementos gerais de educação; levar; educação de base
<b>BRASIL. LEI 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961</b>	Obriga empresas com mais de 100 funcionários a fornecer o ensino primário gratuito a estes e aos seus filhos.
<b>DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967</b>	transmitir programas educacionais pelas emissoras comerciais de rádio
<b>DECRETO Nº 61.312, DE 8 DE SETEMBRO DE 1967</b>	esforço, alfabetização funcional; educação continuada
<b>DECRETO Nº 61.314, DE 8 DE SETEMBRO DE 1967</b>	esforço; exigência cívica; alfabetização funcional

<sup>9</sup> Informações retiradas do Portal MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 15 set. 2020.

<b>LEI Nº 5.379, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967</b>	sem discriminação etária; alfabetização funcional; educação continuada
<b>DECRETO Nº 62.484, DE 29 DE MARÇO DE 1968</b>	MOBRAL
<b>RESOLUÇÃO N.º 8, DE 1 .º DE DEZEMBRO DE 1971</b>	assegurar a unidade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento; sistematização de conhecimentos; conhecimentos sistemáticos
<b>LEI 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996</b>	educação a distância; uso de tecnologias
<b>PORTARIA Nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</b>	Instituições presenciais podem ofertar até 20% das disciplinas na modalidade a distância
<b>PORTARIA NORMATIVA Nº 11 DE 20 DE JUNHO DE 2017</b>	organização do polo de EAD

Fonte: Acervo documental, 2021.

Os termos *fornecer* e *levar* educação a um determinado grupo é o primeiro que aparece em documentos legislativos referindo-se à educação não presencial. Entendo por meio do uso desse termo que determinados grupos não possuem educação e que essa seria levada até eles. Além disso, as empresas foram obrigadas por lei a fornecer o ensino primário para seus funcionários e também para os filhos destes. Assim, entendo que as empresas não fizeram tal ação como ato de caridade para com seus funcionários, mas sim como um dever a ser cumprido por conta da lei. No entanto, quando se lê de modo passivo esses documentos, posso compreender a ideia de que as empresas é que estariam levando a educação a estes grupos desfavorecidos socialmente.

Outro termo utilizado é o *transmitir*, que também aparece remetendo à ideia de apenas repassar conteúdos e informações, não representa uma visão de educação crítica. É possível encontrar neste quadro, o termo de alfabetização funcional, cuja finalidade é preparar mão de obra. Destaco, ainda, que deve haver esforço em levar a alfabetização funcional até estes sujeitos, funcionários ou filhos de funcionários das empresas que, de acordo com documentos mencionados, a maioria era da área rural. Há também o termo *sistematização de conhecimentos* que, neste caso, refere-se à organização e ordenação dos conteúdos a serem ministrados.

Por fim, destaco o termo *educação a distância*, que somente com a lei 9.394/96 passou a existir por escrito, apontando o uso de tecnologias como o principal aspecto desta modalidade. Seguindo neste contexto, os próximos anos passam a contar cada vez mais com documentos legislativos que regulamentam a EAD em diferentes níveis e situações, como o caso da Portaria 1.134/2016, que passou a permitir que 20% das disciplinas da modalidade presencial pudessem ser ofertadas através da EAD. Cada termo/palavra utilizado/a nestes documentos está carregada de conteúdo, formando um fenômeno ideológico por excelência, pois:

A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (BAKHTIN, 2010a, p. 36).

Compreendo, então, que o modo como as palavras são empregadas interfere na interpretação do sujeito que está lendo ou ouvindo. As palavras não possuem poder sozinhas, quem concede força a elas é o próprio sujeito que a reproduz, no intuito de fazer dela uma ferramenta para atender interesses próprios ou de determinados grupos. Toda palavra traz consigo uma ideologia e a seguir observamos isso em propagandas de jornais e audiovisuais.

## 2.2 JORNAIS: SUBALTERNIZAÇÃO PREEXISTENTE

Nesta seção serão abordadas algumas matérias e propagandas referente a cursos de ensino por correspondência que foram divulgadas em diferentes jornais. Esse material foi produzido entre os anos de 1914 e 1940 e foram acessados por meio da Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional)<sup>10</sup>.

No entanto, devido à complexidade das análises e reflexões a serem realizadas, selecionei para trabalhar alguns dos jornais específicos que continham registros do ensino por correspondência, para tanto, foram escolhidas as matérias e propagandas mais antigas. Analiso o discurso destas propagandas me propondo a pensar de onde ele vem e para quem ele vai com base na linguagem utilizada em seus enunciados.

Os enunciados refletem o contexto em que foram pronunciados, podendo ser na forma escrita ou oral, sendo possível compreendê-los por meio das palavras que foram utilizadas e o modo como se construíram as frases (BAKHTIN, 2010a). No *Jornal O Paiz* de 1914, em sua edição 10954, traz em uma de suas páginas o destaque para a Reforma do Ensino Agrícola no Brasil. A matéria destaca uma reforma no Ensino e apresenta como exemplo o uso de correspondência por países desenvolvidos, o que nos permite compreender que este seria um modelo avançado de ensino.

Este modo de ensino é hoje praticado em larga escala na América do Norte e em alguns países da Europa. Consiste em satisfazer os pedidos de informações dos agricultores e criadores do paiz e distribuir nos centros agro-pecuarios livros e folhetos sobre assuntos que directamente lhes interessem. Este systema vai sendo acolhido com geral sucesso por parte dos interessados (A REFORMA, 1914, p. 8).

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 30 set 2020.

O enunciado possui tanto sua parte linguística quanto sua parte extralinguística, respectivamente, a verbal e a dialógica. Ambas as linguagens compõem a materialidade do texto, sendo indissociáveis (DIAS, 2010). Consideramos, então, a palavra como signo ideológico, sendo ela a unidade da análise discursiva. Quando se compreende um enunciado, deve-se considerar sua concretude, não sendo um elemento abstrato, pois existe interação verbal entre sujeitos. Observando a matéria do *Jornal O Paiz*, identifiquei que o discurso traz elementos para conquistar o sujeito que estará realizando a leitura de seu enunciado. Destaque especial para “*este modo de ensino é hoje praticado em larga escala na América do Norte e em alguns países da Europa*” e “*Este sistema vai sendo acolhido com geral sucesso por parte dos interessados*”. Questiono agora por qual motivo ser utilizado na América do Norte e em alguns países da Europa faz dele um sistema a ser indicado? Quem são os interessados que se agradaram com este sistema? Aos poucos, vamos adentrando cada vez mais e compreendendo os fios ideológicos que estão entrelaçados nesses discursos.

Aqui, é possível identificar como a América do Norte os países europeus já eram vistos neste período como lugares de primeiro mundo, enquanto o Brasil estava em uma situação de subordinação àqueles. A Europa estava no centro das atenções, principalmente no Rio de Janeiro, sendo exemplo de modernidade a ser seguido, (...) era no Rio de Janeiro que as novidades vindas da Europa chegavam primeiro para, a seguir, serem adotadas em outras localidades do Brasil (SOUZA, 2008, p. 67).

Neste período, a Europa era vista como um modelo de civilização pois já estava amplamente industrializada. Os países europeus, em especial a França, representavam no início do século XX o exemplo de modernidade. Este período ficou marcado pelos interesses das elites brasileiras em se modernizarem conforme o mundo europeu. O Rio de Janeiro é um exemplo, já que em seu processo de urbanização buscou trazer como exemplos as construções de Paris, período que ficou conhecido como Belle Époque<sup>11</sup> no Brasil. Além disso, a moda europeia teve forte influência no modo de se vestir no Brasil, em especial no vestuário das mulheres, o chapéu tornou-se um acessório cobiçado e o consumo por produtos que lembravam a Europa ganhou espaço no cenário brasileiro. (SOUZA, 2008).

---

<sup>11</sup> Período que corresponde ao final do século XIX e início do século XX no Brasil (SOUZA, 2008).

Contudo, não somente a Europa era vista como exemplo de modernidade. Na *Revista Feminina* de 1919, o assunto destacado são as Escolas Internacionais que trariam o ensino por correspondência, tendo como exemplo os Estados Unidos e a garantia de emprego. Consta também a informação de que este modelo é defendido por pessoas com uma determinada posição social, vejamos.

(...) As I.C.S. (International Correspondence Schools) ocupam um lugar necessario e unico no labor educativo que se effectua nos Estados Unidos. Fiz investigações as mais detalhadas, e fabricantes, homens de negocios, gerentes. engenheiros e contra-mestres me asseguram que é summamente valiosa a instrucção obtida por meio das Escolas Internacionaes, e que seus certificados são passaportes seguros, para encontrar emprego e lograr promoções. (...) Tivemos oportunidade de vêr na sede da succursal desta Capital, numerosissimas cartas de alumnos, do estrangeiro e do Brasil - todas pessôas de posição social, - enaltecendo, em consequencia dos optimos resultados obtidos com o ensino por correspondencia, os magnificos methodos das I.C.S. (ESCOLAS, 1919, p. 95).

Além de destacar a imagem das Escolas Internacionais de Correspondência nos Estados Unidos como algo positivo, o texto nos traz mais dois pontos: o primeiro é quando aponta que “*seus certificados são passaportes seguros, para encontrar emprego e lograr promoções*” e o segundo é uma possível recomendação para frequentar essas escolas, “*cartas de alumnos, do estrangeiro e do Brasil - todas pessôas de posição social, - enaltecendo, em consequencia dos optimos resultados obtidos com o ensino por correspondencia*”. Há, ainda, outro detalhe nesta última colocação, as pessoas que estão enaltecendo os resultados do ensino por correspondência são descritas como pessoas de posição social, logo, isso remete a uma posição mais elevada na sociedade, dando a entender que sujeitos influentes ou com certo poder aquisitivo estariam satisfeitos com este modelo. Isso não está escrito no texto, mas é possível identificar essa informação em seu contexto extratextual.

O texto - impresso, manuscrito ou oral = a gravado não se equipara toda obra em seu conjunto (ou ao “objeto estético”). A obra é integrada também pelo seu necessário contexto extratextual (BAKHTIN, 2011, p. 406).

Considerando esta perspectiva, compreendo que existe no enunciado publicado pela Revista o interesse em publicizar esses cursos para provocar nos sujeitos de classes mais baixas o sentimento de aceitação social, colocando como sinônimo de qualidade a adesão dos cursos pelos países de primeiro mundo e, assim, vender os cursos por correspondência. Desta forma, esses

sujeitos criam a expectativa de conquistar uma posição de destaque social. Contudo, o enunciado não deixa claro quem seria o sujeito de posição social e qual seria essa posição, deixando a cargo do leitor imaginar quem poderia ser. Sob essa perspectiva, abre-se espaço para diferentes pensamentos e associações dependendo do contexto de cada um. Para compreender de modo mais claro a quem esse anúncio estava destinado, vejamos a que se refere a Revista,

Sua criadora, Virgilina de Souza Salles, filha de Antônia Barbosa de Souza e Cláudio Justiniano de Souza, membros da elite tradicional de São Paulo (...) e apresenta-se como uma publicação mensal destinada às mulheres de classe média e alta (...) (MANCILHA, 2011, p. 3).

Portanto, este anúncio não estava direcionado à elite assim como não estava para os mais vulneráveis socialmente, mas sim para uma classe média em ascensão, sendo neste caso mais especificamente, para o público feminino. Outro fator relevante é o de que o número de sujeitos alfabetizados no país neste período ainda era baixo comparado a outros países e “a educação feminina no Brasil, até a década de 1920, era realmente precária qualitativa e quantitativamente” (HELLER, 1997, p. 17). Este é mais um aspecto para entender que o público dessas revistas, assim como dos jornais, eram um público alfabetizado, não fazendo parte dos grupos marginalizados, mas ao mesmo tempo não era a elite brasileira.

Partimos agora para o *Jornal O Malho*, também do Rio de Janeiro, ano 1924. Neste Jornal, o texto não é apenas escrito, é também texto em imagem.

Figura 1: Anúncio para estudar em casa

24 — Maio — 1924 — *O Malho*

**EM VOSSA PROPRIA CASA**

— como milhares de pessoas o fazem na Eutropa e nos Estados Unidos — podereis estudar por correspondencia com professores notaveis a vossa lingua e as estrangeiras, as sciencias e artes de vossa predilecção — factores da vossa prosperidade e riqueza.

Dae-nos ensejo de provar a eficiencia de nosso methodo. — Pedi prospectos á

Secção de Ensino por Correspondencia.

**ESCOLA BRASILEIRA**

AV. RIO BRANCO, 129 Rio de Janeiro

Fonte: EM VOSSA CASA, 1924.

A figura apresenta, à direita, um homem bem vestido sentado em uma poltrona e que estaria, supostamente, estudando por correspondência. À esquerda, observamos o texto escrito, no qual consta que “*milhares de pessoas o fazem na Europa e nos Estados Unidos*”. Identifico novamente a ideia de estudar em sua própria casa como na Europa e nos EUA. Além disso, a imagem do homem à direita, desperta tranquilidade e seriedade ao mesmo tempo, tenta transparecer a ideia de que o estudar em casa é confortável e sofisticado. A materialidade discursiva desta propaganda nos permite mais uma vez o questionamento acerca de modelos da Europa e dos EUA serem apresentados como sofisticados. Com base nas discussões anteriores sobre o fato de se seguir no Brasil os exemplos de países de primeiro mundo como sinônimo de modernidade e sofisticação, é possível identificar que o objetivo destes anúncios era basicamente vender os cursos.

Sendo assim, no que se refere a esta propaganda, compreendo que o discurso que a compõe foi proferido como se fosse uma verdade absoluta e única a fim de atender os interesses de venda e compra e não necessariamente a realidade do brasileiro. A verdade não é única quando se pretende compreender as relações sociais, toda afirmação está tecida por uma visão de mundo. (BAKHTIN, 2010a). Neste caso, a visão que predominava nos anúncios era a de comercializar estes cursos a partir da imagem que eles transmitiam ao público leitor, de modernidade.

O próximo texto consta no Jornal O Dia do Paraná, de 1927, e traz como a Escola Brasileira de Ensino por Correspondência buscava “*imitar o exemplo dos povos mais avançados*”. Observe.

(...) A escola Brasileira de Ensino por Correspondencia, fundada ha tres annos e que já tem preparado muitos alumnos, vos remetterá pelo correio as licções de seus sabios professores. Em casa, no bonde, por toda parte, estareis aproveitando o tempo e preparando o vosso futuro. Imitae o exemplo dos povos mais adiantados. Estudae por correspondencia.(...) (BOM EMPREGO, 1927, p.4).

Neste texto fica evidente a necessidade em utilizar os EUA e a Europa como modelo. A parte em que se diz “povos avançados” refere-se a culturas destes locais, ao mesmo tempo em que coloca o brasileiro que participa do ensino por correspondência em uma posição de avanço na sociedade.

A partir da década de 40, começa a se disseminar uma nova ferramenta de ensino, o rádio. De modo breve, foi abordado anteriormente sobre as aulas radiofônicas que ocorreram em todo o país, até a década de 80. A partir disso é possível compreender como o rádio foi significativo no processo de alfabetização das populações do campo. O anúncio abordado a seguir menciona um curso sobre o rádio, o qual possivelmente foi ofertado via rádio ou correspondência, de acordo com

o período e com contexto. Isso nos mostra o quanto o rádio estava sendo um instrumento requisitado, este anúncio foi publicado no *Jornal A Noite* de 1940.

Figura 2: Anúncio para estudar rádio

**FAÇA SUA FORTUNA**  
*estudando*  
**RADIO**

V. S. montará durante os seus estudos este maravilhoso Rádio de 8 válvulas:

Receberá um instrumento de prova para medir resistências, condensadores, bobinas, etc:

E também um jogo completo de ferramentas:

**APRENDA EM SUA CASA**  
nas horas de folga para ser um  
**RADIO TECNICO**  
**COMPETENTE**

Com o novo e aperfeiçoado método prático de nosso INSTITUTO, V. S. aprenderá todos os trabalhos manuais de um modo eficiente para montar e concertar RÁDIOS de qualquer marca, amplificadores, transmissores, equipos de Televisão, Cine-Sonoro etc. Poderá V. S. ganhar mais dinheiro do que o custo dos seus estudos, logo após de inicia-los. Duração dos estudos, 25 semanas. Mensalidades suavísimas. Os alunos têm direito de praticar gratuitamente no laboratório da sede do Instituto Rádio Técnica Monitor, Rua Santo Amaro, 255, São Paulo.

**MANDE HOJE MESMO O COUPON ABAIXO DEVIDAMENTE PREENCHIDO**

INSTITUTO RÁDIO-TÉCNICO MONITOR LTDA. 21  
Rua Santo Amaro, 255 - Caixa Postal 1795 - S. Paulo

Sr. Diretor: Peço enviar-me GRATIS e SEM COMPROMISSO e falhoto com as instruções como ganhar dinheiro no Rádio.

NOME.....

RUA..... No.....

CIDADE..... ESTADO..... E.F.....

Fonte: FAÇA SUA FORTUNA, 1940.

As frases "*Faça sua fortuna estudando rádio*" e "*Aprenda em sua casa nas horas de folga para ser um rádio técnico competente*" nos mostram, respectivamente, a ideia de ficar bem financeiramente e de modo fácil, pois basta estudar nas horas de folga para se tornar um profissional competente e que ganhará muito dinheiro. A palavra "fortuna" é colocada na mesma frase da palavra "rádio", a qual vem destacada logo em seguida. Assim, o sujeito assimila as duas como complementares e necessárias. A palavra pode, portanto, causar mudanças em diversos contextos, pois consegue integrar um discurso em seu contexto narrativo, incluindo tendências sociais da interação verbal de uma determinada época ou grupo social.

(...) a palavra veicula, de maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia e, portanto, na língua que as veicula. A palavra serve como “indicador” das mudanças (BAKHTIN, 2010, p.10).

A publicidade, bem como a propaganda, é capaz de influenciar a sociedade e isso contribui para a movimentação da economia, pois são gerados lucros e empregos. Contudo, essa mesma ferramenta tem a capacidade de enaltecer guerras, alistar soldados e ainda, iludir a população Eleitoral de um país (JANJÁCOMO, 2017). A propaganda possui efeitos variáveis para quem observa, assiste, lê ou escuta o discurso nela contido.

O ensino por correspondência foi apresentado em seus anúncios como uma alternativa barata e voltada à classe trabalhadora, para que essas consigam empregos mais satisfatórios em questões financeiras. Isso tem mostrado uma intenção em formar mão de obra barata para atender a demanda de mercado, tendo em vista que no caso do ensino por correspondência eram formações técnicas. Entendo, aqui, que este modelo de ensino foi inserido em um contexto de exploração de sujeitos subalternizados, pensando pela ótica pós-colonial. (MIGLIEVICH-RIBEIRO; PRAZERES 2015).

O colonialismo como sistema acabou, mas ele ainda está presente no cotidiano das pessoas e dos povos ainda subalternizados. No contexto colonial os estereótipos impedem que se reconheçam as diferenças entre dominantes e dominados (MIGLIEVICH-RIBEIRO; PRAZERES 2015), os vestígios desse modelo ainda estão presentes quando se pensa na modalidade EAD. Conforme mencionado anteriormente, há interesses políticos e econômicos do governo quando investem em políticas para esta modalidade de ensino, sendo que o objetivo é suprir a mão de obra do mercado em um sistema explorador e gerador de lucros e ao mesmo tempo de desigualdades.

Ao analisar como o colonizado deseja ser o colonizador e esse é capaz de se enxergar na imagem deste e querer reproduzi-la, mas nunca terá tal identidade (MIGLIEVICH-RIBEIRO; PRAZERES 2015), fica mais evidente a subalternidade presente no discurso de anúncio destes jornais, quando mencionando Europa e Estados Unidos como modelo de exemplo. Enquanto o discurso aponta que o objetivo é garantir um emprego e igualar estes sujeitos a outros de classes mais elevadas socialmente, é possível identificar que existe um certo desejo do sujeito subalternizado em conquistar uma posição social, pois a maioria dos indivíduos bem-sucedidos socialmente são apontados ali como participantes do ensino por correspondência, logo, o

subalternizado precisa reproduzir esta imagem nele mesmo. No entanto, o foco deste ensino tende a ser o preparo de mão de obra para o mercado de trabalho, o sujeito poderá até conquistar uma renda financeira maior se conseguir o emprego desejado, mas não será preparado o suficiente para assumir cargos já ocupados pela classe dominante.

É possível identificar neste contexto, que existe a possibilidade de melhoria, talvez de mudanças pequenas na vida dos sujeitos naquele momento. Compreendo que ocorre, então, uma qualificação dos sujeitos a partir destas possibilidades de acesso ao ensino. Sujeitos esses que passaram a integrar espaços que antes não eram acessíveis a sua condição social e que só foi possível este alcance por conta de políticas educacionais. Isso vale tanto para o período em que se buscou atender sujeitos do campo que estavam afastados dos grandes centros urbanos, como nos anos seguintes em que se buscava sujeitos para atender demandas nas indústrias.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (CALDART, 2011, p.110).

O foco da Educação, neste contexto, era atender ao mercado de trabalho, mas de certa forma contribuiu também para a formação destes sujeitos. Pelo contexto, portanto, é possível considerar que foi um avanço para proporcionar o acesso aos estudos para esses sujeitos. Assim, compreendo, então, o discurso contido nas propagandas dos jornais aqui estudados, os quais apresentam a ideia de democratizar o ensino, para que esse chegue a grupos sociais que ainda não ascenderam economicamente. Entretanto, a democratização é vista como o ato de se ter acesso a condições que lhe garantam uma renda maior, sendo contraditória em seu contexto, visto que acaba legitimando a competição entre os sujeitos, aspecto do sistema capitalista. Contudo, entendo que a democratização deve legitimar os sujeitos enquanto seres singulares, proporcionando-lhes um ensino capaz de garantir uma formação humana.

Ressalto novamente que o sentido de um discurso não é único e acabado, sua interpretação é infinita, por isso, destaco a necessidade em compreender para além do texto, os elementos extratextuais (BAKHTIN, 2010a). Estes elementos englobam o que não está explícito no texto diretamente, mas que influenciou o seu discurso (BAKHTIN, 2011). Seguindo esta perspectiva, partimos para a próxima seção, onde se aborda um outro momento da História do Ensino a

Distância, os telecursos e a era da internet. Vejamos os discursos de divulgação e indução a estes cursos, a fim de compreender qual ideologia está contida em seus enunciados.

### 2.3. AUDIOVISUAIS: ULTRAPASSANDO PARTICULARIDADES

Neste espaço, busco compreender como o discurso midiático constrói ideologicamente uma identidade para o ensino a distância, tendo como material a ser analisado as propagandas audiovisuais divulgadas em canais da TV Brasileira. Pensando no conjunto de dados que está sendo trabalhado nesta pesquisa, o que inclui as diferentes atividades da esfera humana, sendo a legislação, as propagandas e os enunciados dos sujeitos. Dentro desse conjunto de dados, existem, portanto, um conjunto de propagandas, as quais foram selecionadas com base em sua popularidade e em seu período. Foi possível selecionar propagandas em diferentes contextos históricos e sociais, considerando que a primeira propaganda do ano 2000 e a última de 2021. Há que se evidenciar a ampliação do recorte temporal, o qual vai até 2018 e, a partir do contexto da pandemia da Covid-19, houve a necessidade de ampliá-lo para trabalhar com as propagandas de cursos a distância neste período de enfrentamento da pandemia.

Inicialmente, haverá uma discussão acerca da propaganda do telecurso 2000. Na sequência, partimos para uma discussão sobre as propagandas recentes da EAD, que trazem consigo outras nomenclaturas, como por exemplo, aulas virtuais e faculdade digital. No que se refere ao gênero discursivo das propagandas, é possível refletir sobre a diferença entre gênero primário e gênero secundário. O gênero primário refere-se às conversas informais do dia a dia, enquanto que o gênero secundário é o resultado da comunicação mais elaborada, que é produzida por códigos culturais (BAKHTIN, 2011).

No caso das propagandas de mídia, é possível afirmar que se trata do gênero secundário, pois está ligado a ideologias cristalizadas e oficiais, as quais se constituem a partir da ideologia do cotidiano<sup>12</sup>. Eles são mais complexos e surgem com as relações de convívio cultural, são desenvolvidos e organizados de modo artístico, científico, sociopolítico, entre outros. No processo de formação do gênero secundário, ocorre a incorporação e reelaboração dos gêneros primários e esses se formam com as condições de comunicação discursiva imediata (BAKHTIN, 2011). As

---

<sup>12</sup> A ideologia oficial é a ideologia dominante, de estrutura e conteúdo estável na maioria das vezes, formada por sistemas ideológicos constituídos, como por exemplo a moral social, a ciência, a arte e religião, diferente da ideologia do cotidiano, a qual é mais instável e não possui um sistema ideológico constituído, ela acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência. (BAKHTIN, 2010a).

propagandas mantêm em seu conteúdo a sua forma de divulgação com objetivo de convencer um determinado público, ao mesmo tempo que em seu conjunto integram uma determinada realidade, fazendo com que haja um enunciado secundário.

Tendo em vista o quanto as palavras são fortes em significados, destaco o porquê do uso da palavra *propaganda* e não *publicidade*. A publicidade é aplicada quando o objetivo é apenas a venda e o lucro. Enquanto a propaganda, além da venda e do lucro, também visa à propagação de ideias, porém, seus efeitos são variáveis (JANJÁCOMO, 2017).

“A capacidade e meios específicos para uma comunicação em massa, os efeitos da propaganda são variáveis mediante o locutor que dela se apossa para expressar seu discurso. Ela é, portanto, linguagem viva, ponto de conexão com o outro, visto que enquanto objeto de significação apto de compreensão, ela é passível de despertar a noção de dever do sujeito outro, ativando neste, um sentido de incompletude que o leva a assumir uma relação de participação responsável quanto ao objeto, uma relação que refere a característica de abstração.” ( BAKHTIN, 2010, p. 66 *apud* JANJÁCOMO, 2017 p . 36).

Considerando estas informações, seguimos para análise e reflexão das propagandas selecionadas. A escolha ocorreu primeiramente pelo Telecurso 2000 devido a sua popularidade e também porque ainda hoje, a emissora de TV Globo, apresenta depoimentos de alunos que fizeram o telecurso, como exemplo para conseguir um bom emprego. As propagandas aqui analisadas referem-se a estes depoimentos. Vejamos no quadro a seguir de modo detalhado o que nos traz a primeira propaganda analisada:

Quadro 3: Depoimentos sobre o Telecurso 2000 concedidos para propaganda

<b>Descrição</b>	<b>De onde vem o sujeito da propaganda</b>	<b>Frase de efeito ao final da propaganda</b>
Sujeito 01: Fez até o segundo ano do ensino médio, depois precisou escolher entre trabalhar ou estudar, ficou 8 anos fora da escola, como milhares de brasileiros. Mas não perdeu o desejo de estudar, precisou de apenas uma oportunidade para concluir o ensino médio	Rio de Janeiro - RJ	Uma pessoa com conhecimento pode ser o que ela quiser
Sujeito 02: Falaram que eu não ia conseguir mas eu acreditei em mim. Ficou fora da escola por 6 anos mas não perdeu vontade de estudar, precisou de apenas uma oportunidade para concluir o ensino médio. Faz curso técnico em enfermagem.	Rio de Janeiro - RJ	O que ninguém pode arrancar de você é o que você aprendeu dentro da sala de aula
Sujeito 03: Parou de estudar mas precisava estudar, enfrentou muitos obstáculos para voltar a estudar, como milhares de brasileiros. Mas com o apoio de amigos, familiares e professores precisou de apenas uma oportunidade para concluir o ensino médio	Rio de Janeiro - RJ	Na escola comecei a ter a consciência de pensar, eu quero, eu vou conseguir.
Sujeito 04: Repetiu o ano e trocou de escola, estudava no centro e morava longe como milhares de brasileiros. Precisou de apenas uma oportunidade para concluir o ensino médio, depois não parou mais... No vídeo a jovem veste uma roupa branca, representando sua atuação, é estudante de enfermagem	Rio Branco - Acre	Tenho um sonho de ajudar as pessoas assim como um dia eu fui ajudada.
Sujeito 05: Não pensava em cursar faculdade durante a juventude, descobriu o prazer após conhecer a educação (o telecurso), hoje é professor mestre e doutorando em física.	Recife - Pernambuco	Educação significativa que modificou a minha vida, eu tenho certeza que pode modificar a vida de outros

Fonte: Fundação Roberto Marinho, 2019/2020.

Nas propagandas, os sujeitos se apresentam e também são apresentados pela narradora (voz feminina no vídeo). A apresentação de todos segue o mesmo roteiro. Inicialmente, aparece o nome da cidade em que vivem e, em seguida, suas falas positivas em relação ao telecurso. Todas as falas possuem legenda. Existem semelhanças entre as falas destes sujeitos, a principal delas que envolve

a todos, é de que não conseguiram concluir o ensino médio no tempo esperado, passaram alguns anos até que retornassem para a escola.

Além disso, os depoimentos se dividem entre quem desistiu pela necessidade de trabalhar ou então por ter reprovações e necessidade de troca de escola, devido à distância entre a instituição e a residência dos sujeitos. Houve, ainda, o caso do Sujeito 05, que não pensava em cursar ensino superior, mas após ingressar na escola acabou mudando sua visão. Existem, ainda, outras duas semelhanças que envolvem a todos: a mensagem de que são sujeitos que nunca pensaram em desistir, apesar da necessidade de desistência e que bastou uma única oportunidade para concluírem o Ensino Médio.

Nesta última semelhança apresentada, em que todos tiveram uma única oportunidade e aproveitaram, já nos mostra tratar da ideia de meritocracia, dado que a oportunidade foi lançada e depende de os alunos aproveitá-la. Para compreender a ideia de meritocracia, podemos considerar como argumento o próprio sistema em que estamos inseridos, o qual nos coloca em constante competição. A sociedade se divide entre “ganhadores” e “perdedores”, fazendo com que os privilégios de determinados grupos não sejam percebidos por outros grupos que não se encontram na mesma situação social e econômica. Situações assim contribuem para uma sociedade desigual, onde aqueles que alcançam determinadas posições sociais acreditam que seu sucesso possui justificativa moral. Isso significa dizer que os vencedores conquistaram o sucesso através de seu próprio talento e esforço. A consequência disso é uma sociedade que reforça a desigualdade social e, ao mesmo tempo, culpabiliza os sujeitos que não alcançaram posições consideradas de sucesso (SANDEL, 2020).

Compreendo, então, que a meritocracia não é eficaz. Contudo, a propaganda do telecurso 2000 tenta contradizer isso por meio do relato do Sujeito 05, o qual conseguiu acesso ao doutorado, nível mais elevado na área acadêmica através de seu esforço. No discurso desta propaganda, compreendo que se estes sujeitos de classes baixas que desistiram dos estudos por conta de sua realidade social foram capazes de retomar os estudos, concluir e ainda um caso específico que chegou ao doutorado, significa que os demais que estão assistindo também são capazes e incentiva então a procurarem pela Fundação Roberto Marinho. Uma exceção foi utilizada como exemplo para defender indiretamente a meritocracia.

A próxima propaganda refere-se à educação a distância, já inserida nos termos da Lei 9.034/96. Consiste na propaganda de uma universidade a distância de São Paulo, referente ao ano

de 2015. Abaixo, uma imagem retirada do vídeo em que se passa a propaganda e em seguida sua descrição e análise:

Figura 3: Propaganda de universidade a distância



Fonte: *Print Screen* de UNIP, 2015.

A frase inicial da propaganda, conforme apresentado na imagem anterior, é “*O sucesso profissional mais perto de você*”. Identifico neste enunciado que a Educação está voltada em almejar o sucesso profissional, ou seja, um trabalho satisfatório. Na sequência, apresento um pouco sobre a universidade, em que se apontam os quarenta anos de tradição com mais de quinhentos cursos de graduação e pós-graduação, sendo presencial e a distância. Destaque para a informação de que 100% dos cursos foram avaliados com conceitos positivos e notas de excelência pelo MEC, sendo a primeira colocada no ENADE entre as universidades particulares não confessionais em todo Brasil, estando entre as vinte universidades brasileiras mais respeitadas pelos empregadores. Mais uma vez, voltando-se ao campo do mercado de trabalho, ao mencionar que os empregadores respeitam esta instituição, logo, entendo que ingressar em um curso nesta universidade garante uma vaga de emprego.

Ademais, a propaganda exalta que o reconhecimento do diploma pelo mercado é feito como se fosse de um curso presencial, isso nos permite pensar a importância que possuem os cursos presenciais, visto que o ensino, mesmo sendo a distância, depende de uma comparação com o presencial para se consolidar. Neste texto (propaganda), há, ainda, uma ideia de que o ensino a distância é mais viável que o ensino presencial, pelo fato de o aluno poder escolher os horários e locais de estudo, assistir às aulas de onde e como quiser por meio do ambiente virtual de

aprendizagem. Em suma, tudo se torna mais fácil e “só com um click”. Vale ressaltar, também, que as mensalidades são menores na modalidade a distância.

Outra informação contida nesta propaganda é a de que a universidade vai até o aluno com vinte e sete campus e conta com mais de 600 unidades de apoio espalhadas em todo território brasileiro com estrutura necessária para atender ao público. Faremos aqui um cotejo com a Portaria Normativa nº 11 de 20 de junho de 2017 que estabelece as normas de credenciamento dos polos, sendo considerada como estrutura necessária os seguintes itens: salas de aula ou auditório, laboratório de informática, laboratórios específicos para aulas presenciais ou virtuais, sala de tutoria, ambiente de apoio técnico-administrativo, biblioteca com obras básicas, complementares e organização dos conteúdos digitais. Lembrando que a Portaria não estabelece critérios de qualidade para estas salas, sendo que o Conceito Institucional (CI) das universidades privadas é elaborado a partir de alguns fatores da instituição, mas entre eles está a estrutura como um dos principais. Logo, com determinado conceito, autoriza-se respectivamente a abertura de novos Polos, na medida em que o conceito (nota) aumenta, o número de Polos permitidos para abertura também aumenta.

Considerando o cotejo aqui realizado, podemos compreender como é possível construir uma visão mais ampla do discurso quando este é cotejado com outro. A frase final desta propaganda é uma frase de efeito, ela diz que a instituição “(...) *vai até você e você vai até onde seus objetivos te levarem*”. Notamos aqui, mais uma vez, a tentativa de legitimar a meritocracia. Ambos os textos (a Portaria e a propaganda) são enunciados para um determinado público, assim como foram produzidos de modo diferentes, porém, tanto um quanto outro é composto por ideologias. Que ideologia seria essa? Seguimos esta metodologia com as próximas propagandas e, no decorrer, vamos cotejando os textos e nos enriquecendo com o que eles nos proporcionam.

Para dar sequência, partimos agora para uma propaganda ainda mais recente, sendo esta do ano de 2018. Esta propaganda é composta por uma música que mistura o sertanejo raiz com o sertanejo universitário. Dois famosos fazem o papel de garoto propaganda, sendo Rodrigo Faro (apresentador) e Whindersson Nunes (comediante), dois sujeitos influentes socialmente, pois ambos fazem parte da mídia brasileira, algo que sabemos ser comum para o contrato em propagandas. Pesquisando sobre a construção dessa, encontramos uma melhor descrição feita pela própria empresa<sup>13</sup> de publicidade, a qual destaca que o envolvimento dos dois tipos de sertanejo é para

---

<sup>13</sup> Disponível em:

<https://propmark.com.br/anunciantes/rodrigo-faro-e-whindersson-nunes-estrelam-videoclipe-de-unopar/> Acesso em 20 out 2020.

atrair tanto o público jovem em busca de vestibular quanto o público mais velho que deseja retomar os estudos. Vejamos a letra da música a seguir:

Me lembro todo dia do passado  
 e reclamo dessa juventude  
 sou de um tempo onde tudo era árduo  
 Que até pra ir no banco precisava de atitude  
 Resolver tudo era um desafio  
 Mandar fax, botar ficha no orelhão  
 Lamber carta e deixar bem babada,  
 Um homem de 50 anos  
 tinha cara de ancião  
 Hoje você é digital  
 Não demora para resolver  
 E ainda acha isso legal,  
 Ó tempo que não volta mais  
 Mas que saudade de você

Hoje em dia eu só mando meme e nudes  
 áudio, emoji, print, gif e textão  
 eu só quero superlike, like, match  
 e pra passar para a direita  
 basta ter respiração  
 Tem bom dia em todo grupo de família  
 E de curtida eu tenho um canavial  
 Eu vou ao banco, ouço um som, peço comida  
 Até a minha faculdade hoje em dia é digital  
 Até minha vó tem internet  
 Wi-fi até em funeral  
 E você preso ao passado  
 sem tempo no dia a dia  
 é só vir para o digital  
 Até minha vó tem internet  
 Wi-fi até em funeral  
 E você preso ao passado  
 sem tempo no dia a dia  
 é só vir para o digital (UNOPAR, 2018)

É possível compreender que a juventude é enaltecida na música da propaganda, e ao observar a juventude como um signo, notamos que é tratado como sinônimo de modernidade. Palavras como *áudio*, *emoji*, *print*, *gif* e *textão*, *superlike*, *like* e *match* compõem a letra. Essas são palavras com significados específicos para este contexto, o qual envolve as redes sociais. Estas palavras remetem à juventude por estarem relacionadas ao meio digital, algo que é visto como comum para esse público. É neste sentido que ocorre o uso desta linguagem, com intuito de atrair os jovens para a “faculdade digital”. O que seria o digital propriamente dito?

(...) a forma linguística é sempre percebida como um signo mutável. A entonação expressiva, a modalidade apreciativa sem a qual não haveria enunciação, o

conteúdo ideológico, o relacionamento com uma situação social determinada, afetam a significação. O valor novo do signo, relativamente a um “tema” sempre novo, é a única realidade para o locutor-ouvinte. (BAKHTIN, 2010, p. 8).

A música, por exemplo, nos traz duas significações para o signo juventude, quando nos apresenta a versão pelo sertanejo raiz, apontado que ser jovem era mais difícil em outros tempos, precisando de atitude para ir ao banco, dependendo de fichas para realizar ligações, entre outras colocações, mas que apesar de ser tudo muito difícil, o sujeito inicial ainda prefere a juventude. Enquanto isso, o segundo sujeito da música é o jovem moderno. Para ele tudo é mais fácil de resolver, e até mesmo quem não é mais jovem pode fazer parte destes supostos benefícios de ser digital. A palavra *digital* aqui neste texto se refere às ferramentas de internet e traz outras palavras que fazem parte destas mesmas ferramentas. Entendo que é para aproximar o sujeito ouvinte do texto exposto. A frase efeito utilizada ao final da propaganda é “*Você digital até na hora de estudar*”. O digital é visto como algo positivo, sendo esse o modo como ocorre o ensino a distância. É possível entender como a palavra digital está substituindo, em seus sentidos, a expressão a distância. O signo a distância já vem recebendo críticas e acumulando em sua materialidade sócio-histórica sentidos negativos em relação à qualidade e até mesmo em sua validade. No entanto, ao dizer faculdade digital em vez de faculdade a distância há a tentativa de apagar possíveis sentidos negativos do termo a distância.

Na propaganda seguinte, do ano de 2018<sup>14</sup> se apresenta a graduação semipresencial com garantia de ensino de qualidade para seguir uma carreira ou mais conhecimentos para assumir novos desafios e possibilidades na sua profissão. Destaco que este tipo de curso é idealizado para quem tem dificuldade em estudar todos os dias, devido à agenda estar sempre comprometida. A propaganda aponta que o sujeito que busca este curso é versátil, criativo e antenado, neste caso, refere-se a um curso de graduação específico, Propaganda e Publicidade. Nesse curso, as aulas presenciais ocorrem apenas 3 vezes por semana e o certificado do curso é garantido pelo MEC.

Todavia, ao se pensar em aula presencial podemos atribuir diversos significados. Neste caso, a palavra *presencial* significa aulas transmitidas em sala, ou seja, o aluno vai até o Polo de sua instituição, onde vai assistir a uma aula em tempo real. Esta mesma aula é transmitida aos alunos deste curso em todos os demais Polos da instituição. Como são apenas três vezes na semana que isso ocorre, o restante do conteúdo o aluno estuda em casa, com apoio de tutores virtuais para tirar suas dúvidas. Essa propaganda também compara esta modalidade com a modalidade presencial e,

---

<sup>14</sup> Link da propaganda - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E1PSnA1vIcY>

ainda, aponta que somente o ensino a distância pode oferecer liberdade para estudar, pois o aluno escolhe os horários e não precisa ir até a instituição todos os dias da semana.

O tema da enunciação é na essência irreduzível a análise. A significação da enunciação, ao contrário, pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos linguísticos que a compõem (...) ela se compõe das significações de todas as palavras que fazem parte dela, das formas de suas relações morfológicas e sintáticas, da entoação interrogativa, etc. (BAKHTIN, 2010, p. 124).

Considerando que a significação destas palavras contidas no enunciado depende dos elementos que a compõem, entendo que o objetivo de utilizar estes termos como nestas duas últimas propagandas analisadas “*digital e semipresencial*”, é atrair sujeitos para algo novo, quando na verdade não é novo, e sim ressignificado. Nesta propaganda, mais uma vez se menciona o emprego e a carreira profissional, deixando claro que o objetivo do curso é meramente profissional.

Em uma outra propaganda de 2019<sup>15</sup>, transmitida no período de natal, aparecem dois personagens, mãe e filho. O anúncio é composto por um vídeo com várias cenas, sendo que nas primeiras a mãe sempre fala "hoje não dá" ou então "hoje não tem" cada vez que o filho, ainda criança, deseja algo que está sendo vendido na rua ou no mercado. Logo, o menino cresce e o vídeo mostra a sua adolescência semelhante a sua infância, continuava não podendo comprar os itens que desejava. Chegando em uma fase mais adulta, no momento de procurar seu primeiro emprego, ele não consegue. Vários recrutadores aparecem no vídeo negando a vaga, já que o jovem não possuía ensino superior. A mãe observa o percurso de seu filho, o qual recebeu vários "nãos". Certo dia ao abrir a mochila do filho, ela encontra um panfleto de uma universidade a distância. A cena seguinte mostra a ceia de natal de ambos os personagens. O filho presenteia a mãe com uma joia e ela o presenteia com um recipiente repleto de notas de dinheiro, notas de valores baixos mas que somando pagariam o curso superior, ao menos é isso que a propaganda nos faz entender. Cada nota possuía um bilhete consigo, como por exemplo "bola", ou então "doces", itens que o menino desejou em sua infância, mas sua mãe não comprou. Junto com as notas, estava o panfleto da universidade a distância com a frase "Construa sua própria história". A mensagem que a propaganda apresenta é de que a mãe do jovem economizou todo o dinheiro dos brinquedos e doces que o menino desejava para dar a ele um futuro, uma graduação. A mãe finaliza a cena dizendo “agora dá, filho”.

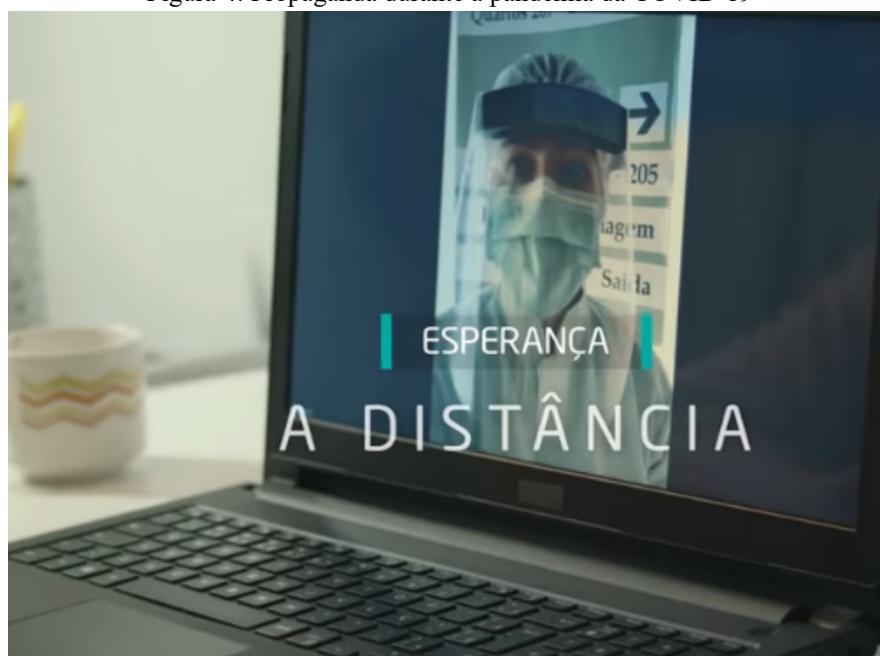
---

<sup>15</sup> Link da propaganda - disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4yf8Ud5AkQs>

Nesta propaganda, foi recorrido a uma linguagem emocional, tendo em vista as cenas apresentadas e o momento em que ela foi transmitida ao público, no Natal. O discurso e ação estão relacionados, pois historicamente a linguagem sempre ficou a serviço do pensamento participativo e das ações realizadas (BAKHTIN, 2012). Assim, a palavra possui sua plenitude que é composta pelos aspectos de conteúdo e do *emocional volitivo*, que diz respeito à entonação como atitude valorativa sobre a palavra. Neste caso, o ensino a distância não foi pronunciado na fala da mãe ou do filho, mas foi mostrada de modo escrito no panfleto e ela também aparece ao final da propaganda com o logo da instituição, mas mesmo assim é possível identificar que o ensino a distância é algo importante para os personagens, porque ajudaria o jovem a conseguir um emprego.

A relação com o emprego e a carreira profissional está presente em todas as propagandas analisadas até o momento e isso não é diferente na próxima. A propaganda a seguir é de 2020, está entre as mais atuais e traz para seu texto a situação vivida por conta da pandemia da COVID-19. O texto traz frases curtas como “amor a distância”, “esperança a distância”, “ensino a distância”, conforme a imagem abaixo, retirada da própria propaganda.

Figura 4: Propaganda durante a pandemia da COVID-19



Fonte: *Print Screen* de Uniasselvi, 2020.

Existe, então, nas propagandas, uma relação bastante forte com o poder de consumo que o curso a distância vai fornecer ao sujeito que dele fizer parte. Compreendo que um padrão se constitui e vai se relacionando com o discurso da democratização, fazendo com que a

democratização se resume em: democratizar é levar o ensino até o estudante; é ampliar sua capacidade de consumir; é facilitar a entrada no mercado de trabalho ou sua promoção da carreira; é possibilitar também que os sujeitos ascendam socialmente.

Além das frases, a propaganda conta com imagens de fundo. Neste caso, a esperança é apresentada com a imagem de um médico ou enfermeiro, um sujeito da área da saúde. O amor é representado por uma família, sendo inicialmente apresentado a imagem dos avós, um casal de idosos e em seguida na tela do computador, a imagem de um homem, uma mulher e uma criança. O ensino é representado pela imagem do ambiente virtual de aprendizagem, no qual aparecem o tutor e os alunos, todos vestindo a camiseta da cor da instituição. A camiseta igual para todos, assim como o crachá, constituem-se signos nesta propaganda. Além disso, a imagem do sujeito com crachá o descaracteriza como professor e é construído significativamente como um funcionário de uma instituição, conforme podemos observar na figura abaixo.

Figura 5: Propaganda durante a pandemia da COVID-19



Fonte: *Print Screen* de Uniasselvi, 2020.

A propaganda finaliza com a mensagem de que esta é a única instituição que garante os estudos em casos de perda de emprego. A ideologia presente nesta propaganda tenta mascarar a realidade, simulando que está tudo bem e que ficar em casa pode ser um momento proveitoso. Ela também nos mostra que é possível estudar, compartilhar momentos em família e ainda garantir o emprego, enquanto os sujeitos da área da saúde, representados pela esperança, trabalham “lá fora”. A palavra *distância* é tratada aqui como oportunidade, atribuiu-se um novo sentido a ela.

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica. (...) O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico (BAKHTIN, 2010a p. 22).

Compreendo que a propaganda apreendeu a realidade de um ponto de vista específico, utilizando substantivos abstratos (amor e esperança) para representar um contexto que a favorecesse. “Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira” (BAKHTIN, 2010a, p. 23). Ao acessar os dados apresentados pela Organização Mundial da Saúde<sup>16</sup> em junho de 2020, é possível comprovar esta afirmação, pois os dados apontam que no mês seguinte após a transmissão da propaganda, a situação continuava muito preocupante. A média registrada neste momento foi de mil mortes por covid-19 por dia no país. Esta situação preocupante foi utilizada de modo a divulgar cursos a distância, na tentativa de vendê-los. Podemos dizer que foi uma ideia muito bem intencionada, porque houve intenção do setor privado lucrar em meio a uma pandemia global e essa intenção foi concretizada por meio da materialidade discursiva presente nesta propaganda.

Trago um exemplo dessa concretização, cotejando com uma das matérias feitas pela UOL<sup>17</sup> em agosto de 2020 sobre o aumento na procura por cursos a distância nos últimos anos, destacando que a “EAD ganhou ainda mais evidência, constituindo-se como a principal possibilidade para manter os estudos na quarentena”. Portanto, o discurso de que a pandemia pode ser sinônimo de oportunidade é composto por palavras retiradas de outros contextos e também por termos que foram colocados ao centro destes discursos. Os sentidos desses termos podem ser vários a partir do momento que começam a circular por meio da comunicação e interação social. A partir do momento que estes termos se reproduzem/são reproduzidos é possível identificar sua intencionalidade. Seja em sua forma de texto escrito ou então através de gestos, ele sempre

---

<sup>16</sup>Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2020/08/03/para-oms-situacao-no-brasil-na-pandemia-continua-a-ser-de-muita-preocupacao.htm>> Acesso em 19 out. 2020.

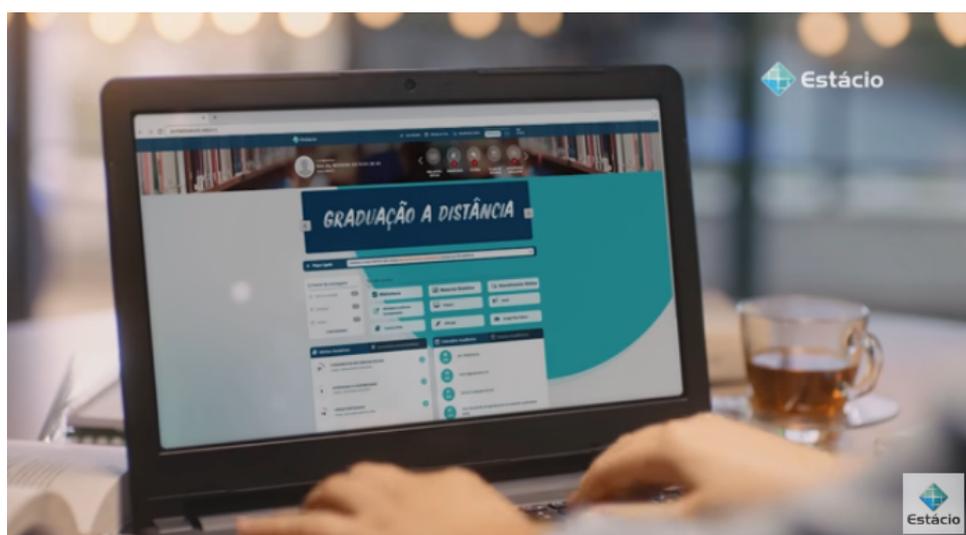
<sup>17</sup>Disponível em:

<<https://atarde.uol.com.br/educacao/noticias/2134766-aumenta-a-procura-por-graduacao-a-distancia#:~:text=O%20Mapa%20do%20Ensino%20Superior,pesquisa%20feita%20pelo%20Instituto%20Semesp>> Acesso em 20 out 2020.

significará alguma coisa, e sua interpretação é atribuída pelo próprio autor (CALEFATO; PONZIO, 2007).

Uma outra propaganda, também de 2020, apresenta a ideia de correr atrás de seus sonhos. Ela inicia contando a história da personagem Paula. Na propaganda, ela aparece apressada para pegar seu ônibus e na sequência está em uma sala de estudos com outros colegas. Ela aparece estudando em seu notebook enquanto em sua tela é apresentado uma página da universidade, a qual mostra ser a área do aluno, com a frase "Educação a Distância".

Figura 6: Propaganda para Educação a Distância



Fonte: *Print Screen* de Estácio, 2020

A propaganda apresenta a ideia de correr atrás dos sonhos, destacando que nesta universidade a falta de tempo não é um problema, porque nesta instituição sobram possibilidades. Além disso, também afirma que o aluno é capaz de conquistar o próprio espaço e que cada sonho pede uma parceria. Neste momento, a propaganda ressalta que a Universidade em questão é capaz de oferecer todas as parcerias possíveis. Compreendo, então, que essa propaganda utilizou um discurso emotivo para conquistar o público. Como se trata de uma propaganda, entendo que ocorre uma recriação de uma situação de vida do estudante no interior dela. Destaco o apelo emotivo em fazer com que o estudante se sinta representado ao assistir esta propaganda, pois ao mesmo tempo que ele assiste o passo a passo da personagem Paula, ele também ouve o locutor narrando sobre “correr atrás de seus sonhos” e também afirma que a universidade é uma parceria para o seu sonho, sendo assim você não vai correr sozinho atrás dele.

Já em 2021 contamos com outras diversas propagandas, selecionei algumas para abordá-las aqui. A primeira delas refere-se a uma propaganda de pós-graduação da Estácio. A escolha por esta propaganda de pós-graduação, especificamente, se deve ao termo que ela utiliza para se referir aos cursos da modalidade EAD. Nela se destaca que é possível escolher como estudar, também é possível que o pagamento dos cursos seja a partir de seis vezes, com a justificativa de acelerar sua carreira e aumentar o seu brilho. Evidencia-se que as aulas ocorrem de modo híbrido no campus, ao vivo pela web e/ou do modo 100% digital. Nesta propaganda não se utiliza o termo “a distância”.

A língua ao mesmo tempo que produz, é também um produto das ideologias e ela só existe em função dos locutores (quem escreve/fala) e interlocutores (quem lê/escuta). Os locutores fazem uso da língua em diferentes situações de comunicação. Desse modo, o sujeito passa a fazer uso de enunciados anteriores para elaborar seu texto de fala (BAKHTIN, 2010). Seguindo nessa perspectiva, compreendo que o uso de outros termos para se referir a EAD ocorre porque em enunciados anteriores este termo já foi utilizado, porém, os resultados não foram positivos, havendo necessidade de mudar o termo. Adianto, aqui, que nas próximas propagandas isso se tornará mais frequente, ocorrendo situações em que não se utiliza nenhum termo.

É comum também encontrarmos propagandas envolvendo músicas famosas/conhecidas, a fim de apresentar uma mensagem ao público ouvinte e cativar sua atenção através dos sentimentos que a música desperta no sujeito. Um outro exemplo de propaganda mais recente, de 2021, é de uma instituição que contratou uma cantora para alcançar o público jovem, acompanhada da música *E vamos à luta* de Gonzaguinha cantada nesta propaganda pela então cantora Iza, popular entre os jovens. Segue abaixo a letra da música.

*Eu acredito é na rapaziada  
que segue em frente e segura o rojão  
Eu ponho fé é na fé da moçada  
que não foge da fera e enfrenta o leão  
Eu vou a luta com essa juventude  
que não corre da raia a troco de nada  
Eu vou no bloco dessa mocidade  
que não tá na saudade e constrói  
A manhã desejada  
Eu acredito é na rapaziada  
que segue em frente e segura o rojão  
Eu ponho fé é na fé da moçada  
que não foge da fera e enfrenta o leão  
Eu acredito é na rapaziada*

Ao final da música, a cantora complementa dizendo "E a Anhanguera, também. Pra todo mundo poder estudar, sonhar e crescer", ou seja, a universidade também está acreditando na "rapazeada". A última mensagem a aparecer nesta propaganda de forma escrita é a seguinte: "Anhanguera, para todo mundo poder". Além da música e das mensagens apresentadas, a propaganda também é composta por imagens de alunos que fazem parte de cursos da instituição. São diferentes imagens que aparecem no decorrer da propaganda como a de uma aluna estudando no ônibus; outra aluna estudando no trabalho e também estudando enquanto lancha; alunos chegando ao polo universitário e, na sequência, os alunos participando de aulas práticas. Por fim, as imagens que aparecem referem-se aos alunos já inseridos no mercado de trabalho, como por exemplo, uma aluna com seu pet shop (ênfase para o curso de Medicina Veterinária); um aluno apresentando/discursando sobre ética, verdade e justiça (ênfase para o curso de Direito); e também uma aluna atuando em uma construção, vestindo uniforme e capacete (ênfase para o curso de Engenharia Civil).

Essa propaganda nos provoca, portanto, a sensação de que os alunos podem estudar em qualquer lugar, a qualquer momento de suas vidas, participar de algumas aulas práticas e alavancar sua carreira, adentrando o mercado de trabalho. A sensação é que basta se formar e pronto, o sucesso profissional chega pelo mérito de ter estudado na instituição. Em adição, com a proposta da música e das mensagens, é possível entender que o jovem é capaz, basta estudar e sonhar, já que a universidade já acredita nele. Neste espaço, destaco mais um aspecto desta propaganda, a de jogar para o aluno a responsabilidade de seu sucesso. Ou seja, é como se tudo dependesse da vontade dele.

Em uma outra propaganda, onde também não se encontra o termo EAD, localizamos uma outra maneira de mencionar esta modalidade de ensino, Academia Tech. O texto da propaganda vem acompanhado de termos em língua inglesa e expectativas em relação ao mercado de trabalho da seguinte forma: "Um hub com cursos mais valorizados do mercado; aprende na prática com especialistas; média salarial de até R\$ 9.200,00; em um ano você está pronto para o mercado de trabalho. Academia Tech!" Abaixo, uma imagem de como o termo "Academia Tech" aparece no vídeo, envolvido por outros símbolos que nos remetem a tecnologia.

Figura 7. Academia Tech



Fonte: *Print Screen* de UNOPAR, 2021

O enunciado da propaganda foi construído com base em uma situação concreta, neste caso, um ouvinte, um meio social, histórico, cultural e ideológico. A propaganda é pensada nas relações sociais atuais, em especial na era tecnológica em que estamos vivendo.

Seguindo neste contexto, temos aqui uma outra propaganda que também busca se aproximar do cotidiano do ouvinte. Enquanto se tem uma música de fundo, a personagem aparece na sala de casa e, logo em seguida, arruma suas coisas e vai para a rua, ela aparece depois em uma bicicleta. Na sequência, em outra cena, ela aparece mexendo no celular apressada, logo entra em um ônibus e chega até a universidade. No vídeo, ela sempre aparece apressada, mas consegue chegar a tempo. A primeira afirmação que aparece na propaganda de modo verbal é de que “a vida preparou muitos desafios e o conhecimento prepara você”. A propaganda refere-se a cursos presenciais, semipresenciais e a distância, mas essa afirmação aparece apenas por escrito, de modo visual e em letras pequenas. Compreendo aqui, mais uma vez, a necessidade de camuflar o termo “a distância”.

Figura 8: Propaganda com termos camuflados



Fonte: *Print Screen* de Cruzeiro do Sul, 2021.

Essa propaganda é recente, de 2021, e com isso podemos pensar como os gêneros discursivos possuem relação com o período em que são elaborados e, assim, é possível compreender que as mudanças ocorridas têm relação direta com o contexto em que se construiu a propaganda. Se analisarmos as propagandas utilizadas no decorrer desta pesquisa, é notável a diferença em termos e no modo de apresentação do conteúdo entre elas, no entanto, todas possuem o mesmo objetivo: vender. Contudo, nestas últimas, o objetivo é vender algo que nem se quer é anunciado de modo explícito no discurso verbal. Ressalto que mesmo com as mudanças ocorridas no gênero propaganda, continua sendo propagandas, porém, de modo ampliado.

(...) a ampliação de um novo procedimento na organização e na conclusão do todo verbal e uma modificação do lugar que será reservado ao ouvinte e ao parceiro, etc., o que leva a uma maior ou menor reestruturação e renovação dos gêneros do discurso. (BAKHTIN, p. 286, 2011).

Partindo da ideia de renovação é que seguimos para a última propaganda, a ser compreendida na perspectiva Bakhtiniana de gênero discursivo. A propaganda é recente também, de 2021, e não utiliza o termo EAD em nenhum momento, pelo contrário, novos termos aparecem, como é o caso de *Flex* e *Digital*. Em seu discurso verbal, destaca-se a excelência da universidade particular, a qual ficou em primeiro lugar no mercado profissional durante oito anos consecutivos, possuindo qualidade e empregabilidade comprovadas.

Figura 9. Propaganda com novos termos



Fonte: *Print Screen* de UNIP, 2021.

Nesta última propaganda os termos *Flex* e *Digital* nos remetem a um contexto de modernidade, caracterizando-se como rápido e inovador ao mesmo tempo. Essa conclusão se deve ao que se ouve na propaganda e ao que se vê nas imagens que a acompanham. “Cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subseqüentes ou no comportamento do ouvinte” (BAKHTIN, 2011, p. 272). Essa troca ocorre através das relações ideológicas, as quais são influenciadas pelas ações verbais e não verbais durante a composição dos enunciados. O “eu” é construído a partir de uma resposta ao discurso do outro (BAKHTIN, 2010). Existe um diálogo entre todas as propagandas aqui analisadas, mesmo sendo algumas mais antigas e outras mais recentes, uma complementa a outra, constituindo o sentido do objeto aqui estudado, o discurso que propaga o ensino a distância.

Considerando as propagandas assistidas e aqui detalhadas, é possível refletir sobre os termos e palavras que as compõem. Para Ponzio (2010) o termo funciona como "fulcro para outros que rodam em torno deles (p.138)". Os termos são caracterizados pela sua generalidade enquanto a palavra por sua capacidade de recriar significados, podendo exprimir sentimentos únicos. Os termos utilizados nas propagandas aqui trabalhadas, como *formação*, *liberdade* e *sucesso*, possuem de acordo com Ponzio (2010),

"(...) livre circulação nos canais da comunicação global e estão na base da obtenção do consenso funcional à reprodução do idêntico. Com base e por meio deles e dos lugares-comuns do discurso dominante funcional, são construídas argumentações com as quais se obtém facilmente o consenso e as conclusões que resultam tão óbvias, previsíveis, indiscutíveis, contribuindo, por sua vez para a ampliação e o incremento dos lugares-comuns do discurso." (p. 138-139).

Logo, compreendo que a palavra *distância* tem sido recriada a partir do uso de termos conforme citados anteriormente: *formação, liberdade e sucesso*. Estes termos possuem significados generalizados e nos discursos das propagandas estão relacionados ao mundo do trabalho. Nos indagamos aqui sobre o problema do mundo do trabalho, ou melhor dizendo, da formação para o mundo do trabalho. Até o momento dessa pesquisa foram expostos documentos oficiais, anúncios de jornais e propagandas audiovisuais de cursos de ensino a distância, levando em consideração que todos possuem em seu discurso a formação profissional. Entretanto, é possível nos questionarmos qual ideologia está por trás do discurso de uma formação meramente profissional. Pensando no histórico da educação, podemos observar que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa a gestão da sociedade seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Quando o autor aponta que este modelo de educação tem servido para expansão do sistema do capital e legitima valores de interesses dominantes, já é possível pensar aqui em uma ideologia também dominante, a do capital. Os sujeitos que possuem acesso à educação não conseguem mudar este modelo, tanto quanto o sujeito que está mais desfavorecido na hierarquia social. Seguindo este caminho, a formação não deve ser apenas formal, mas sim essencial (MÉSZÁROS, 2008).

Entendo, dessa maneira, a importância da defesa de uma formação mais humana e menos técnica/profissional. Enquanto houver apenas a formação formal, ela sozinha não será capaz de proporcionar uma alternativa de emancipação radical, pelo contrário, continuará produzindo conformidade e consenso de que este é o modelo a ser seguido. Contudo, este não é um processo simplista, é algo complexo, pois a educação não ocorre de forma isolada e é necessário que haja uma transformação ampla da sociedade como um todo. Conseqüentemente, para uma reformulação significativa da educação é necessário que ocorra uma transformação do, antes de tudo, social. Assim, as práticas educacionais realizaram historicamente suas mudanças significativas (MÉSZÁROS, 2008). No entanto, enquanto o setor privado/mercantilista for o detentor de grande parte do setor da educação, não haverá mudanças no modelo produtivista, visto que esse setor não

possui interesse em romper com a lógica do capital, este é o seu gerador de riquezas, seria como tirar o peixe para fora d'água.

O próximo capítulo conta com depoimentos/enunciados de sujeitos que frequentaram a modalidade de ensino a distância, mas não concluíram seus cursos por conta das adversidades da vida. Será possível refletir a partir da vivência do outro a importância de ouvir as vozes desses sujeitos, sujeitos vivos e falantes que estão para além dos discursos oficiais. O encontro dessas vozes em cotejo com os textos abordados no decorrer da pesquisa nos permitirá um olhar mais profundo acerca do discurso de democratização do ensino. Mas ao chegar até aqui podemos dizer que o sentido de democratização nesses discursos foi comprometido, essa palavra foi recriada e utilizada em contextos diferentes, porém, todos com dois objetivos centrais, o de gerar lucro ao setor privado e o de formar mão de obra para o mercado capitalista.

As propagandas aqui trabalhadas apresentaram um conjunto de valores ideológicos, o que inclui a ideia de uma educação facilitada, na qual se destacam as novas tecnologias como ferramentas para facilitar a vida dos sujeitos, em especial na Educação, promovendo um certo progresso técnico. Isso se tornou uma ação ideológica em uma conjuntura de reestruturar um modelo de sociedade produtiva para o capital.

O discurso verbal e não verbal das propagandas é que constrói sua identidade. As propagandas tentam esconder os valores das vozes sociais que a circulam, compreendendo isso quando se esconde alguns termos, o principal deles a “Educação a Distância”, o qual aparece cada vez menos, chegando até a desaparecer em propagandas mais recentes. Ao camuflar esses termos, entendo que se esconde também os valores das vozes sociais porque está modificando sua forma, apresentando novos termos por necessidade comunicativa.

Existe, portanto, um conjunto de tensões que essas propagandas tentam silenciar, mas não conseguem, já que na medida em que a hegemonia discursiva tenta limpar/esconder conflitos, eles continuam existindo. A tentativa de camuflagem é apenas a comprovação de que algo está sendo omitido. Vejamos a seguir um quadro detalhado que apresenta alguns aspectos estruturais das propagandas aqui analisadas.

Quadro 4: Nomenclaturas que constituem a propaganda

<b>Enumeração por ordem</b>	<b>Texto da propaganda</b>	<b>Nomenclatura/enunciado</b>	<b>Ano da propaganda</b>
Texto 1	Retorno à escola para concluir o ensino médio	Tele (telecurso)	2000
Texto 2	Top; Sucesso profissional	Ambiente virtual de aprendizagem;	2015

Texto 3	Sair do passado	Digital	2018
Texto 4	Versatilidade; Liberdade	Semipresencial*; Ensino a distância*; Online	2018
Texto 5	Construa sua própria história	<i>Não utiliza termos, nenhuma nomenclatura específica, apenas a logo da universidade</i>	2019
Texto 6	Amor a distância; Esperança a distância; Ensino a distância; Garante seus estudos, caso você perca o emprego; Não é sa EAD, é EAD Uniasselvi	EAD	2020
Texto 7	Correr atrás dos sonhos; Sobrar possibilidades Conquistar o próprio espaço; Cada sonho pede uma parceria.	Utiliza apenas a imagem com a frase “Educação a Distância”. <i>Em momento algum se fala esse termo, ele aparece apenas no modo visual.</i>	2020
Texto 8	Pós e MBA; Escolha como estudar; Curso a partir de 6 vezes para acelerar sua carreira; Aumente o seu brilho	Aulas híbridas no campus; ao vivo pela web; 100% digital	2020
Texto 9	Vamos a luta; Eu acredito é na rapaziada (juventude, moçada); Para todo mundo poder estudar, sonhar, crescer. Para todo mundo poder!	Não se utiliza termos/nomenclaturas que remetem aa EAD.	2021
Texto 10	Um hub com cursos mais valorizados do mercado; Aprende na prática com especialistas; Média salarial de até R\$ 9.200,00; Em um ano você está pronto para o mercado de trabalho	Academia Tech	2021
Texto 11	A vida preparou muitos desafios e o conhecimento prepara você.	Cursos presenciais, semipresenciais e a distância (em letras menores, apenas no modo visual)	2021
Texto 12	Excelência; Universidade particular em primeiro lugar no mercado profissional; Qualidade e empregabilidade comprovadas.	Presencial, Flex e Digital	2021

Fonte: Propagandas analisadas nesta pesquisa, 2021.

No que se refere à estrutura das propagandas trabalhadas, compreendo que existem relações dentro de cada propaganda, em seu lado interior, por exemplo, há um tipo de relação entre os atores/personagens que recriam as cenas, todas elas sempre voltadas ao cotidiano. De outro lado, há um locutor que não enxergamos e que não se apresenta, mas que se faz presente o tempo todo, sendo ele, o autor da propaganda.

Contudo, apesar das propagandas fortalecerem a ideia da tecnologia e do uso de ferramentas digitais, a imagem de elementos que remetem ao ensino presencial é comum, como os livros físicos, por exemplo, já que na maioria das propagandas aparecem livros. Ao todo foram analisadas 11 propagandas, destas, 8 possuem em algum momento de seu vídeo a imagem de livros. Entendo que é uma necessidade de comparação entre a modalidade a distância e a modalidade presencial, algo que me faz compreender que se busca elementos da modalidade presencial para afirmar a eficiência da modalidade a distância.

Em adição, após refletir sobre as propagandas utilizadas para divulgação dos cursos EAD, é possível também ampliar os contextos de compreensão acerca da legislação que regulamentou/regulamenta a EAD, retomando o que foi discutido anteriormente acerca das palavras e dos termos utilizados, bem como o discurso ideológico presente no conjunto de propagandas e documentos.

A EAD é apresentada nas propagandas como uma evolução da tecnologia, fazendo uso de termos como “aula virtual” e “aula digital”. Esses termos não eram utilizados nas propagandas de jornais, as quais foram produzidas em outro período da história (entre 1919 e 1940) e que trazem em sua materialidade frases para estimular a população brasileira a estudar por correspondência, comparando exemplos internacionais, como dos Estados Unidos e da Europa. Esse discurso acaba estabelecendo uma hierarquia de valores entre os sujeitos envolvidos, colocando o sujeito brasileiro em uma condição de subalternização em relação aos países estrangeiros. Além disso, os cursos ofertados através das propagandas dos jornais estavam direcionados a áreas técnicas e a sujeitos da classe trabalhadora com o discurso de que esses sujeitos poderiam conquistar um salário maior, assim como uma posição social melhor.

Os termos “aula virtual” e “aula digital” também não aparecem na legislação, dado que essa consiste em um documento oficial do Estado Nacional Brasileiro e sua linguagem é condizente com a área jurídica. A legislação traz em sua materialidade termos e frases como: “transmitir”;

“alfabetização funcional”; “levar a alfabetização”; e “sistematização de conhecimentos”. Ademais, é possível identificar o público alvo da legislação que inicialmente (década de 60) era a população rural, a fim de atender demandas do mercado e elevar o índice de alfabetizados no país sob o discurso de levar a educação para este grupo social que se encontrava afastado dos centros urbanos. Anos mais tarde (após 1996), o ensino a distância se consolidou para a população urbana na mesma perspectiva de formar mão de obra sob o discurso de ofertar uma complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais no caso da educação básica e como modalidade de ensino para o ensino superior, com a finalidade de ampliar o acesso. Além disso, também deve ser destacado o fato de que o ensino a distância pode ser ofertado em educação continuada para jovens e adultos insuficientemente escolarizados.

Compreendo que estes períodos foram marcados por transformações na esfera social, política e econômica, contudo, de alguma forma, todos os discursos carregam em sua materialidade a intenção em atender a mão de obra do mercado de trabalho com a justificativa de estar dando acesso ao ensino, ou seja, de democratizar o ensino para uma população desfavorecida em relação aos privilégios de outras camadas sociais.

A propaganda sozinha desempenha, portanto, sua função sem refletir ou representar outra coisa específica relacionada ao tema aqui debatido, contudo, ela pode ser convertida em signo ideológico ao ser contextualizada e compreendida no conjunto de sua materialidade. “Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra” (BAKHTIN, 2010a, p. 22). A propaganda reflete uma ideologia dominante ao mesmo tempo que refrata o ser social, trazendo para o contexto as condições sócio-econômicas dos sujeitos envolvidos. Se a propaganda está destinada a vender cursos a distância com o discurso de melhorar empregos e salários, é porque existem sujeitos em condições precárias e não privilegiadas socialmente e economicamente. Sendo assim, o discurso de democratizar o ensino busca atingir estes sujeitos ao mesmo tempo que beneficia os sujeitos privilegiados que continuarão em suas posições sociais de prestígio enquanto elite. Com o próximo capítulo, será possível aprofundar ainda mais estas reflexões acerca do ensino a distância e seus reflexos na vida dos sujeitos, comparando o conteúdo analisado até o momento com a prática (enunciados dos sujeitos).

### 3. A VIVÊNCIA DO OUTRO: UM ENCONTRO DE VOZES

Até o momento foram apresentados e discutidos os discursos que legitimam uma ideologia produtivista para o capital, uma ideologia pertencente a grupos dominantes. No entanto, apesar de existir uma hegemonia existem também contradições e disputas entre as forças envolvidas no discurso, que mesmo quando são oficiais carregam palavras e contrapalavras em sua materialidade, não havendo uma ideologia linear e/ou homogênea. Nesta seção serão abordados os discursos de contradição e também de resistência a essas ideologias que se legitimaram como dominantes.

Busco trabalhar com as singularidades dos sujeitos para além dos dados oficiais, trazendo a vivência do outro para contribuir na constituição de sentidos. Entendo que a partir do momento em que as palavras do outro passam a ser vistas na forma escrita capaz de concretizar uma pesquisa, conhecimento é produzido. “A metodologia narrativa de pesquisa parte das relações reais para produzir a concretude de seus enunciados” (SERÓDIO E PRADO, p. 100, 2015). Desta forma, é necessário fazer parte da pesquisa enquanto pesquisador, mantendo um posicionamento responsivo diante das narrativas produzidas.

Neste sentido, neste capítulo, faço um diálogo com os sujeitos que contribuíram através de seus relatos para esta pesquisa. Conforme o objetivo definido, resalto que são sujeitos que participaram de cursos de graduação a distância e por algum motivo desistiram. Destaco, ainda, que os enunciados foram recolhidos através de um questionário *online* disponibilizado a estes sujeitos que se interessaram em participar da pesquisa, já que por conta da pandemia da Covid 19 não foi possível realizar entrevistas presenciais. Sendo assim, o discurso dos sujeitos é analisado, compreendido e cotejado com demais discursos de diferentes esferas da atividade humana a partir de seus enunciados, tendo em vista que o próprio sujeito determina uma compreensão ativa de suas respostas.

O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva, pois não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas dobre o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (...) a sua fala é apenas o momento abstrato do projeto concreto e pleno de discurso do falante (...) todo falante é por si mesmo um respondente (BAKHTN, 2011, p. 272).

Outro ponto que considero importante é o fato de ter colocado duas opções para realização desta entrevista de forma virtual, sendo a primeira delas uma entrevista por vídeo e a segunda

através do questionário descritivo. Ao todo, 15 sujeitos demonstraram interesse em participar, destes, 14 participaram e 1 desistiu. Contudo, nenhum deles aceitou realizar a entrevista por vídeo, todos optaram pelo questionário. Com isso, é possível adiantar a resistência em expor sua imagem diante de uma tela, os motivos podem ser diferentes, não conseguimos defini-los aqui, mas é possível notar que não é confortável para estes sujeitos expor sua imagem de forma virtual e ainda mais para alguém que não os conhece pessoalmente.

A seguir, apresento um pouco sobre como foi o processo de coleta destes enunciados, bem como quem são os sujeitos que aceitaram contribuir para esta pesquisa, expondo seus argumentos e suas compreensões acerca do ensino a distância do qual participaram. Apresentarei brevemente cada sujeito de modo único, pois cada um deles possui suas singularidades e elas apareceram no decorrer da escrita. Ressalto que são sujeitos ricos em vivências e com diversas possibilidades de reflexão sobre suas vidas, permitindo compreender o resultado das interações sociais das quais fazem parte. Na segunda seção, realizo o encontro entre os enunciados desses sujeitos vivos e encarnados em suas histórias materializadas com o discurso predominante nas demais esferas da atividade humana apresentadas e discutidas anteriormente. Este será o momento de compreender como o discurso oficial reflete e refrata nos sujeitos que o recebem/ouvem e o materializam.

### 3.1. ENUNCIADOS E SINGULARIDADES: O SUJEITO VIVO E ENCARNADO

Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas encontradas pela semântica nas sequências do sentido devem se encarnar, ou seja, tornar-se *palavra*. Para se tornar palavra é necessário que exista um autor para um enunciado determinado. Isso significa dizer que a voz é uma personalização; é a encarnação de um sujeito concreto. (BAKHTIN, 2008). Seguindo esta perspectiva, compreendo que existe um diálogo entre as vozes que se expressam nesta pesquisa e também destas vozes com os documentos aqui trabalhados, ambos possuem uma consciência autônoma, porém, são constituídos por relações dialógicas, tornando-se dialógicas e sendo, então, equipolentes.

Equipolentes são consciências e vozes que participam do diálogo com as outras vozes em pé de absoluta igualdade, não se objetificam, isto é, não perdem o seu SER enquanto vozes e consciências autônomas (BAKHTIN, p. 5, 2008).

Os sujeitos são singulares, e isso está presente no próprio enunciado destes, o qual é composto por uma parte verbal e outra não-verbal. Isso ocorre porque além de falarem e ouvirem, os interlocutores dialogam diante de um determinado contexto. Surge, então, uma determinada situação, que foi construída a partir do diálogo com o contexto, sendo então, uma situação social, a qual se torna resistência contra a generalidade. (BAKHTIN, 2008). Compreendo que a sociedade é um campo de conflito e disputas, os sujeitos entrevistados nesta pesquisa estão inseridos neste campo, sendo que neste contexto, o objeto de disputa é o discurso da democratização do Ensino Superior via EAD. No entanto, não podemos excluir os sujeitos que fazem parte desta esfera, que foram inseridos dentro deste discurso e não tiveram suas expectativas atendidas, pois, neste caso aqui, estamos tratando sobre sujeitos que desistiram de seus cursos por algum motivo. Este motivo é caracterizado pela singularidade presente na voz de cada sujeito, porém, será possível compreender, que mesmo sendo singular, ele possui uma relação dialógica com outros enunciados que se tornaram discursos. Será possível entender isso durante a reflexão que fazemos com base nas respostas obtidas no questionário aplicado.

O questionário foi composto pelo título “Educação a Distância: O que me fez desistir?”, seguido por sua descrição<sup>18</sup>, na qual me identifiquei e apresentei brevemente o objetivo da pesquisa. Na sequência, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para ser assinado de forma online (marcando a opção “Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar). A construção das perguntas foi realizada de uma forma a fim de promover uma resposta mais aberta, com intuito de se aproximar de uma narrativa. Por este motivo, foram utilizados verbos como “conte” e “comente”, por exemplo, além de haver algumas possibilidades de caminhos narrativos (apontados entre parênteses nas próprias perguntas) por meio dos quais os sujeitos poderiam fazer construir suas respostas.

Havia seis questões, sendo elas: Conte um pouco sobre você (sua idade, gênero, se têm filhos, com quem você mora); Comente sobre seus estudos (idade que terminou o ensino médio, idade que ingressou no curso a distância, se já havia cursado outra graduação); Por que você escolheu um curso de ensino a distância e não um curso presencial?; Comente sobre o curso a

---

<sup>18</sup> Descrição da apresentação do questionário: Este questionário será utilizado para o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado intitulada “Políticas de Educação a Distância: o discurso da democratização do ensino em diferentes arenas de disputa”. A pesquisadora responsável pela pesquisa é discente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. O questionário é descritivo e funciona como uma entrevista, em que você conta sobre suas experiências com o ensino a distância. As respostas só poderão ser utilizadas se o participante (você) assinar o termo de autorização, para isso basta preencher o campo abaixo. Agradeço desde já pela disponibilidade e conto com sua participação.

distância do qual você desistiu (por que escolheu este curso, como eram suas aulas, se você recomendaria para outras pessoas); Conte como era sua relação com os professores do curso ( Se você tinha contato com eles, quem era professor e quem era tutor, como foi sua experiência com as tecnologias utilizadas para as aulas, auxílio dos professores/instituição, etc.); Conte um pouco sobre os motivos que te levaram a desistir do curso a distância.

Seguindo as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), não serão utilizados os nomes dos sujeitos participantes da pesquisa, mas sim nomes fictícios. Neste caso tomei a decisão em atribuir nomes de flores/plantas aos sujeitos, tendo em vista a leveza que uma planta nos transmite, o perfume que exala, a beleza que vislumbra o olhar parecendo perfeita e completa. Contudo, as plantas possuem em sua maioria espinhos, galhos quebrados, folhas secas, algumas necessitam mais água que outras, enquanto algumas precisam de uma terra úmida, outras sobrevivem bem a terra seca. Todas as flores e plantas possuem semelhanças, no entanto, cada uma é única e carrega consigo marcas de suas singularidades, que se não levadas em consideração durante seu cultivo, acabam mortas. Compreendo que nós sujeitos, somos assim, vivos enquanto cultivamos nossas singularidades, nos tornando únicos, porém, sempre incompletos, havendo sempre a necessidade de curar nossas feridas, amenizar nossas dores e de regar nossos conhecimentos.

Lembrando que todos os sujeitos são alunos desistentes de cursos de graduação a distância. Neste sentido, seguimos para os enunciados, ressaltando que apresentarei de modo breve cada sujeito e na sequência iniciarei o cotejamento com os demais conjuntos de dados. O primeiro enunciado foi produzido por Tulipa, 46 anos, que mora com sua mãe e seus dois filhos, de 20 e de 15 anos de idade. Ela concluiu o Ensino Médio aos 37 anos através do Programa Educação para Jovens e Adultos (EJA) e ingressou no Ensino Superior a Distância, curso de Pedagogia, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e com bolsa integral de 100% ofertada pelo Programa Universidade Para Todos (ProUni)<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Aqui, na trajetória singular narrada por esse sujeito, se fazem presentes algumas políticas educacionais para esfera formativa que se entrelaçam com a política da Educação a Distância, como o próprio ENEM, o EJA e o ProUni. O ProUni pode ser visto como uma política de inclusão, tendo em vista que sua origem está relacionada à oportunidade de acesso para sujeitos que não tinham condições de acessar o ensino superior público. O ensino superior público por muitos anos na história foi destinado a uma parcela privilegiada da população, e para isso criou-se políticas de acesso via ensino privado. Com o ENEM e com o EJA, foi possível oportunizar o acesso ao ensino público, ainda que não atendesse toda a população, foi um grande passo para o acesso aos estudos daqueles que não fazem parte dos grupos historicamente privilegiados. Contudo, estas políticas foram estratégicas para o MEC, que consegue manter um padrão mínimo de qualidade e ao mesmo tempo preservar aspectos de seletividade e meritocracia, pois, para ingressar em qualquer uma dessas políticas, é necessário passar em um processo seletivo (CARVALHO, 2008).

Lírio, 28 anos, que mora com seu namorado e não tem filhos, concluiu o Ensino Médio aos 17 anos. Aos 19, ingressou no Ensino Superior a Distância, curso de Licenciatura em Matemática. Atualmente, é graduado em outro curso de modalidade presencial.

Orquídea, casada e sem filhos, não informou sua idade, mas declarou ter concluído o Ensino Médio aos 17 anos, ingressando no Ensino Superior aos 18, formando-se com 21 anos. Mencionou que dos seus 23 anos aos 25 fez seu mestrado e aos 29 também realizou seu doutorado, concluindo aos 32 anos de idade. No período entre o mestrado e o doutorado, Orquídea iniciou uma segunda graduação, agora na modalidade a distância, no entanto, trancou o curso após o primeiro ano.

Margarida, 25 anos, tem um filho de 5 anos de idade e mora com ele e com sua mãe. Concluiu o Ensino Médio através do EJA aos 19 anos, iniciando o curso de graduação em Pedagogia a Distância aos 22 anos.

Rosa, 35 anos, dois filhos, sendo um de 15 e outro de 3 anos de idade, mora com eles e com seu esposo. Concluiu o Ensino Médio aos 17 anos, ingressou no Ensino Superior aos 18, no curso de graduação em Administração na modalidade presencial em universidade pública, formando-se aos 23 anos de idade. Aos 30 anos, resolveu cursar Ciências Contábeis pela modalidade EAD, no entanto, não concluiu o curso.

Azaleia, 34 anos, um filho de 13 anos, mora com ele e com seu esposo. Concluiu o Ensino Médio aos 16 anos. Sua primeira graduação foi em Educação Física na modalidade presencial. Sete anos depois de ter se formado pelo presencial, iniciou sua segunda graduação em Pedagogia na modalidade EAD em uma universidade Estadual. Em seguida, desistiu por conta de outra oportunidade que surgiu.

Jasmim, 23 anos, está grávida, mora com seu esposo. Concluiu o Ensino Médio aos 17 anos. Iniciou o curso de graduação em Ciência Contábeis em agosto de 2020, aos 22 anos. Realizou apenas o primeiro semestre, desistindo na sequência.

Floriano, 39 anos, três filhos, mora apenas com o filho mais velho de 17 anos de idade. Concluiu o Ensino Médio em 2001, com 19 anos. Ingressou no Ensino Superior aos 36 anos, em 2018.

Bromélia, 34 anos, dois filhos com idade de 6 e 2 anos, mora com eles e com seu esposo. Concluiu o Ensino Médio aos 23 anos através do EJA, ingressando no Ensino Superior na modalidade EAD aos 29 anos, curso de Pedagogia.

Melissa, 37 anos, dois filhos com idade de 15 e 8 anos, mora com eles e com seu esposo. Concluiu o Ensino Médio aos 17 anos, iniciou o curso de graduação em Pedagogia, a distância, aos 34 anos.

Acácia, 24 anos, não tem filhos, mora com seu esposo e com sua *gatinha* de estimação (como ela declarou). Concluiu o Ensino Médio obtendo certificação pelo ENEM aos 18 anos de idade. Em seguida, ingressou na graduação em Geografia, na modalidade EAD, no entanto, cursou apenas um semestre e após conseguir uma bolsa (desconto) para cursar Administração, decidiu trocar o curso e aceitar a bolsa, pois pensou que poderia ter maior relação com esta outra área. Cursou seis semestres e não conseguiu se identificar com o curso, neste momento, surgiu a oportunidade de transferir a bolsa para outra universidade também EAD, para o curso de Estética e Imagem Pessoal, que atualmente é a área pela qual se identificou. Contudo, enfrenta vários desafios e incertezas.

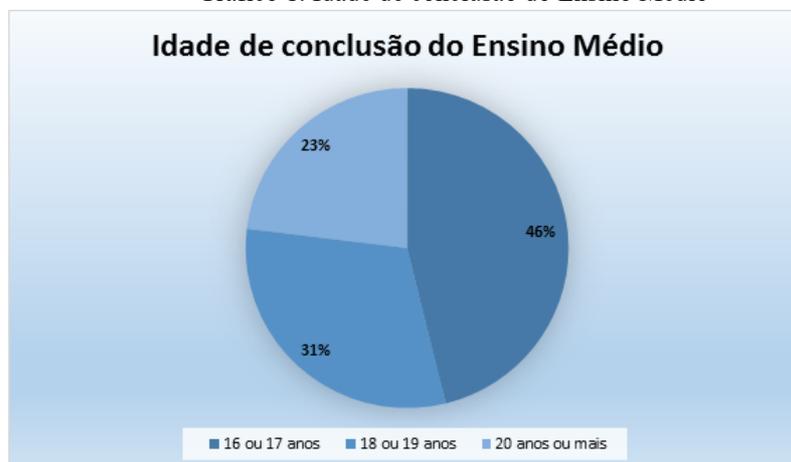
Camélia, 30 anos, um filho de 14 anos e atualmente não mora com ele, apenas com sua mãe. Concluiu o Ensino Médio através do EJA aos 20 anos de idade, pois, segundo ela, não conseguiu concluir na modalidade regular por ter engravidado nesse período, o que a fez adiar seus estudos. Ingressou no Ensino Superior a Distância aos 23 anos, mesmo com uma vida conturbada, resistiu em seu desejo de voltar a estudar, no entanto, forças externas e manipuladoras a fizeram desistir.

Narciso, 33 anos, um filho de 9 anos, mora apenas com sua namorada. Terminou o Ensino Médio aos 18 anos, ingressou no curso de Administração na modalidade EAD por incentivo (ou pressão) de seu pai. Este é o caso de um sujeito irônico e sarcástico, que desistir da graduação não foi e nem será um dos grandes problemas a ser enfrentado por ele mesmo.

Dália, 19 anos, um filho de 8 meses, mora com ele e com seus pais. Concluiu o Ensino Médio aos 17 anos, ingressando na EAD aos 18, no curso de Pedagogia. Em seu caminho, novas prioridades surgiram.

Verificando as singularidades de cada sujeito, identificamos entre eles algumas semelhanças, como a idade que concluíram o ensino médio, se possuem filhos ou não, entre outras. Abaixo, apresento dois gráficos com essas duas informações para pensarmos um pouco na porcentagem de sujeitos que concluíram o ensino médio na idade considerada regular e aqueles que concluíram mais tarde, bem como a porcentagem de sujeitos com filhos e sem filhos. O objetivo não é trabalhar especificamente com a quantidade, mas sim verificar mais adiante como esses dados podem influenciar durante o curso a distância escolhido por estes sujeitos.

Gráfico 1. Idade de conclusão do Ensino Médio



Fonte: Dados coletados através do questionário aplicado, 2021.

No gráfico 01 apresento que 46% dos sujeitos concluíram o Ensino Médio entre 16 e 17 anos, idade considerada regular de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996. Ressalto que estes são os dados coletados a partir dos enunciados contidos nos depoimentos dos sujeitos participantes desta pesquisa, não devem ser generalizados fora deste espaço. Retomando a análise do gráfico, podemos verificar os sujeitos que concluíram o Ensino Médio após a idade considerada regular, se somados, corresponde a 54% do total. Compreendo que a maioria dos sujeitos que participaram desta pesquisa e que se matricularam e depois desistiram do curso de graduação a distância, concluíram o Ensino Médio com mais de 18 anos. Neste momento, essa informação parece não interferir em nossas compreensões, no entanto, na seção a seguir, em que veremos os motivos pela escolha da EAD e os motivos pela desistência, essa informação será relevante.

O gráfico 2 apresenta uma porcentagem elevada de sujeitos com filhos, a qual corresponde a 79%. Uma informação relevante para pensar nesta porcentagem é identificar que dos sujeitos que participaram da pesquisa, 12 se identificaram como gênero feminino e 3 como masculino. Essa pergunta foi posta ao questionário de modo que os sujeitos tivessem a liberdade de escrever, não foi uma pergunta com respostas de alternativas objetivas.

Gráfico 2: Relação de sujeitos com filhos



Fonte: Dados coletados através do questionário aplicado

Evidencio que esta pesquisa não consiste em uma análise quantitativa dos dados coletados, por este motivo os gráficos foram expostos com objetivo de melhor ilustrar estes dados para uma futura compreensão reflexiva e crítica. Seguindo com os dados, foi possível observar a predominância de sujeitos do gênero feminino e a maioria possui filhos. Isso não significa necessariamente que os filhos foram os responsáveis pela desistência destes sujeitos em seus cursos, mas no decorrer deste capítulo, será possível entender, a partir dos enunciados, como esta realidade refletiu nas decisões destas pessoas, principalmente as mulheres. Tendo em vista que a maioria do público que respondeu ao questionário é representado por mulheres, os enunciados nos mostram também como o discurso da educação a distância atrai o público feminino e com um perfil em comum, a maioria das mulheres possuem filhos e foram mães jovens e isso pode ser afirmado com base na idade apresentada por elas mesmas e na idade de seus filhos.

Os dados relativos à população matriculada em Cursos a Distância de graduação nas Universidades Brasileiras, revelam uma grande e significativa superioridade do sexo feminino, com as mulheres representando 75% do total da população estudantil. Esse fenômeno novo e transformador da realidade brasileira tende a se repetir mais intensamente na Educação a Distância, pois de acordo com Ferreira (2007) e Mendonça (2007), esse novo tipo ou modelo de Educação facilita e auxilia a vida de milhares de mulheres que através das condições objetivas de sobrevivência seguem uma jornada dupla (para não referir tripla) de tarefas ou atividades inerentes conjuntamente com a família e o trabalho, tornando-se assim mais difícil e, senão dizer, às vezes até impossível frequentar um curso presencial, onde este requer mais tempo disponível e sala de aula presencial (ABREU, 2014, p. 3).

O fato de ter filhos não é tratado aqui como o motivo da desistência, e sim como algo que pode interferir em conjunto com outros fatores, como por exemplo, ter sido mãe jovem, contexto familiar, social e econômico, entre outros.

Contudo, apesar das semelhanças nas respostas, é possível afirmar que elas se caracterizam por sua individualidade na linguagem. Possivelmente, isso ocorre por se tratarem de enunciados e não de respostas elaboradas de modo objetivo. Trabalhar com os enunciados é um processo complexo da comunicação discursiva, pois, não existe um ouvinte e um entendedor, ambos mantêm uma relação dialógica de troca ativa e responsiva.

(...) o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) no discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (Total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; (BAKHTIN, 2011, 278).

Toda compreensão do enunciado ocorre, portanto, de forma ativa e responsiva, pois, a resposta do outro se forma durante o processo de troca, ela pode ser imediata ou então, ocorrer mais tarde, mas sempre será uma resposta. O enunciado é um elo com outros enunciados e essa corrente de enunciados é capaz de trazer em sua materialidade diferentes posições, objeções, etc. (BAKHTIN, 2011). Com os enunciados aqui trabalhados, é possível compreender uma diversidade no modo como os sujeitos declararam ter filhos, por exemplo, vejamos alguns dos enunciados abaixo em que os sujeitos dizem quantos filhos têm e com quem moram:

Quadro 5: Enunciados parte I

Sujeito	Enunciados
Túlipa	2 filhos, Moro com meus filhos ( <i>nome dos filhos</i> ) de 20 e 15 anos e com minha mãe
Margarida	1 filho de 5 anos, moro com meu filho e minha mãe
Rosa	2 filhos (15 e 3 anos), Moro com filhos e esposo
Azaléia	tenho 1 filho de 13 anos, moro com meu filho e meu esposo
Jamim	estou grávida, moro com meu marido
Floriano	tenho três filhos, moro com um dos filhos, o mais velho que tem 17 anos
Bromélia	1 filho de 6 anos e uma filha de 2 anos, moro com meu esposo
Melissa	tenho dois filhos (15 e 18 anos), moro com meu esposo e meus filhos
Camélia	tenho um filho de 14 anos e atualmente moro com minha mãe apenas
Narciso	um filho de 9 anos, moro com minha namorada, não é mãe do meu filho graças a deus
Dália	1 filho de 8 meses, com meus pais

Fonte: Respostas coletadas via questionário aplicado/Arquivo pessoal, 2021.

Ao verificarmos as respostas apresentadas, compreendemos que se caracterizam como enunciados, visto que os sujeitos contam sobre suas vidas, neste caso aqui, apresentam quantos filhos possuem, com quem moram e automaticamente já dizem se moram com os filhos ou não. O que os sujeitos fizeram foi responder de modo ativo e responsivo, pois seus relatos foram uma forma de participação nesta pesquisa e também um momento de fala em que se sentiram parte do processo de modo ativo. Não foi uma mera exposição de pensamentos para uma compreensão passiva, mas sim de compreensão ativamente responsiva, a qual gerou respostas precisas identificando o sujeito dentro de suas singularidades.

Compreendo que o contexto permitiu essa exposição em falar se mora ou não com o filho. Cada sujeito apresentou de forma única, considerando que cada um possui filhos com idades diferentes e em situações diferentes. Vejamos, enquanto Túlipa mora com seus dois filhos, um adolescente e um adulto, também mora com sua mãe. Assim como Margarida, que também mora com a mãe, porém, possui apenas um filho ainda criança, com 5 anos de idade. Agora vamos adiante, Rosa, possui dois filhos e mora com eles e com o esposo. Assim seguem os enunciados, semelhantes, mas diferentes. Gostaria de destacar dois sujeitos que terão as narrativas mais profundas desta pesquisa quando pensadas no modo como acabaram expondo suas ideias, nos permitindo conhecer mais a fundo suas vidas, a Camélia e o Narciso.

Ressalto que eles não se conhecem. Camélia possui um filho de 14 anos e não mora com ele, assim como Narciso, que possui um filho de 9 anos e também não mora com ele. Destaco esses dois sujeitos porque Camélia estava em um contexto de violência física e psicológica, e ela não hesitou em relatar isso, enquanto Narciso, se enquadra em um outro contexto, afirmando que mora com sua namorada e que “graças a deus” ela não é mãe do seu filho. Ambos os sujeitos não moram com os filhos e demonstram não possuir uma boa relação com o pai/mãe da criança. Contudo, Narciso não demonstrou preocupação em relação a isso, enquanto Camélia se mostrou aflita com a situação.

Na próxima seção, ao cotejarmos os relatos sobre os motivos das desistências com os demais documentos aqui trabalhados, será possível identificar se o fato dessas mulheres serem mães refletiu/interferiu de alguma forma na decisão pela desistência do curso de graduação, assim como retomar os depoimentos de Camélia e Narciso, que possuem histórias aparentemente semelhantes, porém, são muito diferentes. Desta forma, será possível pensar na realidade destes sujeitos, procurando identificar de que forma essa realidade é levada em consideração nos discursos oficiais pela democratização do ensino superior via EAD.

### 3.2 VOZES SOCIAIS: UM ENCONTRO DE PALAVRAS

Nesta seção apresento os enunciados que tratam sobre os motivos das desistências desses sujeitos dos cursos de graduação que haviam escolhido. Pretendo detalhar cada relato, focando em cada sujeito de modo específico. Abordo aspectos sobre o pensamento que os sujeitos descrevem que possuíam antes de iniciar o curso, o qual consistia em “achar que era fácil” e que poderiam “estudar a hora quisessem”. Este pensamento expresso pelos sujeitos também está presente nos discursos das propagandas. Com isso, podemos afirmar que existe um padrão enunciativo que se reflete e se refrata no discurso dos sujeitos, tendo em vista que, na prática, identificaram outra realidade. Além disso, outro aspecto abordado, é a situação financeira destes sujeitos e a preocupação com suas colocações no mercado de trabalho, um dos principais fatores que influenciaram tanto a escolha quanto a desistência dos cursos. Este será o momento em que haverá o encontro entre os enunciados, os documentos oficiais e as propagandas, considerando que há uma distinção entre os motivos que levaram os sujeitos a escolherem cursos na modalidade EAD e o objetivo de ingressar no ensino superior.

Aqui, vamos identificar como o discurso da democratização do ensino via EAD é utilizado dentro de arenas de disputa, o qual está envolvido em diferentes esferas da atividade humana. Ressalto que este processo consiste em interpretar o aspecto social da linguagem para compreender o lugar em que o sujeito e o texto se encontram no contexto estudado até aqui.

Apresento, no quadro abaixo, os enunciados dos sujeitos referentes ao motivo que os levaram a escolherem um curso na modalidade a distância, bem como suas percepções sobre o curso escolhido. Os enunciados estão escritos da mesma maneira que os sujeitos escreveram, foi feita a transcrição deles, sem alterações. Enfatizo que as perguntas contidas no questionário não eram perguntas objetivas, e sim descritivas para que os sujeitos se sentissem livres para escrever e dialogar como desejassem. As perguntas que originaram as respostas apresentadas no quadro abaixo, eram respectivamente as seguintes: *Por que você escolheu um curso de ensino a distância e não um curso presencial? Comente sobre o curso a distância do qual você desistiu (por que escolheu este curso, como eram suas aulas, se você recomendaria para outras pessoas)*. Após a apresentação do quadro será possível cotejar estes enunciados com as propagandas trabalhadas no capítulo anterior, é possível identificar como as propagandas podem ter influenciado na decisão destes sujeitos, vejamos.

Quadro 6: Enunciados Parte II

Sujeito	Enunciado: Motivo pela escolha da modalidade a distância	Enunciado: Sobre o curso
Tulipa	Por falta de tempo.	Escolhi pedagogia por influência da minha irmã e cunhado, pois são professores e por gostar do curso tb.
Lírio	Em um primeiro momento, era a opção que me proporciona trabalhar e estudar ao mesmo tempo.	Nível de dificuldades e falta de tempo para estudar sozinho. Curso licenciatura em matemática. Recomendo muito o curso. O nível da instituição é altíssimo e o ensino é de qualidade.
Orquídea	Devido a maior flexibilidade com relação aos horários para estudar.	Iniciei uma Segunda Licenciatura, curso de Letras Inglês. Tenho graduação em Letras Português e gostaria de adquirir uma segunda habilitação para ampliar o campo de atuação. Todavia, me decepcionei muito, pelo seguinte: 1) falta de qualidade do material oferecido (sintético). Acredito que o interesse em "condensar" os conteúdos para adapta-los à modalidade fez com que conteúdos indispensáveis da área de Línguas/Linguística fossem deixados à margem (imagino como seria para aqueles que, ao contrário de mim, não estavam em uma segunda formação); 2) falta de investimento em tutoria especializada (eu

		percebia que a tutora não dominava o conteúdo, e inclusive eu tinha dúvidas de que ela tinha formação na área da tutoria. Acredito que, por serem ofertados valores "simbólicos" por essas tutorias EAD, as pessoas que assumem o fazem por questões financeiras (como complemento de renda) e, portanto, muitas não tenham dedicação exclusiva ao trabalho desenvolvido).
Margarida	Porque eu podia estudar a hora que eu achasse melhor e pelo preço que era bem mais baixo que o presencial se fosse no presencial eu não tinha como pagar e nem como ir nas aulas porque eu saia do mercado muito tarde então não dava tempo	escolhi pedagogia porque eu tenho um filho e gosto de cuidar dele adoro crianças e achei que seria uma área interessante que teria oportunidade de empregos bons como prof mas eu estava no terceiro período quando consegui um estágio pago que não era pela faculdade foi numa creche particular mas não deu certo a experiência não foi legal e eu não sabia fazer as coisas nas aulas da faculdade eram muitas leituras e eu não gosto muito de ler e eu não conseguia entender direito e quando foi na prática daí eu não sabia fazer mesmo era difícil e eu não sabia fazer as atividades para as crianças
Rosa	Escolhi o EAD pelo tempo e praticidade prometida. Como eu estava focada no trabalho, não gostaria de comprometer os horários.	Escolhi para me auxiliar no trabalho, como uma segunda graduação. Minha ideia era aperfeiçoar minha formação.
Azaléia	Primeiro momento por não ter conseguido passar no vestibular da Universidade Estadual, e após iniciei Ead por estar trabalhando.	Desisti do curso Ead devido eu conseguir entrar na Universidade Estadual do Paraná -Campus União da Vitória-Pr como portadora de diploma de Curso Superior em vagas remanescentes no Curso de Pedagogia presencial.
Jasmim	Falta de tempo para o presencial e porque estamos na pandemia e então nem teria presencial mesmo	escolhi ciências contábeis porque eu gosto de matemática e tinha relação com meu emprego, as aulas eram online, fiz só um semestre do curso, não era tão difícil mas precisava de tempo para conseguir fazer tudo dentro do cronograma. Eu recomendo o curso para quem tem tempo e paciência.
Floriano	Para poder estudar de casa com mais tempo, fazer meus horários.	As aulas eram virtuais eu poderia interagir meu meu tutor que me auxiliava com as dúvidas. O conteúdo era bom, aprendi coisas novas mas devido a esse intervalo grande sem estudar acabei de atrapalhando. Recomendo sim, é sempre bom estudar.
Bromélia	para poder ficar mais tempo em casa com meu filho e porque era o que eu tinha condições de pagar	escolhi pedagogia porque eu queria ser professora, tenho uma tia que é e eu adorava a profissão dela. Eram aulas pelo computador para assistir e eu não recomendo fazer se você não tem tempo, eu fui porque achei que era fácil mas não era mas se a pessoa tem condições e vontade aí vale a pena.
Melissa	Por ser casada e já ter dois filhos a EAD possibilitava mais praticidade com os horários.	Escolhi pedagogia, sempre pensei na possibilidade de ser professora, fazia meus horários de estudo (sempre levando tudo muito a sério). Sim recomendo sim, achei muito bom.

Acácia	Por ser mais viável financeiramente e pela facilidade dos horários.	Na primeira instituição, as aulas eram 1x na semana semi presenciais, tínhamos aula com um professor ao vivo no telão, e podíamos tirar dúvidas com o tutor em sala ou através do chat ao vivo, as aulas ao vivo eram com um conteúdo excelente, também tínhamos vídeo aulas e atividades pra fazer em casa antes e depois da aula presencial, também com um bom conteúdo. Escolhi este curso por que ganhei a bolsa e desisti pois nao era minha vocação. A primeira universidade que desisti eu recomendo, mas para quem tem vontade de estudar porque não é fácil, eu desisti porque fiquei desempregada e depois porque não me identifiquei com o curso. Mas a segunda universidade, essa que estou agora, eu não recomendo. No momento atual todas as provas são online, se quiser copiar ninguém vai estar ali cuidando, nem tem muito auxílio para estudar e tirar dúvidas.
Camélia	para poder ficar em casa porque eu vivia um relacionamento abusivo e para evitar brigas eu não saia de casa e como queria estudar esse foi um jeito de tentar e também porque era mais barato	eu tentei fazer processos gerenciais porque tinha a ideia de abrir um próprio negócio as aulas eram totalmente online eu ia na faculdade só em dias de prova mas eu nao ia bem nas provas e nao sei se recomendo acho que não porque achei muito difícil tem que ser bem inteligente pra dar conta de decorar tudo para a prova
Narciso	pra tentar ser mais rápido e porque diziam que era mais fácil	recomendo pra quem gosta de estuda porque eu nunca gostei só comia a aula e depois danou-se né não consegui nota dai reprovei e aquela faculdade era ruim também
Dália	tempo e preço	era pedagogia, aulas sempre onlline e não recomendo porque faltou apoio e a faculdade tinha uma péssima estrutura, parecia um galpão abandonada, tinha até dengue e salas vazias mofadas

Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Ao auscultar os enunciados é possível auscultar que a maioria dos sujeitos escolheu o ensino a distância primeiramente por acreditar que o tempo de estudo seria menor que o presencial, além da flexibilidade em poder fazer seus próprios horários, ou seja, estudar no horário que melhor lhe atendesse. Ao todo foram quatorze (14) enunciados e deste, doze (12) mencionaram sobre o tempo e os horários de estudo como motivo de escolha pela EAD. Em segundo lugar, está o valor das mensalidades, cinco (5) dos sujeitos que responderam a pesquisa afirmaram que isso influenciou na escolha, uma vez que a EAD é mais barata na maioria das vezes em comparação aos cursos presenciais.

Retornando as propagandas trabalhadas no capítulo anterior podemos encontrar em seus enunciados frases que ressaltam a questão do tempo e do valor das mensalidades como atrativo para

os cursos a distância, vejamos a propaganda referente a figura 03 mencionada no capítulo anterior, que traz em seu anúncio a frase “*O sucesso profissional mais perto de você*”. Para tornar essa frase mais precisa apresentam-se alguns fatores como que a universidade “vai até você” através dos polos de apoio presencial; apresenta, também, que a universidade conta com uma “estrutura de atendimento disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana para orientação e esclarecimento de dúvidas”; “Na modalidade a distância quem escolhe os locais e horários de estudo, é você!”; “Você assiste às aulas e estuda de qualquer lugar”; “as mensalidades são menores na modalidade a distância que na presencial”. Todas essas frases foram retiradas do enunciado de uma das propagandas analisadas anteriormente<sup>20</sup> no ano de 2015. Isso não significa que os sujeitos que participaram desta pesquisa assistiram a essa ou outras propagandas aqui analisadas, porém, é possível identificar como essas propagandas são constituídas, pois todas as propagandas aqui analisadas seguem o mesmo padrão, o qual envolve imagens e frases relacionadas primeiramente ao mercado de trabalho e, na sequência, a flexibilidade com os horários e com as mensalidades.

O cotejamento entre os enunciados dos sujeitos e destes com outros “(...) é a única forma de desvendar os sentidos” (GERALDI, 2012, p. 34). Seguindo nesta abordagem metodológica, vai se tornando possível a partir dos enunciados compreender a que o texto responde, a que se opõe, com quem concorda, assim como quais são as vozes que estão envolvidas no discurso. Assim, o cotejamento possibilita que outros enunciados penetrem no discurso ao mesmo tempo que deixa livre o espaço para a voz que fala por meio de um novo enunciado, a qual se deve necessariamente reconhecer a infinitude do processo dialógico, em que toda e qualquer fala dialoga com o passado e também com o futuro. É preciso compreender que todo enunciado é único, mas nunca isolado (GERALDI, 2012).

É possível abordar outra propaganda<sup>21</sup> analisada anteriormente que também menciona sobre a flexibilidade de horários através da palavra “tempo”, de 2018. As frases são as seguintes: “Até minha vó tem internet”; “e você preso ao passado, sem tempo no dia a dia, é só vir para o digital”. Quando menciona que até a “vó” tem internet, entendo que está querendo passar a ideia de que é algo fácil, pois até mesmo alguém nascido em um contexto em que a tecnologia não era algo comum, consegue acessar. Outro destaque é para o termo “digital”, este é exposto como algo que além de ser fácil de acessar é rápido, pois, de acordo com o enunciado da propaganda, o “digital” é indicado para quem não tem tempo, então esta seria uma solução para os estudos daqueles que

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5XBVPTLL7Bc>> Acesso em 30 jun. 2021.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r863nxTsWYQ>> Acesso em 30 jun. 2021.

possuem muitas tarefas/trabalhos no dia a dia. As propagandas, de modo geral, trazem em sua materialidade um padrão de repetição, em que a ideia a ser propagada e de que a EAD é algo ligado a modernidade, ao baixo custo e ao ganho de tempo. Compreendo que ocorre, neste caso, a constituição de uma hegemonia discursiva, a partir da repetição desses padrões enunciativos em diferentes esferas de atividade humana, o que passa a constituir também os discursos dos sujeitos em suas singularidades.

A propaganda materializou em seu discurso a ideia de que a EAD está associada a flexibilidade com os horários e com a mensalidade com objetivo de atender a realidade dos sujeitos, pois a propaganda tem um público alvo e esse público busca uma oportunidade para estudar e ao mesmo tempo trabalhar e ter tempo com a família. Sendo assim, a propaganda pretende atrair um público específico e os sujeitos que participaram desta pesquisa se encaixam neste perfil. É possível afirmar isso ao entendermos que:

A obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras - enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem; ao mesmo tempo, a semelhança da réplica do diálogo ela está separada daquelas pelos limites absolutos da alternância dos sujeitos do discurso. (BAKHTIN, 2011, p. 279).

Os sujeitos acreditaram, portanto, que a EAD atenderia suas expectativas, possibilitando a formação em um curso de ensino superior de forma rápida e fácil, um exemplo de enunciado que nos revela esta expectativa em um dos sujeitos que participaram da pesquisa, é o que Narciso aponta sobre o motivo de ter escolhido um curso na modalidade a distância no quadro 06, ele menciona que escolheu esta modalidade “pra tentar ser mais rápido e porque diziam que era mais fácil”. Além da fala de Narciso, é possível identificar em outros enunciados falas parecidas, pois, quando perguntado sobre a relação com os professores do curso e com as aulas. O quadro abaixo corresponde aos enunciados dos sujeitos referentes a este fator.

Quadro 7: Enunciados Parte III

Sujeito	Enunciado: Sobre a relação com os professores e as aulas do curso
Tulipa	Fiz na Unip. Tinha aulas no polo 2x por semana a noite por 2h. Restante tudo pela plataforma de ensino da Unip. Avaliações, Trabalhos e até o TCC foi apresentado por Skype.

Lírio	Nível de dificuldades e falta de tempo para estudar sozinho. Curso licenciatura em matemática. Recomendo muito o curso. O nível da instituição é altíssimo e o ensino é de qualidade.
Orquídea	Havia contato restrito ao AVA. Além disso havia dificuldade de comunicação (não se compreendiam bem as atividades solicitadas, os enunciados). Pouca assistência. E, quando havia era pouco produtiva em termos de formação (tira dúvidas etc)
Margarida	nunca vi os professores eu tinha um tutor virtual para tirar dúvidas, mas nem sempre ele sabia me responder o que eu pedia a professora era aquela que aparecia nos videos das aulas, mas eu nao tinha contato com ela só assistia mesmo e eu nao gostei do AVA porque eu nao sabia mexer era dificil
Rosa	As aulas eram online, eu tinha contato apenas pelas aulas expositivas em vídeos, mas não conseguia conversar diretamente com eles, pois, as aulas eram gravadas, eu fazia no 100% online. Eu conversava com o tutor de sala, que era um outro professor que me auxiliava pelo AVA, mas eu sentia falta de mais informações, mais detalhes. Tive a sensação de que o tutor não era preparado o suficiente. Era complicada a relação com a instituição, porque eu tinha acesso ao polo presencial aqui na minha cidade, mas o polo ela limitado a algumas funções. Uma vez precisei de uma declaração de matrícula e o sistema não estava funcionando, foi necessário abrir um chamado solicitando a minha matrícula, algo que eu penso que o próprio polo poderia fornecer manualmente (digitar, assinar e carimbar). Achei um processo muito burocrático.
Azaléia	Ótima relação, curso muito bom. Material disponível digitalizado, livros. Professores online e tutor para auxiliar nas dúvidas, não tive dificuldades na realização enquanto estava no ead.
Jasmim	Não tive tempo para fazer contato porque fiz só o primeiro semestre, não foi uma experiência muito boa, me sentia muito sozinha e a instituição em si era o polo mas esse lugar é somente para informações básicas
Floriano	Como disse antes, eu conversava com meu tutor e era bem tranquilo, as vezes ele demorava para responder, mas respondia. Minha experiência com as tecnologias foram boas porque eu já trabalhava com isso, em caixa de loja então era fácil mexer com o computador. Sinto que eu precisava de um auxílio maior para saber me organizar com as datas e os trabalhos para fazer.
Bromélia	Não lembro direito. Na verdade eu não sei bem quem eram os professores eu conversava mais com meu tutor e eu não conseguia me concentrar nos vídeos de aulas

	sempre estava cansada e com filho pequeno é complicado
Melissa	Minhas aulas eram 100% online, não tinha contato presencial com os professores. Mas tinha todo suporte.
Acácia	<p>Geografia: o ensino era bom, tinha muito conteúdo, tinha livro para ler e o tutor da sala era bem capacitado, tinha mestrado, as aulas eram no telão uma vez por semana e tínhamos o livro para ler em casa e as vídeo aulas para assistir fora do horário também.</p> <p>Administração: Começo não foi bom, a tutora estava despreparada, não entendia do conteúdo, só passava sem explicar, dizia que se não quisesse ir pra aula não tinha problema, ela ia dar presença para todo mundo igual. No segundo semestre juntaram as turmas, porque muita gente desistiu, quase todo mundo reprovou, eu só não desisti porque eu tinha bolsa, então continuei. Só teve um aluno na turma que não reprovou. Depois disso trocaram o tutor e colocaram uma tutora mais capacitada, aí foi melhorando. Acredito que o ead depende muito do tutor que está te acompanhando. No sexto semestre me surgiu uma oportunidade de trocar de curso para outra universidade, mantendo minha bolsa. Como eu não estava me identificando com Administração, resolvi trocar logo para Estética, área que eu gosto muito e trabalho atualmente.</p> <p>Estética: Troquei de universidade mantendo minha bolsa. Eu fui a primeira da universidade a pegar transferência de bolsa prouni. Na nova universidade, as aulas são diferentes. Tenho videoaulas para assistir em casa, são vídeos do youtube, de blogueiras por exemplo. Alguns são de professores da área ou afins.. Esses vídeos são de 30 segundos, no máximo 10 minutos, são em torno de dois vídeos por matéria, não tem muita aula prática e acho bem defasado. A tutora nos dá aula uma vez por semana, ela tem graduação em estética e especialização em terapias complementares. Mas ela não consegue atender todas as matérias, por não ser da área dela. Sinto falta disso, por exemplo, agora estou tendo estética facial e ela não entende disso então acaba não auxiliando. Estamos sem aula prática no momento por conta da pandemia. O melhor conteúdo que temos no curso é o livro que é baseado em artigos científicos. Não consigo aprender muito com os vídeos e também não confio por serem vídeos bem aleatórios da internet. Neste momento estou no curso e desse não vou desistir porque preciso do certificado. Depois quero fazer uma pós na área para me capacitar melhor, porque só com a graduação não vai ser suficiente.</p>
Camélia	contato só pela internet com a tutora da sala mas ela nem sempre respondia e eu tinha bastante dificuldade para usar o site das aulas as vezes eu esquecia de fazer as

	atividades porque eu nao lembrava que tinha que entrar nas pastinhas pra ver o que tinha pra fazer ai minha nota foi ficando ruim
Narciso	nem sei quem eram os professor direito porque era tudo ali pra assistir e dai tinha o tutor né mas ai com o tutor eu levava altos papo mas mesmo ele me explicando as coisa eu não entendia e dai não fazia os trabalhos, me enrolei até o terceiro semestre passei em algumas matéria mas porque coleei e nao tinha auxilio de ninguém lá aquela faculdade era o diabo a mulher que atendia nós na secretaria não sabia nem que dia era hoje imagine entender das aulas
Dália	contato apenas virtual, não falava diretamente com os professores, somente com a tutora que era formada na mesma área. A instituição em si tem nome bom e fama mas na prática a coisa é bem diferente, parece algo velho e sem credibilidade

Fonte: Respostas coletadas via questionário aplicado/Arquivo pessoal, 2021

Ao auscultar os enunciados presentes no quadro podemos identificar que, entre os quatorze (14) sujeitos que responderam a este questionamento, dez (10) destacaram pontos negativos sobre a relação com os professores e/ou com o curso e neste contexto identificaram suas dificuldades. Lírio, por exemplo, afirmou que no começo o curso foi mais complicado em relação ao sistema de tutorias e as aulas virtuais, porém, não detalhou mais sobre o assunto. Orquídea nos apontou que encontrou dificuldade de comunicação e pouca assistência por parte da instituição. Margarida disse que nunca viu os professores e que não gostou do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), já que não sabia como mexer e achou difícil. Rosa afirmou sentir falta de mais informações em relação ao curso, também sentiu a falta de preparo na formação de seu tutor, também, relatou o processo burocrático da instituição para emitir uma declaração de matrícula. Jasmim afirmou se sentir muito sozinha e também relatou sobre a instituição ser apenas para informações básicas. Floriano destacou sua necessidade em ter um auxílio a mais para conseguir se organizar com as datas e os trabalhos avaliativos. Bromélia contou que possui dificuldades de concentração para as vídeo aulas, relatou que se sente cansada e por ter um filho pequeno acaba complicando.

Acácia nos traz em seu extenso relato a dificuldade em encontrar um curso que lhe fosse satisfatório, considerando que em um dos cursos que se inscreveu e frequentou houve junção de turmas, por conta do alto número de desistentes, sendo que desta nova turma apenas um aluno foi aprovado. Ela afirmou que não desistiu dos estudos neste momento por conta da bolsa que lhe

ajudava com as mensalidades. Quando mudou de curso pela terceira vez, encontrou uma outra realidade, aulas compostas por vídeos com menos de um minuto, que muitas vezes não eram produzidos por profissionais da área. Acácia destacou que sente dificuldades em aprender a partir destes vídeos e que utiliza como material principal um livro que recebeu com o conteúdo. Por fim, ela afirmou que não desistiu apenas pelo diploma.

Por fim, contamos com os relatos de Camélia e Narciso. Camélia afirmou que enfrentou dificuldades com o manuseio do site da instituição, não conseguia se localizar com as atividades que precisavam ser feitas e isso interferiu em suas notas, fazendo com que tivesse um baixo desempenho e desistisse do curso. Narciso afirmou não saber quem eram seus professores, disse que conversava com seu tutor mas em relação às atividades não compreendia muito bem e, então, não realizava os trabalhos avaliativos. Relatou que não possuía auxílio por parte da universidade e que a responsável pelas informações não contribuiu para com ele.

A fala de Narciso chama atenção, pois ele traz suas angústias em forma de desabafo, utiliza algumas gírias como por exemplo “altos papo”. Com isso e outras palavras que compõem o enunciado é possível identificar que Narciso possui uma linguagem coloquial, apreendo que a ausência de um vocabulário com palavras formais pode dificultar seu entendimento com o sistema e demais funções pertinentes à educação a distância, em especial a linguagem utilizada para as conversas com seu tutor. Não é possível afirmar que esse foi o motivo de sua desistência ou então que realmente ocorreu com Narciso, pois ele não relatou mais detalhadamente seu caso. Contudo, existem diferenças linguísticas entre os diversos grupos sociais e isso acaba gerando discriminações que interferem no desempenho do aluno. As instituições de ensino utilizam na maioria das vezes apenas uma linguagem padrão socialmente prestigiada, contudo, é fundamental que a escola reconheça a variação linguística em sua mais ampla diversidade (BAGNO, 1999). O relato de Narciso nos faz repensar sobre como o discurso de uma propaganda chega até o sujeito, como ele compreende e como reflete e refrata na prática uma realidade complexa e divergente dos discursos apresentados para a venda dos cursos de educação a distância.

Com os relatos desses sujeitos sobre suas percepções em relação ao curso e aos professores é possível retomar a problematização central desta pesquisa que é compreender quais são as arenas de disputa envolvidas no discurso de democratização do Ensino Superior. Primeiramente, destaco que “(...) o diálogo é a forma clássica da compreensão discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 275). É por meio do diálogo que os enunciados se alternam e são denominados réplicas, possuem precisão e

simplicidade, por mais fragmentado que seja, sempre haverá uma posição específica do falante gerando uma resposta, assumindo a posição responsiva. As relações específicas entre esses enunciados são possíveis apenas entre diferentes sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2011).

A flexibilidade dos cursos e as mensalidades mais baratas que na modalidade presencial fazem parte dos enunciados dos discursos das propagandas analisadas e também dos enunciados que compõem o discurso dos sujeitos. Tanto as propagandas quanto os relatos possuem precisão e simplicidade e ambos estão posicionados especificamente. Contudo, é preciso entender até que ponto essa flexibilização se efetiva na prática dos sujeitos, assim, sigo para a próxima seção, na qual abordo os enunciados dos sujeitos com suas considerações sobre os motivos que os levaram a desistir de seus cursos.

### 3.3 O DISCURSO DO SUJEITO: A REFRAÇÃO DOS SENTIDOS

Esta seção está intitulada como “O discurso do sujeito: a refração dos sentidos” porque é neste momento que cada um expõe o motivo específico que o levou à desistência do curso. A seguir, é possível identificar que houve semelhanças nas respostas, entretanto, são respostas singulares de cada um. Cada discurso foi reproduzido por cada sujeito de modo a refratar o sentido da EAD em suas vidas.

Na medida em que as relações dialógicas reproduzem sentidos já estabelecidos (reflexo), elas também criam e organizam novos sentidos (refração). É por meio das vozes sociais que as palavras nos contam e nos revelam valores e pontos de vista distintos (BAKHTIN, 2010a).

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes (BAKHTIN, 2010a, p. 45)

No entanto, a transformação de dado objeto em produto ideológico ocorre somente após adquirir sentido, não basta apenas existir em sua forma material. Adquirir sentido significa ser algo para alguém em um determinado contexto, precisa necessariamente adquirir um valor social. Com isso, as palavras passam a ser compreendidas como refrações delas mesmas sendo deformadas/modificadas a partir do ponto de vista de quem a utiliza no ato comunicativo. Neste momento, ocorre a transformação da palavra para signo ideológico (BAKHTIN 2010a). No quadro

8, será possível identificar como a EAD é refratada nas palavras dos sujeitos. Os enunciados abaixo referem-se às respostas que os sujeitos manifestaram sobre a desistência do seu curso de ensino superior a distância. Inseri, também, na última coluna o que estes sujeitos responderam sobre como eram seus estudos (até que nível estudou, idade que concluiu) antes de ingressar na EAD. Observando os enunciados presentes nesta última coluna em conjunto com os enunciados referente às desistências, compreendo ainda mais como é a realidade destes sujeitos, vejamos:

Quadro 8: Enunciados Parte IV

<b>Sujeito</b>	<b>Enunciado: Motivo da desistência</b>	<b>Enunciado: Sobre os estudos</b>
Tulipa	Faltam apenas os estágios , por serem realizados durante o dia ñ tenho tempo pra fazer, por causa do meu trabalho. Escolhi ead pela por ñ ter muito tempo disponível nos horários "convencionais " é desisti pelo mesmo motivo	Fiz eja pra terminar o ensino médio, terminei em 2012. Prestei Enem e tive bolsa pro uni 100%
Lírio	Falta de tempo. Dificuldade de curso. Motivação para estudar sozinho	Terminei o ensino médio com 17 anos. Com 19 anos ingressei no EAD. Atualmente sou graduado, mas não pelo EAD e sim por um curso presencial.
Orquídea	Os fatores que, somados, levaram à desistência foram os supracitados. O curso deixava muito a desejar. Acredito que a modalidade exige o empreendimento de um esforço muito grande (em termos de organização e estruturação curricular, de adequação à carga horária e de seleção de profissionais para atuação) por parte de quem decide ofertar um curso nessa modalidade. Todavia, o interesse em "facilitar" ainda mais (e de democratizar o acesso ao Ensino Superior) vai na contramão dessas questões, que acabam sendo desconsideradas.	Graduação. Pós graduação mestrado e doutorado. Concluí o EM com 17 anos. Ingressei no Ensino Superior com 18. Formei com 21. Dos 23 ao 25 anos fiz mestrado. Ingressei no Doutorado com 29. Concluí com 32. No período entre o Mestrado e o Doutorado iniciei uma segunda graduação na modalidade EAD. Mas tranquei o curso após o primeiro ano.
Margarida	nao me idenifiquei com o curso nao conseguia tirar direito as duvidas no polo presencial ninguem nunca podia fazer nada pra ajudar acabei reprovando e deixei de pagar a mensalidade tive dificuldades para voltar e quitar a divida dai desisti por raiva	terminei pelo EJA com 19 anos e não tinha outra graduação Iniciei no EAD com com 22 anos porque achava importante ter uma faculdade para conseguir um emprego melhor porque eu trabalhava em mercado e era muito cansativo
Rosa	Acabei desistindo por decepção. Achei o curso fraco e quase tudo o que eu estava vendo ali eu já tinha visto na minha primeira formação ou então eu já sabia pela experiência, eu fui buscar algo a mais por ser um curso diferente mas não encontrei. Me aconselharam a fazer uma pós depois, eu fiz essa pós e conclui porque era de 6 meses, mas também não agregou muito. Pouco conteúdo, tudo muito superficial e eu queria ir mais além. Acho que isso aconteceu porque vim de uma universidade pública, federal. Lá era outro método de ensino, tínhamos muitos textos explicativo e informativos, trabalhos práticos e um	Terminei o ensino médio aos 17 anos, ingressei no ensino superior aos 18, cursei Administração presencialmente em uma universidade pública e me formei, foi uma ótima experiência. Aos 23 anos eu estava formada. Eu trabalhava como auxiliar administrativo em uma loja, depois aos 30 mudei para auxiliar de contabilidade em uma empresa/indústria e para entender melhor do assunto resolvi fazer ciências contábeis EAD.

	material muito complexo, professores muito bem capacitados e sem falar que era presencial. Infelizmente não tenho tempo agora para o presencial, se não , jamais teria tentando o EAD, foi um desperdício de dinheiro, creio eu.	
Azaléia	A desistência foi devido ser longe da minha cidade a realização das provas. Como fui aceita na Universidade Estadual em Minha cidade decidi solicitar trancamento de matricula por dois anos. E fazer na minha cidade o curso presencial conciliando com meu serviço, se não fosse possível voltaria na Ead para continuar.	Terminei o Ensino Médio no ano de 2003. Primeira graduação foi em Educação Física sendo presencial, (início 2005 término 2008). Iniciei a graduação de Pedagogia Ead no ano de 2015 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo o polo de Pontal do Paraná-Pr.
Jasmim	Foram duas coisas que aconteceram, fiquei grávida e fui demitida. Isso acabou abalando meu psicológico, não tive mais vontade de estudar e nem tinha mais como pagar ai desisti. Continuo aflita, vamos ver daqui um tempo se retorno ou não.	terminei ensino médio em 2015, não fui logo para a faculdade porque eu precisava trabalhar e não tinha tempo. Comecei o curso a distância de ciências contábeis em agosto de 2020 durante a pandemia porque como estava em casa por ser do grupo de risco achei que teria mais tempo.
Floriano	Muita dificuldade para fazer os trabalhos e não conseguia ajuda e aí tive notas baixas e isso me deixou muito chateado, desisti para não me preocupar tanto porque estava atrapalhando meu dia a dia essa preocupação e como eu não ia perder o emprego mesmo acabei não investindo mais nesse curso. Me mantive no emprego e hoje sou supervisor mesmo sem ter ensino superior.	Finalizei o segundo grau tem muitos anos, creio que foi por volta de 2001. Ingressei no curso a distância com 36 anos, em 2018. Não tinha outra graduação, essa seria a primeira.
Bromélia	eu trabalhava numa empresa de fralda na parte da produção e daí era bem exaustivo então eu chegava em casa e queria ficar com meu filho que era bebe e acabava nao indo estudar, eu tentava mais nos finais de semana mas aí era muita coisa eu ficava bem confusa então vi que não ia conseguir ir para frente e desisti.	terminei com 23 anos através do EJA. Comecei a faculdade com 29 anos de pedagogia.
Melissa	Financeiro	Terminei o ensino médio com 17 anos, comecei o EDA com +ou- 34. Nunca cursei nenhuma graduação antes de iniciar a EAD.
Acácia	Primeiro eu desisti porque fiquei desempregada e depois porque não me identifiquei com o curso.	Terminei o ensino médio através do ENEM, com 18 anos, em seguida ingressei na graduação ead de Geografia, cursei 1 semestre apenas. Mas fiquei desempregada e tive que trancar, logo consegui uma bolsa para Administração na mesma universidade, cursei 6 semestres o ensino era bom, mas não era minha vocação, então tive a oportunidade de transferir minha bolsa para outra universidade, também ead, para o curso de Estética e Imagem pessoal, que atualmente é minha área e é o que gosto.
Camélia	a dificuldade de me entender com o ambiente virtual ali na internet e pelo meu marido que na época era agressivo e nao gostava de me ver estudando eu tinha muito medo e sofria agressões ele dizia que nao sabia com quem eu tava falando ja chegou a dizer que eu mentia que estudava pra aprontar mas nunca fiz isso foi tão forte que eu consegui me separar mas não pude ficar com meu filho ele foi morar com o pai e entao tive depressão e nao quis mais estudar ate tentei ir na	fiz supletivo terminei segundo grau com 20 anos, nao pude terminar no normal porque engravidei e desisti no penultimo ano depois demorei pra voltar, tentei minha primeira graduação aos 23 anos mas não deu certo

	faculdade depois ver se conseguia um desconto ou alguma ajuda mas nao tinham o que fazer entao nao fui mais	
Narciso	preguiça, desanimo, cansaço, se fosse hoje eu ia achar que era covid mas era só estresse mesmo, fiquei devendo depois nem paguei mais meu nome foi até pro spc	terminei ensino médio com 18 depois de reprovar algumas vezes, comecei fazer administração EAD porque na época meu pai queria ajuda com a empresa dele então resolvi tentar uma profissão
Dália	Financeiro e pessoal, porque engravidei e aí ficou complicado conciliar as duas coisas e meu bebê nasceu com um probleminha de saúde que requer medicamentos mais caros, por isso desisti se eu tivesse condições eu voltaria terminar porque queria muito meu diploma	terminei com 17 anos e comecei o EAD com 18.

Fonte: Respostas coletadas via questionário aplicado/Arquivo pessoal, 2021.

A primeira reflexão a ser realizada sobre estes enunciados é referente às singularidades desses sujeitos, antes de trabalhar com os motivos da desistência, começo identificando a idade com que estes sujeitos concluíram o ensino médio e se foi da forma regular. Vejamos que Tulipa concluiu por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 2012, logo, com 37 anos, tendo em vista que ela possui 46 anos e estamos em 2021. Estes dados foram apresentados no gráfico 1 anteriormente, contudo, neste espaço pretendo retomar estas informações e tratá-las de modo mais específico em relação a cada sujeito.

Além de Tulipa, outros sujeitos também concluíram o Ensino Médio por meio do EJA ou outras modalidades, Margarida por exemplo concluiu pelo EJA aos 19 anos; Floriano concluiu com aproximadamente 19 anos, mas não informou a modalidade; Bromélia concluiu pelo EJA aos 23 anos; Acácia concluiu por meio do ENEM aos 18 anos; Camélia concluiu aos 20 anos pelo EJA; Narciso concluiu aos 18 anos e não informou a modalidade. Além destas informações, contamos com os relatos sobre suas vidas, em alguns casos os sujeitos expõem outras informações a seu respeito ou então a respeito de seus estudos, como por exemplo a Orquídea, que relatou ter cursado uma primeira graduação, um mestrado e um doutorado antes de ingressar na segunda graduação EAD, da qual ela desistiu. Enquanto isso, Margarida e Bromélia possuem outra realidade. Margarida relatou que ingressou no ensino superior por considerar importante na busca por um emprego mais compensatório financeiramente e que lhe proporcionasse menos exaustão, tendo em vista que trabalhava em um supermercado. Bromélia também possuía um trabalho fisicamente exaustivo, trabalhando no setor de produção de uma fábrica, ela buscava por algo mais tranquilo, pois gostaria de passar mais tempo com seus filhos. Margarida também possui um filho (com 5 anos), ambas foram mães jovens e trabalham em empregos exaustivos.

Outro caso a ser destacado é o de Camélia, com 30 anos de idade e um filho de 14 anos. Ela relatou que não concluiu o Ensino Médio na modalidade regular por ter engravidado na adolescência. Quando retornou com os estudos, aos 23 anos, para cursar o ensino superior, acabou encontrando dificuldades com a tecnologia. Além disso, Camélia contou que viveu em um relacionamento abusivo, no qual sofria agressões e era vítima de desconfiança com frequência. Essa situação fez com que ela tentasse cursar uma graduação a distância, pois gostaria de estudar, mas seu esposo não aceitava que ela saísse de casa. Assim sendo, Camélia não concluiu seu curso pois enfrentou o processo de separação, não conseguiu a guarda do filho e teve depressão. Camélia disse que mais tarde procurou a instituição na qual estudava a fim de conseguir um desconto ou outra oportunidade para retomar os estudos, porém, não obteve retorno e concretizou sua desistência.

Outra situação é a de Narciso, o qual se declara como “Homem com M maiúsculo”, afirmação essa que é possível de compreender seu sentido na medida em que contextualizamos sua fala. Ele diz ter um filho e esse filho não mora com ele. Ao mesmo tempo, Narciso possui uma namorada e ele deixa claro que essa namorada não é a mãe do seu filho e exclama “Graças a Deus!”. As histórias de Camélia e Narciso renderiam uma discussão profunda sobre gênero neste contexto. Seguindo, Narciso afirma que iniciou seu curso de graduação a distância em Administração porque era de interesse de seu pai, o qual possui uma empresa. Narciso declarou que não foi muito bem em seus estudos no decorrer do Ensino Médio, assim como não conseguiu se adaptar ao Ensino Superior. Entre os motivos da desistência Narciso aponta que foram: “preguiça, desânimo, cansaço”. Também destacou que não efetuou o pagamento de algumas mensalidades, acarretando em dívidas.

Além de Narciso, os outros sujeitos também apresentaram os motivos de suas desistências e, com base no quadro 8, é possível identificar que a maioria destacou a falta de tempo e a falta de recursos financeiros. Isso também ocorreu com Lírio que concluiu o Ensino Médio em idade regular, assim como Orquídea, Rosa, Azaléia, Jasmim, Melissa e Dália. Além destes fatores mencionados como motivo das desistências, outros também aparecem nos enunciados, como a dificuldade com conteúdo ou ferramentas virtuais apontados por Lírio, Margarida e Floriano. A distância até o polo presencial para a realização de provas também foi um fator apontado por Azaleia, a qual optou pela Universidade Estadual em que conseguiu uma vaga, uma vez que essa ficava mais próxima de seu endereço. Poucos foram os sujeitos que apontaram como motivo ou um

dos motivos a não identificação com o curso escolhido, apenas Acácia e Margarina trouxeram este posicionamento.

Enquanto Orquídea e Rosa, apontaram, respectivamente, a falta de empreendimento da própria instituição em relação à estrutura curricular, formação de professores, carga horária, etc; e a falta de conteúdos mais elaborados e complexos. Vale destacar que tanto Orquídea quanto Rosa passaram por instituições de ensino superior pública e este curso não seria sua primeira graduação. As duas destacaram que ambas as experiências foram diferentes, sendo que a modalidade EAD não foi satisfatória.

Sigo, agora, para a compreensão destes enunciados e como estes refratam o sentido da EAD enquanto signo ideológico. Ressalto que o sujeito é ativo responsivo, a partir do momento que lança a sua palavra em um determinado contexto, faz dela um signo ideológico o qual será identificado pelo leitor/ouvinte.

O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar a sua compreensão ativamente responsiva. o enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro por mais silencioso que seja o “dixi” percebido pelos ouvintes [como sinal] de que o falante terminou (BAKHTIN, 2011, p. 275).

Os enunciados nos trazem em sua materialidade a visão dos sujeitos em relação a EAD, na maioria dos casos, o motivo pelo qual houve a escolha por esta modalidade de ensino foi o mesmo que ocasionou a desistência, tempo e recursos financeiros, tendo em vista que:

(...)o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc (BAKHTIN, 2010a, p. 118).

Afirmo, com isso, a partir dos enunciados aqui trabalhados, que a EAD foi propagada com a ideologia dominante impregnada em seu discurso, com objetivo de oferecer cursos a população que necessitava destes e ao mesmo tempo atender a uma demanda de mercado, porém, desconsiderou a realidade vivida por estes sujeitos. “Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta” (BAKHTIN,

2010a, p,118). Estes sujeitos nos relatam apenas uma parte de uma corrente ideológica que utiliza o discurso da democratização do ensino para incorporar valores sociais e defender seus interesses.

Os enunciados das propagandas são indissociáveis da realidade histórico-social de seu público alvo. A ideologia carrega diversos significados e sentidos que se materializam em forma de objetos/signos e enunciados (BAKHTIN, 2010a). Neste caso, a EAD foi reproduzida entre as esferas ideológicas e dos gêneros discursivos, determinada pelas estruturas econômicas e políticas, mas sem deixar de carregar as forças sociais se contradizendo. Na medida em que a legislação regulamenta a EAD como modalidade de ensino para atender situações emergenciais, já é possível compreender que esta é uma modalidade provisória. A regulamentação da EAD para atender diferentes níveis de ensino e permitir carga horária em cursos presenciais só foi possível com a legitimação do discurso, que tornou a EAD como sinônimo de garantia ao acesso, ou então, como forma de democratizar a educação, em especial o ensino superior.

Compreendo, com isso, por meio do cotejamento entre a legislação, as propagandas e os enunciados aqui analisados. O diálogo com os enunciados se tornou a peça chave para uma conclusão mais precisa sobre as forças sociais que contradizem o discurso da democratização do ensino superior via EAD, nos mostrando ainda que esta modalidade de ensino se tornou uma arena de disputas entre interesses econômicos e políticos.

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 2010a, p. 117).

O diálogo é, portanto, muito mais que a comunicação verbal, possui um sentido amplo e inclui uma forma de comunicação infinita e, sendo assim, os enunciados mesmos que sendo coletados de forma escrita foram fundamentais para identificar que os sujeitos desistiram dos cursos porque não conseguiram efetivar na prática o discurso de que a EAD possui flexibilidade de horários e facilidade com as mensalidades. Esta afirmação foi destacada inclusive em um dos enunciados, em que Orquídea afirma ter desistido por conta da organização e estrutura curricular, falta de profissionais preparados e carga horária não satisfatória e ressalta que “o interesse em “facilitar” ainda mais (e de democratizar o acesso ao Ensino Superior) vai na contramão dessas questões, que acabam sendo desconsideradas.”.

Outra questão a ser destacada é o fato de que alguns sujeitos relataram ter bolsa de estudo, como o caso da Tulipa (bolsa PROUNI) e da Acácia que não mencionou a bolsa, apenas disse que não desistiu do último curso porque contou com este auxílio para as mensalidades. Compreendo aqui que o Estado cria mecanismos para incluir alunos pertencentes a classes sociais mais baixas ao sistema de ensino superior brasileiro fazendo uso do discurso da democratização como justificativa. O discurso se constitui pela mediação dos signos ideológicos, e estes, se sustentam pelas vozes sociais que se repetem na formação dos discursos que são produzidos pelo sujeito (BAKHTIN, 2010a). Existem, dessa forma, as forças que influenciam a formação dos discursos com um padrão de repetição, fazendo com que se constituam hegemonias ideológicas e discursivas no campo da EAD, neste caso, o próprio Estado contribui para este processo.

No interior da disputa pelos sentidos do signo EAD, o discurso de que esta é uma modalidade de ensino democrática por dar acesso à população marginalizada foi oficializado pelos documentos legislativos, autorizado pelo Estado e apropriado pelo setor de vendas. Desse modo, é possível identificar que o Estado incentiva a EAD privada a partir do momento que a regulamenta e permite que programas de incentivo aos estudos sejam ofertados em instituições privadas. O discurso da democratização do ensino superior via EAD pode ser encontrado em diferentes arenas de disputa, pois envolve tanto os sujeitos que participam na prática, quanto às políticas públicas por parte do Estado e o envolvimento das instituições privadas. Os sujeitos são, portanto, as forças e vozes sociais que contradizem/refratam o discurso oficial.

É possível contextualizar esta afirmação retomando o conjunto de dados trabalhados, como é o caso dos enunciados mencionados a seguir, que se referem respectivamente ao enunciado de dois sujeitos sobre o motivo de ter escolhido a modalidade EAD. Margarida - “Porque eu podia estudar a hora que eu achasse melhor e pelo preço que era bem mais baixo que o presencial se fosse no presencial eu não tinha como pagar e nem como ir nas aulas porque eu saía do mercado muito tarde então não dava tempo”; Rosa - “Escolhi o EAD pelo tempo e praticidade prometida. Como eu estava focada no trabalho, não gostaria de comprometer os horários”.

Na medida em que os sujeitos apresentam que os motivos da escolha pela EAD é a flexibilidade de horários, as propagandas também enfatizam esse aspecto, mantendo o padrão enunciativo, por exemplo, a propaganda de 2021 da Anhanguera, em que a mensagem divulgada é “para todo mundo poder”, ou seja, nos remete a ideia de que qualquer sujeito indiferente de seu contexto sócio-histórico é capaz de realizar um curso naquela instituição. Além das propagandas, a

legislação também é composta pelo mesmo padrão enunciativo, pois traz na materialidade de seu discurso a necessidade do acesso à educação para população que ainda não teve este direito legitimado, contudo, na maioria das vezes, a regulamentação da EAD ocorreu como políticas emergenciais e para atender a uma demanda de mão de obra do mercado, ou seja, regulamentou-se esta modalidade a fim de se capacitar os sujeitos de modo mais rápido para o trabalho. A relação do tempo com o período de formação é repetida em todas as esferas aqui trabalhadas, legislativa, jornalística, publicitária e principalmente nos enunciados dos sujeitos.

Com esta última sessão foi possível aprofundar o entendimento sobre o foco político e ideológico na história da educação a distância formal e não formal no Brasil, dado que por meio dos enunciados desses sujeitos, a compreensão acerca do discurso que envolve as políticas de acesso a EAD se entrecruza, nos mostrando um padrão de repetição, permitindo entender que o foco político é também ideológico. Na medida em que se incorpora o discurso de democratização do acesso via EAD, construindo a ideia de que a democratização é apenas dar acesso, não se considera as condições de cada sujeito para que este acesso seja efetivado e permanente. A materialidade discursiva nos permite identificar os interesses de uma classe dominante e o incentivo do Estado para manter as posições de quem domina e de quem é subordinado.

Ao auscultar o aspecto social da linguagem em textos que abordam o ensino a distância, o que inclui a própria legislação e mais precisamente às propagandas, é possível identificar como as formas de interação social se vinculam em diferentes esferas, ou seja, a palavra registra as transformações na esfera educacional e política. Por exemplo, as propagandas publicadas nos jornais para as propagandas publicadas na TV, e depois das propagandas para cursos via internet. Enquanto os jornais buscavam atrair sujeitos para cursos técnicos, a TV, além dos cursos técnicos, ofertava cursos de Segundo Grau (Ensino Médio). A internet já nos trouxe outra realidade, a do ensino superior e com foco no sucesso profissional dos sujeitos que ingressassem em uma graduação EAD. Os enunciados dos próprios sujeitos nos revelam que o interesse de muitos estava ligado à necessidade de um emprego com melhores condições salariais e novamente retomam a questão da flexibilidade dos horários.

Este capítulo nos faz compreender quais são os signos que compõem os enunciados dos sujeitos que participaram da EAD. Vale ressaltar que em nenhum momento os sujeitos afirmaram se sentir completamente satisfeitos, pelo contrário, relataram, na maioria das vezes, as dificuldades que encontraram neste processo do ingresso a desistência da EAD. Quanto aos signos, destaco os

dois mais recorrentes nos enunciados, tempo e trabalho. Levando em consideração que a palavra na comunicação discursiva é individual e contextual, é possível afirmar que, quando utilizada no contexto da EAD, o tempo se refere a horários específicos que o sujeito reserva para seus estudos e nos remete a ideia de ser algo rápido, uma vez que os sujeitos relataram não ter muito tempo livre disponível para os estudos por conta do trabalho, outro signo. O trabalho, neste contexto, é abordado como o trabalho realizado pelo funcionário de um supermercado, comércio, indústria, etc. Ou seja, algo que gera uma remuneração e que estes sujeitos compreendiam no momento do ingresso no ensino superior, que com a EAD seria possível alavancar o sucesso profissional, discurso este, que está presente nas próprias propagandas da EAD, mas que são refratadas pelos sujeitos após suas experiências práticas com esta modalidade.

Com o cotejamento entre os enunciados dos sujeitos com as propagandas e a legislação, é possível compreender o discurso da democratização do Ensino Superior via EAD como uma arena de disputas em diferentes esferas de atividade humana, na medida em que tanto a legislação quanto as propagandas nos mostram um discurso voltada para a população que não é elite, refletindo seus interesses para que se sintam atendimentos pelas políticas e pelas propagandas que incorporaram o discurso da democratização do ensino via EAD. Contudo, ao trabalhar com os enunciados desses sujeitos, foi possível compreender como ocorre a refração de sentidos, considerando que o discurso que chega até eles e por eles é absorvido, acaba se contradizendo. O motivo que fez o sujeito aderir a EAD é o mesmo que o fez desistir. É possível afirmar que em um mesmo enunciado encontram-se vozes diferentes, mostrando essa contradição, e não somente quando analisamos enunciados de esferas distintas. Isso ocorre porque é um discurso hegemônico que se reflete no discurso do sujeito e também o discurso não hegemônico que se refrata na voz desse mesmo sujeito.

Dessa maneira, compreendo que os textos das diferentes esferas aqui trabalhadas foram baseados no discurso da democratização mesmo que essa palavra não apareça diretamente na forma escrita. Assim sendo, todos os enunciados abordados nos mostram em sua materialidade as intenções em dar acesso e em garantir determinado nível de ensino para maior parcela possível da população e isso faz parte do processo de democratização, apesar de não contemplar todo o seu significado, que inclui políticas de permanência e qualidade. Então, de um lado nós temos uma EAD que proporcionou a formação de determinados sujeitos que provavelmente sem a EAD não teriam acesso desde a alfabetização até a formação técnica e ensino superior. No entanto, por outro

lado, pelo discurso presente nesta política, podemos compreender que uma das finalidades mais fortes era a formação para o mercado de trabalho.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta dissertação, busquei refletir sobre a temática da Educação a Distância no Brasil, trazendo como objeto central o estudo do seu discurso de democratização do ensino em diferentes esferas da atividade humana. Com o conjunto de dados trabalhados nesta pesquisa, foi possível compreender como este discurso se constituiu na esfera jurídica e publicitária como uma arena de disputa ideológica chegando até os sujeitos que passaram a refletir e refratar este discurso em sua realidade.

O diálogo entre a revisão bibliográfica e o conjunto de dados trabalhados proporcionou uma visão mais ampla sobre o conceito da Educação a Distância enquanto signo, bem como de seu discurso nas diferentes esferas da atividade humana. Foi possível compreender isso com base na própria história da EAD, a qual teve início no Brasil por volta de 1939 por meio de cursos por correspondência, período este em que não se utilizava ainda este termo. Contudo, a materialidade discursiva nos permite identificar esta modalidade de ensino, que buscava atender populações de áreas isoladas dos centros urbanos e com isso não possuíam condições de acesso ao ensino regular, com cursos profissionalizantes para que estes conseguissem adequar-se aos novos moldes de trabalho na sociedade. Na sequência, surgem as aulas radiofônicas, sendo o rádio o primeiro instrumento a ser regulamentado enquanto ferramenta de ensino, com o discurso de alfabetizar a população da área rural em que não se havia efetivado este direito ainda, por falta de recursos para levar uma escola presencial a estas localidades afastadas da área urbana. Assim como as aulas por correspondência, as aulas radiofônicas também tinham como objetivo preparar os sujeitos para novas oportunidades de trabalho.

Após as aulas radiofônicas, adentramos no contexto da TV enquanto ferramenta de ensino, sendo que esta começou após a década de 70 e se intensificou no ano 2000 com destaque para o Telecurso 2º Grau, que mais tarde passou a ser o Telecurso 2000. O período em que a TV esteve como ferramenta principal para a educação a distância, o foco também era preparar os sujeitos para o mercado de trabalho, por meio de cursos profissionalizantes e do Segundo Grau (Ensino Médio).

A EAD passou por transições tanto em suas ferramentas e metodologias de ensino quanto em sua concepção, principalmente na diferença entre público e privado. Contudo, nunca houve um momento exato de ruptura entre um período ou outro, pois, mesmo com o uso do rádio, ainda se utilizavam correspondência, assim como mesmo com o uso da TV ainda se utiliza o rádio, e atualmente mesmo com a internet enquanto principal ferramenta, a TV, o rádio e até mesmo a correspondência são utilizados em algumas ocasiões. Contudo, com o avanço tecnológico e as diferentes possibilidades que a internet proporciona, esta é a única forma de cursar o ensino superior via EAD, não sendo possível por meio das outras ferramentas aqui estudadas.

Foi possível evidenciar que o discurso da democratização do ensino superior via EAD se encontra em diferentes arenas de disputa e a partir do momento que foi realizado o cotejamento entre os documentos oficiais que regulamentam a EAD com as propagandas de divulgação dos cursos nesta modalidade e com os sujeitos que vivenciaram na prática a experiência de cursar EAD, mas que não se sentiram inseridos discurso de democratização.

No que se refere às políticas educacionais de regulamentação da EAD, é possível afirmar que a partir da década de 90 com a legitimidade e institucionalidade da universidade se constituem novos debates sobre a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, intensificando a elaboração de políticas para dar acesso aos sujeitos que ainda não possuíam condições de ingressar a este nível de escolaridade. A EAD foi regulamentada com o uso deste termo de forma escrita apenas com a LDBEN de 1996, em que se autorizou a criação de instituições de ensino superior a distância, bem como instituições presenciais a ofertarem parte de seus cursos nesta modalidade. A EAD ganhou força e espaço no decorrer do governo FHC, quando houve o aumento do desemprego acompanhado da desnacionalização da economia, abandono da produção agrícola e incentivo para a instalação de multinacionais no país. Este contexto nos mostra um governo que corresponde a objetivos de um projeto neoliberal, o qual buscou na Educação um caminho para promover a industrialização e expansão no desenvolvimento econômico. O discurso mais uma vez se volta para a população que ainda não estava inserida neste contexto, mas que se fazia necessária para alavancar o progresso econômico almejado pelo governo. Assim, a EAD inicia sua expansão com cursos de ensino superior para formar novos trabalhadores aptos para os novos empregos que passaram a emergir na sociedade.

Este contexto contribuiu para com a legitimação da EAD enquanto modalidade de ensino, incorporando o discurso da democratização por meio do acesso ao ensino superior. Nas décadas

seguintes, ocorreu o aumento significativo do número de cursos ofertados nesta modalidade, principalmente na rede privada e, conseqüentemente, o aumento também de matrículas na EAD. Isso se torna possível na medida em que estabelecem políticas educacionais que legitimam esta modalidade de ensino. A LDBEN de 1996 bem como, a Portaria 1.134/2016 são exemplos que nos mostram respectivamente a regulamentação para o uso de tecnologias para facilitar o acesso e para que instituições presenciais oferecessem disciplinas na modalidade EAD. Contudo, o discurso de levar a educação a população que não possui condições de acesso é um discurso ideológico e hegemônico que se repete em diferentes períodos e em diferentes esferas da atividade humana, o que é compreendido como uma repetição de um padrão enunciativo, visto que em todos os enunciados aqui estudados sempre se materializa a oportunidade de acesso como sinônimo de democratizar o ensino. Entretanto, conforme discutido no decorrer dos capítulos, o processo de democratização ocorre desde a elaboração das políticas educacionais até sua efetivação por completo na prática, o que inclui além do acesso, a permanência, a qualidade e a formação dos professores. Sendo assim, compreendo que este discurso foi e é utilizado a fim de legitimar a EAD enquanto uma modalidade capaz de democratizar o acesso ao ensino, mas que enfrenta contradições em seu percurso.

A contradição começa pelos próprios censos escolares da EAD, os quais apresentaram resultados opostos ao discurso da democratização do acesso superior por meio desta modalidade, sendo que a evasão é o maior desafio enfrentado pelas instituições de ensino, em especial as privadas, que chegou até a 50% em alguns casos. Se a evasão está alta, um dos motivos pode ser a falta políticas de permanência para estes estudantes e até mesmo em alguns casos, a qualidade do ensino. Desta forma, a democratização não está ocorrendo por completo, pois se democratizou apenas o acesso, mas não as condições de oportunidades para todos.

Os professores na EAD na maioria das vezes possuem formação voltada para a educação presencial e ao trabalhar a partir de metodologias de aulas presenciais com os alunos da EAD acabam encontrando dificuldades, já que são realidades diferentes. No caso da EAD, a ausência do contato presencial pode ocasionar situações em que o aluno se sente sozinho e desmotivado. Assim, a democratização acaba não se efetivando. Compreendo, desta maneira, que o discurso possui dois lados e, neste caso, ele busca atender um grupo social que foi historicamente excluído do processo de inclusão da educação ao mesmo tempo em que atende um outro grupo que foi privilegiado e que hoje encontra-se como grupo dominante. É a ideologia deste grupo dominante que se torna

hegemônica e ao mesmo tempo incorpora valores do grupo não privilegiado, para que estes sintam-se pertencentes ao mesmo meio social enquanto contribuem para manutenção do sistema de classes sob a ótica do capital.

Essa ideologia é difundida por meio do discurso presente nas esferas mencionadas anteriormente, principalmente na esfera publicitária, na qual os sujeitos possuem provavelmente em sua maioria o acesso direito. Na esfera jornalística e publicitária a propaganda da EAD é apresentada como algo moderno, inovador e de fácil acesso. No caso dos jornais que remetem às décadas de 1920, 1930 e 1940, as propagandas apresentam essa modalidade de ensino comparando o Brasil com regiões consideradas de primeiro mundo, como Estados Unidos e outros países da Europa. Essa comparação é feita de modo intencional a fim de mostrar ao público alvo, o exemplo de modernização e avanço. Este contexto nos permite compreender o enunciado em sua concretude, tendo em vista a interação verbal que ocorre dos anúncios dos jornais para os sujeitos leitores. Ao utilizar os países de primeiro mundo como exemplo a ser seguido, compreendo que isso se deve ao fato de estarem avançados no processo de industrialização, e isso manteve os sujeitos em posição de subalternização em relação a grupos socialmente e historicamente dominantes. O discurso das propagandas aponta para a garantia de empregos, com oportunidade de ascensão da classe social. O sujeito passa a desejar essa igualdade e então incorpora os interesses dos grupos dominantes, contudo, se mantém em sua posição.

O mesmo ocorre com as propagandas mais recentes, que enfatizam a EAD via internet, nelas é possível identificar o padrão enunciativo se repetindo, conforme mencionado anteriormente. Estas propagandas envolvem ainda um discurso emotivo, com músicas e frases de efeito, como por exemplo a música *E vamos à luta* de Gonzaguinha que foi cantada e interpretada em uma das propagandas pela cantora Iza e também as frases: “correr atrás de seus sonhos”; “o sucesso profissional mais perto de você”; “em um ano você está pronto para o mercado de trabalho”; e ainda durante a pandemia, frases como “esperança a distância”; “amor a distância”. Compreendo que a propaganda com caráter emotivo, é elaborada a fim de conquistar o sujeito, fazendo com que este se sinta representado pelo discurso exposto. As propagandas sugerem que com a EAD torna-se possível estudar em um curto período de tempo e em qualquer lugar, inclusive em um ônibus durante o caminho para o trabalho, e que isso proporcionará empregos com melhores condições financeiras.

Ademais, as propagandas mais recentes não apresentam o termo EAD de modo explícito e isso revela a existência de uma lacuna para a legitimação da EAD como modalidade de ensino eficaz, já que, se ocorreu uma camuflagem do termo, o motivo provavelmente não é satisfatório/positivo. Alguns termos que passaram a ser utilizados, substituindo o signo EAD, foram *digital* e *flex*, por exemplo. As propagandas possuem consigo um conjunto de valores ideológicos, que utiliza palavras transformando-as em signos, pois, adentram ao contexto da necessidade do sujeito em ingressar no ensino superior. Neste caminho, a EAD se apresenta como percurso mais fácil e mais rápido, afirmando em seu discurso que o aluno poderá estudar quando e onde quiser, fazendo seus próprios horários.

Os enunciados dos sujeitos nos revelam novamente a repetição de um padrão. Quando mencionaram o motivo pela da escolha da modalidade a distância, as respostas se entrecruzam trazendo em sua materialidade fatores como flexibilidade de horários para os estudos, mensalidades mais baratas que o ensino presencial e dificuldade em conciliar situações familiares/pessoais com estudos presenciais e trabalho. Ao auscultar a palavra de quem vivencia a EAD na prática, é possível compreender os objetivos traçados por estes sujeitos quando aderiram a EAD, que era a conquista de empregos e salários melhores. Com os enunciados, foi possível compreender o contexto em que estes sujeitos estão inseridos na sociedade, pois, muitos relataram um pouco sobre sua própria história de vida e principalmente sobre seus estudos. Alguns concluíram a Educação Básica com a idade posterior a que é considerada regular pela LDBEN de 1996, sendo que a maioria são mulheres e foram mães jovens.

As classes e as ideologias envolvidas neste contexto ocasionam um jogo de forças na medida em que os sujeitos se sentem representados pelo discurso de democratização do ensino, ingressam no ensino superior via EAD, mas desistem pelo mesmo motivo de ingresso, o qual é a questão da flexibilidade de horários prometida e a facilidade com os estudos. Muitos sujeitos relataram a dificuldade em estudar sozinhos, sem auxílio presencial de um professor bem como, a exigência de um tempo maior com as atividades do curso e ainda, a dificuldade financeira em pagar as mensalidades.

O cotejamento entre os textos se deu por meio de um diálogo constitutivo da linguagem e dos sentidos, o qual permitiu compreender que as vozes desses sujeitos são capazes de expressar tanto visões quanto ideologias. Elas refletem e refratam o discurso da democratização do ensino. Refletem quando se sentem representados pelo discurso, e refratam quando contradizem o discurso

na prática. Tendo em vista os enunciados presentes nos documentos oficiais em cotejo com as propagandas e os enunciados dos sujeitos, é possível compreender que a educação foi tratada o tempo todo como mercadoria, pois, é através dela que se vende a ideia de que o ensino superior é garantia de uma boa colocação no mercado de trabalho e com isso intensifica as vendas de cursos via EAD em instituições privadas.

Com base na legislação e nas propagandas, é possível afirmar que a EAD surge como políticas de caráter emergencial, mas que foi sendo utilizada mais tarde para legitimar o discurso de democratização do ensino. Compreendo que a EAD foi uma ação provisória, mas que se tornou um meio definido de acesso ao ensino superior, na medida em que o discurso de democratização foi se legitimando nas esferas sociais. O estado contribui de certa forma para a legitimação deste discurso, pois, cria mecanismos para dar a oportunidade de acesso, como por exemplo, as bolsas de estudo em instituições privadas mencionadas algumas vezes nos enunciados dos sujeitos. Esta ação por parte do Estado é uma política educacional que permite que os sujeitos que não fazem parte dos grupos privilegiados tenham acesso a educação que provavelmente não teriam se não houvessem essas políticas, portanto, é uma forma justa de dar a oportunidade e garantir o direito de acesso ao ensino. Contudo, quando esta política se torna permanente, ela torna-se também um risco, pois, conforme discutido nesta pesquisa, se coloca em pauta a rápida expansão mercadológica que incorpora o discurso da democratização e a qualidade dos cursos ofertados.

Com a regulamentação da EAD, principalmente em instituições privadas, se evidencia a disputa pelos sentidos do signo EAD, o qual aparece como modalidade de ensino democrática que foi oficializada pelo discurso oficial em documentos legislativos, muitas vezes financiada pelo Estado e na sequência ocorre uma apropriação pelos conglomerados de educação privada. São diferentes arenas que disputam a EAD mas que carregam consigo a ideologia das classes dominantes em favor manutenção do sistema capitalista, em que se forma mão de obra para o mercado de trabalho, eleva o número de sujeitos com ensino superior, vende a educação enquanto produto e mantém a divisão econômica entre os grupos, pois, como os enunciados nos permitem compreender, grupos historicamente privilegiados não aderem a EAD, mas sim, a classe trabalhadora que almeja melhores condições de trabalho e conseqüentemente, de vida.

Sendo assim, é possível afirmar que ocorre uma disputa pelo signo ideológico EAD entre as arenas, respectivamente jurídica e publicitária, as quais incorporam o discurso de democratização do ensino, que reflete e refrata a realidade dos sujeitos. Todo discurso é intencional, mas este

sempre possui dois lados ou então duas faces e para compreender quais são, é necessário adentrar ao contexto sócio-histórico, auscultando os enunciados e identificando quem os profere. Assim, é possível evidenciar que a EAD é um meio de dar acesso ao ensino para estes sujeitos, contudo, não é uma forma de democratização por completo. Além disso, em alguns enunciados, os sujeitos assumiram a culpa pela desistência da EAD, reforçando ainda mais um discurso meritocrático, em que acreditam que o motivo da desistência foi unicamente os fatores e aspectos pessoais de cada um. Compreendo, portanto, que para a EAD se tornar um meio para democratização do ensino, o caminho é longo, pois, precisaríamos de políticas educacionais que visem a permanência do aluno bem como, a qualidade do ensino, a formação e capacitação dos professores. Enquanto seguirmos legitimando o discurso de democratização por meio de políticas de caráter emergencial, os grupos que ingressarem ao ensino por meio destas, continuam sendo grupos com oportunidades diferentes daqueles que são privilegiados historicamente. Para haver democratização, é necessário igualar as oportunidades e criar políticas específicas e permanentes para cada grupo, a fim de, oportunizar a todos, atendendo suas reais necessidades.

## REFERÊNCIAS

- ABED - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo EAD BR, Relatório Análítico de Aprendizagem a Distância no Brasil 2017**. Curitiba: Intersaberes, 2018. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/arquivos/CENSO\\_EAD\\_BR\\_2018\\_digital\\_portugues.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_BR_2018_digital_portugues.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2019
- ABED - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo EAD BR, Relatório Análítico de Aprendizagem a Distância no Brasil 2018**. Curitiba: Intersaberes, 2018. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/arquivos/CENSO\\_DIGITAL\\_EAD\\_2018\\_PORTUGUES.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EAD_2018_PORTUGUES.pdf)> Acesso em: 03 abr. 2019.
- ABREU, Janete Maria França de. EAD e Gênero: uma apreciação sobre a preferência da modalidade pelas mulheres nos cursos de graduação da UFMA. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. 20., Curitiba. **Anais...** Curitiba: CIAED, 2014. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/81.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2021.
- ALBERTI, Verena. **Fontes Orais. História dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi,(org.). Fontes Orais. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALONSO, Katia M.; RODRIGUES, Rosângela S.; BARBOSA, Joaquim G. **Educação a distância: práticas, reflexões e cenários plurais**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.
- ANDRADE, Lucas Bressan de. **Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público**. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/finsoc/%20Teses%20e%20Disserta%C3%A7%C3%B5es/Bressan%20\(2018\)..pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/finsoc/%20Teses%20e%20Disserta%C3%A7%C3%B5es/Bressan%20(2018)..pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.
- ARETIO, Lorenzo Garcia. **Educación a distancia hoy**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/235464167\\_Educacion\\_a\\_distancia\\_hoy](https://www.researchgate.net/publication/235464167_Educacion_a_distancia_hoy)> Acesso em 08 jul 2021.
- AZANHA, José Mário Pires. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- BAKHTIN, M. **O discurso no romance**. In: Questões de literatura e de estética: A teoria do romance. Trad. Aurora F. Bernardini et alii. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins

Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

BARBOSA, Rita de Cássia Ribeiro. **Os planos de desenvolvimento e a educação: de JK ao regime Militar**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

CALDART, Roseli Salette. **A escola do campo em movimento**. In: Por uma educação do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CALEFATO, Patrícia; PONZIO, Augusto; PETRILLI, Susan. **Fundamentos de Filosofia da Linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARVALHO, José Carmello. **O ProUni como política de inclusão: estudo de campo sobre as dimensões institucionais e intersubjetivas da inclusão universitária, junto a 400 bolsistas no biênio 2005-2006**. In: 30o Reunião anual da ANPEd. [S.l.: s.n], 2008. Disponível em <<http://www.anped11.uerj.br/30/GT11-3336--Int.pdf>> Acesso em 19 jul de 2021.

CATAPAN, Araci Hack. Mediação pedagógica diferenciada. In: ALONSO, Katia M.; RODRIGUES, Rosângela S.; BARBOSA, Joaquim G. **Educação a distância: práticas, reflexões e cenários plurais**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.

DIAS, Ana Beatriz Ferreira. Estudos da linguagem e justiça restaurativa: um estudo para o século 21. In: MIOTELLO, Valdemir. **Fios Ideológicos**. São Carlos: Pedro e João, 2010. p. 11-26.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A educação no Governo de Fernando Henrique Cardoso**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo., 11(2): 231-254, out. 1999.

FARIAS, Sara Oliveira. **MEB - Igrejas - Sindicatos rurais: As histórias do MEB na diocese 32 de Amargosa - Bahia**. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. 2013, Natal: Anpuh, 2013. p. 1 - 12. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364056056\\_ARQUIVO\\_MEB-IGREJASINDICATOSRURALS.ASHISTORIASDOMEBNADIOCESEDEAMARGOSABAHIA\\_1970-1980\\_.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364056056_ARQUIVO_MEB-IGREJASINDICATOSRURALS.ASHISTORIASDOMEBNADIOCESEDEAMARGOSABAHIA_1970-1980_.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2021.

FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. tomo 3, v1GURAol.4. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.

FÁVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base, primeiros tempos: 1961-1966. In: **V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação**. Évora: Fórum Eja, 2004. p. 1 - 15. Disponível em: <[http://www.forumeja.org.br/files/meb\\_historico.pdf](http://www.forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf)> Acesso em 20. nov. 2020.

GARNICA, Antônio Vicente M. **História Oral e Educação Matemática: de um inventário a uma regulação**. ZETETIKÉ, v.11, n. 19, Jan./Jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646949/13850>>

GERALDI, João. Wanderley. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: Grupo de estudos dos gêneros do discurso- GEGe (Org.). **Palavras e contrapalavras: enfrentando questões de metodologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GONÇALVES, Claudia Cristine Souza Appel. **A educação a distância no Brasil: da correspondência ao e-learning**. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. Anais. Curitiba: Pucpr, 2015. p. 35858 - 35874. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18105\\_9530.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18105_9530.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2019.

HELLER, Barbara. **Em busca de novos papéis: imagens da mulher leitora no Brasil (1890 - 1920)**. 1997. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270115/1/Heller\\_Barbara\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270115/1/Heller_Barbara_D.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. Educação a Distância: História, concepções e perspectivas. **Histedbr**, Campinas, p.166-181, ago. 2006. Disponível em: <[https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11\\_22e.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2019.

JANJÁCOMO, Caroline. **O discurso publicitário em cotejo: evidenciando a propaganda social**. In Palavras e Contrapalavras: entendendo o cotejo como proposta metodológica. São Carlos: Pedro & João editores, 2017. p. 35 - 41.

MAIA, Carmem; MATTAR, João Augusto **ABC da EaD: a Educação a Distância hoje**. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MANCILHA, Virgínia. Nas páginas da Revista Feminina: a imprensa como espaço de visibilidade e atuação feminina (1920-1930). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-13. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312371475\\_ARQUIVO\\_VirginiaMancilha-anpuh.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312371475_ARQUIVO_VirginiaMancilha-anpuh.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

MESZÁROS, Istvan. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; PRAZERES, L. L. G. DOS. **A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): Algumas Leituras**. Temáticas, v. 23, n. 45/46, p. 25-52, 2015.

MIOTELLO, Valdemir. **A construção turbulenta das hegemonias discursivas: o discurso neoliberal e seus confrontos**. 2001. 336p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270822>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2º grau: paradigmas no ensino pela TV e legitimação social da Rede Globo**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

PONZIO, Augusto. **Procurando uma palavra outra**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **Enraizamento de Esperança: As bases teóricas do Movimento de Educação de Base em Goiás**. 2008. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <[https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1077/1/Tese\\_Maria\\_E\\_C\\_Rodrigues](https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1077/1/Tese_Maria_E_C_Rodrigues)> . Acesso em: 07 abr. 2021.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. Tradução de Bhuvan Libanio.

SANTOS, Cassius Klay Silva *et al.* Propensão dos Estudantes de Ciências Contábeis à Educação a Distância. **Revista Capital Científico**, Guarapuava, v. 11, n. 3, p. 1-15, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2206/2113>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: Polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História do tempo e tempo da História**. Estudos de Historiografia e História da Educação. Campinas: Autores Associados, 2015.

SEMESP - Excelência a Serviço do Ensino Superior. **Pesquisa de Inadimplência**. São Paulo, 2019. Disponível em <<https://www.semesp.org.br/pesquisas/pesquisa-de-inadimplencia-2019/>> Acesso em 14 jul 2021.

SERODIO, Liana Arrais. PRADO, Guilherme do Val Toledo. **Metodologia narrativa de pesquisa em Educação na perspectiva do gênero discursivo bakhtiniano**. In PRADO, Guilherme do Val Toledo et al. (Org). Metodologia narrativa de pesquisa em educação: uma perspectiva bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

SCHERMA, Camila Caracelli. **A palavra como concretude do espírito de uma época: o nascer-já-caminhando das ideologias da competitividade e a agricultura globalizada**. 2015. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7437/TeseCCS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUZA, Gralha de. **A Belle Époque carioca: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920)**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2922>> Acesso em 20 jun. 2021.

STELLA, Thais Angela. **A educação de base através das aulas radiofônicas do meb: a influência da igreja católica e os reflexos da ditadura civil militar na educação do campo no Paraná (1960-1987)**. 2018. Monografia. (Graduação em História). Universidade Federal da Fronteira Sul.

VIDAL, Karina Caputti. O Ensino a Distância: um reflexo da expansão mercantilizada da educação superior e os impactos no serviço social. In: ENCONTRO NACIONAL DE

PESQUISADORAS(ES) EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]** . Vitória: Ufes, 2018. p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

VIEIRA, Sofia Lerche; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Política e planejamento educacional**. 2. ed. rev. e ampl. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001

VIGNERON, Jacques. **Do curso por correspondência ao curso online**. In: VIGNERON, Jacques; OLIVEIRA, Vera Barros de (Org.). *Sala de aula e tecnologias*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p.55 - 69.

## LEGISLAÇÃO

**BRASIL. Decreto nº 50.370 de 21 de março de 1961.** Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

**BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961.

**BRASIL. Decreto 61.312 de 8 de setembro de 1967** que "prevê a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização".

**BRASIL. Decreto 61.314 de 8 de setembro de 1967** que "prevê a educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo".

**BRASIL. Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967.** Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos.

**BRASIL. Decreto nº 62.484 de 29 de março de 1968.** Aprova o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

**BRASIL, Decreto nº 464 de 1969.** Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências.

**BRASIL. Resolução nº 8/71, de 1º de dezembro de 1971** que fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1.º e 2.º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude.

**BRASIL, Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

**BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**BRASIL, Portaria 1134 de outubro de 2016** que autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos.

**BRASIL, Medida Provisória nº 934, de 9 de abril de 2020.** Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

## JORNAIS

ESCOLAS INTERNACIONAIS. **Revista Feminina**, São Paulo, 1919, p. 95. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=212547&pagfis=908>> Acesso em 10 nov 2020.

A REFORMA DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL. **Jornal O Paiz**. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1914, p. 8 Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocRader.aspx?bib=178691\\_04&pagfis=24812](http://memoria.bn.br/docreader/DocRader.aspx?bib=178691_04&pagfis=24812). Acesso em 10 nov 2020.

EM VOSSA CASA. **Jornal O Malho**. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1924, p.17. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=53307>> Acesso em 10 nov 2020

BOM EMPREGO. **Jornal O Dia**. Curitiba ,11 de setembro de 1927, p. 04. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=10646>> Acesso em: 12 dez 2020.

FAÇA SUA FORTUNA ESTUDANDO RÁDIO. **Jornal A Noite**. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1940, p. 06 Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pagfis=5930](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pagfis=5930)> Acesso em 13 dez 2020.

## PROPAGANDAS

ANHANGUERA EDUCACIONAL. Clipe: Vamos à lluta - Anhanguera | Faça o vestibular 2021 e inicie sua carreira!. **Youtube**, 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=w\\_IgVews0u4&t=59s](https://www.youtube.com/watch?v=w_IgVews0u4&t=59s)>

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Telecurso. **Youtube**, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yOAicXpRePA>>

ESTÁCIO. Cada sonho pede uma parceria: a Estácio tem todas. **Youtube**, 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=B1N\\_wn8LIH4&t=6s](https://www.youtube.com/watch?v=B1N_wn8LIH4&t=6s)>

ESTÁCIO. Pós e MBA Estácio: escolha como estudar e aumente seu brilho. **Youtube**, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=imB4yVsap2A>>

UNOPAR. Academia Tech | Você pronto em 1 ano!. **Youtube**, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Md4579a4jr4>>

UNOPAR POLO ITAPEMETININGA. Unopar Graduação Digital - Whindersson e Rodrigo Faro. **Youtube**, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=r863nxTsWYQ>>

UNOPAR. Venha fazer Publicidade e Propaganda na Unopar EaD. **Youtube**, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=E1PSnA1vIcY>>

UNIASSELVI. Natal Uniasselvi. **Youtube**, 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4yf8Ud5AkQs>>

UNIASSELVI. Vida a Distância Uniasselvi. **Youtube**, 2020. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=yx51Ybl\\_mks](https://www.youtube.com/watch?v=yx51Ybl_mks)>

UNIP. UNIP Educação a Distância. **Youtube**, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5XBVPTLL7Bc>>

UNIP. UNIP | Presencial, Flex, Digital. **Youtube**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5E4eoF-SyrY&t=4s>>

UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL. Vontade não é nada sem conteúdo | Vestibular 2021 | Universidade Cruzeiro do Sul. **Youtube**, 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=29&v=BpQPZoWs940](https://www.youtube.com/watch?time_continue=29&v=BpQPZoWs940)>

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

### **Educação a Distância: O que me fez desistir?**

Este questionário será utilizado para o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado intitulada “Políticas de Educação a Distância: o discurso da democratização do ensino e seus entraves”. A pesquisadora responsável pela pesquisa é discente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. O questionário é descritivo e funciona como uma entrevista, em que você conta sobre suas experiências com o ensino a distância. As respostas só poderão ser utilizadas se o participante (você) assinar um termo de autorização. Você receberá este termo por e-mail. Agradeço desde já pela disponibilidade e conto com sua participação.

Deixe aqui seu E-mail:

Conte um pouco sobre você (sua idade, gênero, se têm filhos, com quem você mora) .

Comente sobre seus estudos (idade que terminou o ensino médio, idade que ingressou no curso a distância, se já havia cursado outra graduação).

Por que você escolheu um curso de ensino a distância e não um curso presencial?

Comente sobre o curso a distância do qual você desistiu (por que escolheu este curso, como eram suas aulas, se você recomendaria para outras pessoas) .

Conte como era sua relação com os professores do curso ( Se você tinha contato com eles, quem era professor e quem era tutor, como foi sua experiência com as tecnologias utilizadas para as aulas, auxílio dos professores/instituição, etc.).

Conte um pouco sobre os motivos que te levaram a desistir do curso a distância.



## APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

### 1. ELABORAÇÃO DAS PERGUNTAS

- Conte um pouco sobre você (sua idade, gênero, se têm filhos, com quem você mora ?
- Comente sobre seus estudos (idade que terminou o ensino médio, idade que ingressou no curso a distância, se já havia cursado outra graduação)
- Por que você escolheu um curso de ensino a distância e não um curso presencial?
- Comente sobre o curso a distância do qual você desistiu (por que escolheu este curso, como eram suas aulas, se você recomendaria para outras pessoas)
- Conte como era sua relação com os professores do curso ( Se você tinha contato com eles, quem era professor e quem era tutor, como foi sua experiência com as tecnologias utilizadas para as aulas, auxílio dos professores/instituição, etc.)
- Conte um pouco sobre os motivos que te levaram a desistir do curso a distância.

### 2. ESCOLHA DOS PARTICIPANTES

- Alunos desistentes de curso superior na modalidade a distância;
- Os alunos não serão escolhidos, mas sim, convidados a participar através de chamamento via rede social;
- Estima-se que participem diferentes sujeitos de modo a contribuir com depoimentos sobre a temática;
- Ser maior de 18 anos
- Não possuir vínculo empregatício com instituições EAD.

### 3. PROCESSO E CONDIÇÕES

- Horários e datas possíveis para a entrevista;
- Seguir os protocolos de segurança contra o COVID-19 (Realizar a entrevista pela ferramenta *google meet*, não haverá encontro presencial)
- Preparação para gravar a entrevista (ferramenta do windows)
- Impressão do roteiro.

#### 4. REALIZAÇÃO

- Diálogo inicial;
- Gravação;
- Transcrição;
- Conferência da transcrição;
- Assinatura do termo de cessão dos direitos de uso do depoimento.
- A autorização do uso da entrevista será através do termo disponibilizado via ferramenta *google forms*.



---

*Emitido em 13/09/2021*

**DISSERTAÇÃO Nº 81/2021 - PPGE - CH (10.41.13.10.02)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 24/05/2022 08:44 )*

**CESAR CAPITANIO**

*TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS*

*CAPPG - CH (10.41.13.10)*

*Matrícula: 2069208*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.uffs.edu.br/documentos/> informando seu número: **81**, ano: **2021**, tipo: **DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **24/05/2022** e o código de verificação: **78ab367da7**